

RIESA

**REVISTA INTERNACIONAL
DE EDUCAÇÃO SAÚDE E
AMBIENTE**

mundis

ASSOCIAÇÃO CIVICA DE FORMAÇÃO E CULTURA

RIESA

REVISTA INTERNACIONAL
DE EDUCAÇÃO SAÚDE E
AMBIENTE

ANUÁRIO 2023

≡ ANUÁRIO ≡

≡ 2023 ≡

RIESA

© RIESA

Título: ANUÁRIO RIESA 2023

Autor: AA.VV.

Editor: MUNDIS – Associação Cívica de Formação e Cultura

Coordenação: Levi Leonido

Organizadores: Levi Leonido, João Bartolomeu, Elsa Morgado e Carmina Carvalho

Capa e Contracapa: Levi Leonido

Edição, Design e Execução Gráfica: Levi Leonido

Data da edição: fevereiro de 2026

ISBN: 978-989-36764-2-4

Classificação THEMA - Nível 1: J - Sociedade & ciências sociais

Classificação THEMA - Nível 2: JN – Educação

ÍNDICE

EDUCAÇÃO

Crises psicossociais em estudantes universitários Malanjinós, Angola

Cirilo Armando António Mendes, Alindo Manuel Pinto

[6-18]

Educação escolar no contexto penitenciário Moçambicano: análise do processo da sua organização e implementação

José Henriques Mutemba

[19-47]

Factores que influenciam o abandono escolar na Província do Cuanza Norte

António Inácio Rocha Santana, Paxe Nelson Csareira de Amazonas, Rui Alberto

Cristóvão Agostinho, João Alfredo Sebastião da Cruz

[48-69]

LITERATURA POPULAR DE TRADIÇÃO ORAL: Análise semiótica de registos contistas de Alexandre Parafita

André Luís Santos Ribeiro, Maria Luísa de Castro Soares

[70-95]

Problemas psicossociais aos antigos combatentes e veteranos da pátria de Angola

Cirilo Armando António Mendes, Ananias Gomes, Jonas Marques José Cutala

[96-105]

SAÚDE

Horticultura como atividade promotora da saúde no idoso

Risla Elisabete Pereira, Maria Isabel Mourão-Carvalho, Sandra Celina Fernandes

Fonseca

[107-117]

A prevalência de lesões em praticantes de treinamento resistido da Cidade de Limoeiro do Norte/CE

Hériton Maia, Thamires Freitas, Ethel Machergiany, Emanuel Moita, Sandra Fonseca,

Darcio Marcílio Ribeiro, Keuvia Mirlandya

[118-128]

*Os benefícios da musculação em praticantes idosos nas academias de limoeiro do
NORTE/CE*

Wendell Arlan, Ethel Machergiany, Emanuel Moita, Sandra Fonseca, Tiago Guerra,
Darcio Marcílio Ribeiro, Marcelo Alencar
[129-143]

AMBIENTE

*Contribuição para o conhecimento da diversidade e ecologia dos caranguejos
(infraordem brachyura) presentes nos Mangais do Distrito Urbano do Morro dos
Veados, Luanda – Angola*

Sérgio Tavares, Lueji Barros Pestana
[145-163]



E EDUCAÇÃO

Crises psicossociais em estudantes universitários Malanjinós, Angola

Cirilo Armando António Mendes, Alindo Manuel Pinto

| 6-18

Educação escolar no contexto penitenciário Moçambicano: análise do processo da sua organização e implementação

José Henriques Mutemba

| 19-47

Factores que influenciam o abandono escolar na Província do Cuanza Norte

António Inácio Rocha Santana, Paxe Nelson Csareira de Amazonas, Rui Alberto Cristóvão Agostinho,
João Alfredo Sebastião da Cruz

| 48-69

LITERATURA POPULAR DE TRADIÇÃO ORAL: Análise semiótica de registos contistas de Alexandre Parafita

André Luís Santos Ribeiro, Maria Luísa de Castro Soares

| 70-95

Problemas psicossociais aos antigos combatentes e veteranos da pátria de Angola

Cirilo Armando António Mendes, Ananias Gomes, Jonas Marques José Cutala

| 96-105

CRISES PSICOSSOCIAIS EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS MALANJINOS, ANGOLA

Psychosocial crises in Malanjin University Students, Angola

MENDES, Cirilio¹, & PINTO, Arlindo²

Resumo

Crise é um estado transitório de desequilíbrio interno, decorrente de factores endógenos ou exógenos. Quanto os eventos determinantes de crises vivenciado pelos participantes, destaque-se problemas financeiros, morte de ente queridos, ideias suicidas, mudança de residência, problemas com a justiça, alterações de humor e preocupações com a vida. Objectivo: conhecer as crises psicossociais em estudantes universitários angolanos. Metodologia: Estudo descritivo, exploratório e misto. Para a coleta dos dados, utilizou-se a técnica como entrevista e como instrumento aplicou-se a Escala de Reajustamento Social de Holmes e Rahe. A amostragem do estudo foi censitária para ambos modelos (Quan-qual). O estudo foi realizado na Universidade Rainha Njinga a Mbande e no Instituto Superior Politécnico Dom Cardeal Alexandre do Nascimento, Malanje, Angola. Foram inclusos estudantes com crises psicossociais de ambos os sexos, com idade compreendida entre 18 e 40 anos. Quanto aos critérios de exclusão, não fizeram parte estudantes com situações de crises (> a dois anos). Cingiu-se apenas com período de um ano. Resultados: Em relação aos níveis de crises prevaleceu moderada a grave para ambos os sexos e estados civis. Destaque-se que todos os participantes apresentaram algum nível de crises psicossociais.

Abstract

Crisis is a transitory state of internal disequilibrium, resulting from endogenous or exogenous factors. As for the determinant events of crises experienced by the participants, financial problems, death of loved ones, suicidal thoughts, change of residence, problems with justice, mood swings and concerns about life stand out. Objective: to know the psychosocial crises in Angolan university students. Methodology: Descriptive, exploratory and mixed study. For data collection, the interview technique was used and the Holmes and Rahe Social Readjustment Scale was applied as an instrument. The study sample was census for both models (Quan-qual). The study was carried out at the Universidade Rainha Njinga a Mbande and at the Instituto Superior Politécnico Dom Cardeal Alexandre do Nascimento, Malanje, Angola. Students with psychosocial crises of both sexes, aged between 18 and 40 years were included. As for the exclusion criteria, students with crisis situations (> two years) did not participate. He was bound only with a period of one year. Results: Regarding the levels of seizures, moderate to severe prevailed for both sexes and marital status. It should be noted that all participants had some level of psychosocial crises.

Palavras-chave: *Crises psicossociais; Educação; Estudantes universitários.*

Keywords: *Psychosocial crises; Education; College students.*

Data de submissão: setembro de 2022 | **Data de publicação:** junho de 2023.

¹ CIRILO ARMANDO ANTÓNIO MENDES - Centro Comunitário de Saúde Mental de Malanje. ANGOLA. Email: mendeciro@gmail.com

² ARLINDO MANUEL PINTO – Psicólogo Clínico. ANGOLA. Email: arlindo.pinto@multiparques.com

INTRODUÇÃO

As crises psicossociais se referem aos problemas que as pessoas enfrentam no seu dia-dia, como por exemplo: a perda de um ente-querido, ansiedade, depressão, problemas com a justiça, financeiro, habitação, dívidas, inveja, dificuldade de se relacionar com alguém, ciúme, separação conjugal, etc. todas estas situações podem criar algum vazio no sujeito, afetando desta forma a sua saúde. Estas crises podem ser de natureza psicológica ou social. A nossa vida é determinada por diversas situações, com isso quer dizer que todos os eventos que acontecem na nossa vida influenciam direta ou indiretamente a nossa saúde (Mendes & Pedro 2022).

Na perspectiva de Spatenkova (2006) citado por Bucharths e Manuel (2021), entende-se por crise como um estado transitório de desequilíbrio interno, decorrente de fatores endógenos ou exógenos afetando a saúde física e mental do indivíduo e requer intervenção imediata. Quanto a sua tipologia são classificadas da seguinte forma: ontogenética, situacional e cumulativa.

Sobre a vida universitária, muitos autores defendem que o ingresso ao ensino superior é um acontecimento e um período importante na vida do jovem adulto, sendo este conjugado com o período de desenvolvimento psicossocial, tornando-se assim uma fase de explorações e vivências de vida diferentes (Preguiça, 2021).

Certos investigadores encaram este fato como um momento marcante na vida dos jovens, abrangendo múltiplas mudanças, havendo necessidade de conciliar e priorizar situações e interesses pessoais no decorrer de situações do quotidiano. Nesta fase de vida, os estudantes idealizam ser uma fase de promoção intelectual, pessoal e social, sendo confrontados com diversos desafios e mudanças, assim como novas exigências de imposições pessoais, sociais e académicas. O aparecimento de novos fatores na vida do jovem, exigem assim que haja um aumento de autonomia, proatividade e um desenvolvimento a nível do estudo (Guimarães, 2017).

Quanto aos fatores considerados como de risco ou protetivos associados à saúde mental do estudante universitário são classificados com base em três categorias: A primeira dimensão, engloba as características próprias do indivíduo, como personalidade, humor, aspetos cognitivos e comportamentais. Já a segunda categoria, agrupa aspetos contextuais, como questões ambientais, culturais e interpessoais.

A última categoria remete a fatores acadêmicos e de carreira, tratando da experiência acadêmica, tais como processos de adaptação a universidade, o desenvolvimento do aluno ao longo da graduação, satisfação com escolha de curso, relação estudante-universidade (Ariño, 2018).

As repercursões psíquicas das crises em estudantes universitários, autores como Lambert e Moura, (2020), inferem que o sofrimento psíquico, esta relacionado com fatores como não correspondência do curso as expetativas, preocupações com o futuro profissional, e necessidade de conciliar horário de estudo com trabalho. As questões psicológicas podem afetar a capacidade de se relacionar com outras pessoas, dificultando as relações sociais.

A tese apresentada por Costa et al., (2020), apontam que estudantes universitários estão mais suscetíveis a manifestação de transtornos mentais que a população geral. A presença desses transtornos mentais, entre estudantes universitarios, pode interferir no seu bem-estar psicossocial, nas suas relações interpessoais, como também no seu desempenho acadêmico. Estudos apontam uma taxa mais alta de prevalência de sintomas de ansiedade e depressão na população universitária do que na população geral. Quanto ao perfil socioeconômico dos estudantes de universidades federais, 58,36% do total de estudantes pesquisados indicaram sofrer de ansiedade; 44,72% relataram desânimo/falta de vontade de fazer as coisas; 32,57% têm insônia ou apresentam alterações significativas de sono; 22,55% relataram sentir desamparo/desespero/ desesperança e 21,29% sentimentos de solidão. Além dessas dificuldades, também são descritos problemas alimentares (13%), medo/pânico (10,56%), ideia de morte (6,38%) e pensamento suicida (4,13%) (Fonaprace, 2014) citado por (Sahão & Kienen, 2021). Estudo brasileiro recente (Oliveira et al., 2021). A conjuntura imposta pela pandemia da COVID-19, impossibilitou os jovens de manterem modos de vidas habituais, que ocasionou impacto negativo na saúde mental do estudante universitário. Ainda nesta senda, o primeiro estudo brasileiro sobre saúde mental do estudante brasileiro, as principais queixas apresentadas pelos estudantes atendidos estavam relacionadas às questões da vida pessoal e familiar, havendo um reconhecimento de que essas questões afetavam o desempenho acadêmico (Machado et al., 2018).

Apesar da grande prevalência de sofrimento psíquico e/ou transtornos mentais entre os estudantes, poucos procuram apoio psicológico, e isso ocorre por conta de vários fatores, como falta de tempo, dificuldades de acesso aos profissionais de saúde mental, estigma em relação à doença mental e alto custo do tratamento (Costa et al., 2020).

Sobre a assistência a esta população, defende-se que a saúde mental no contexto universitário seja planejada e desenvolvida numa perspectiva institucional, não valendose apenas do PNAES ou dos setores de assistência estudantil das IFES (Araújo, 2020).

Ao mesmo tempo, cabe a este “articular diferentes áreas e, consequentemente, diferentes políticas sociais, visando garantir um padrão de proteção social amplo” como por exemplo, através de ações articuladas nas áreas da cultura, do apoio pedagógico, e do esporte, áreas que pouco ou nada apareceram em nossos achados (Imperator, 2017).

Assim, os velhos desafios apontados e os novos desafios, se consideramos o contexto plural e dinâmico que é a educação e onde se insere se entrecruzam criando obstáculos, mas também possibilidades, exigindo capital financeiro, humano e criativo das instituições e profissionais que atuam na saúde mental e no combate a evasão no ensino superior (Gomes et al., 2022).

Diante disso, surge a seguinte questão “Quais as crises psicossociais estão presentes em estudantes universitários malanjinjos? E para responder essa questão, o objetivo do estudo foi conhecer as crises psicossociais em estudantes universitários malanjinjos, Angola.

MÉTODO

Estudo descritivo, exploratório e misto, com estratégia incorporada concomitante, realizado em setembro de 2022 a maio de 2023. A amostragem do estudo foi censitária para ambos modelos (quan-qual), considerando para isso os critérios de inclusão e exclusão, limitado ao período de coleta dos dados. O estudo foi realizado na Universidade Rainha Njinga a Mbande e no Instituto Superior Politécnico Dom Cardeal Alexandre do Nascimento, Malanje, Angola. As instituições em excerto são públicas e privadas construídas para dar resposta aos problemas psicossociais inerentes a sociedade.

As instituições do Ensino Superior de Malanje, apresentam diversas dificuldades em proporcionar um atendimento adequado aos estudantes com situações de crises psicossociais pelo fato de não disporem de um gabinete especializado para fins desta natureza. Por esta razão vários estudantes procuram a assistência psicossocial a outras unidades sanitárias de Malanje.

Com base na situação que muitos estudantes sofrem com estes tipos de problemas, motivou-nos a conhecer as principais crises psicossociais em estudantes universitários. Ademais, Angola é um país cujo sistema de saúde é ainda muito débil, sobretudo a saúde mental nas unidades públicas.

Foram inclusos estudantes com crises psicossociais de ambos os sexos, com idade compreendida entre 18 e 40 anos, pertencentes às instituições acima referenciadas. Quanto aos critérios de exclusão, não fizeram parte estudantes com situações de crises (> a dois anos). Cingiu-se apenas com período de um ano.

Realizou-se entrevistas semiestruturadas foram realizadas por quatro pesquisadores, três do sexo masculino com formação na área de Psicologia Clínica e Educacional e uma do sexo feminino com formação na área de Psicologia Social. Alguns participantes, logo após o aceite já foram entrevistados, e outros agendaram para datas e períodos de preferência. Quanto ao ambiente de realização das entrevistas ocorreram predominantemente fora e dentro das salas de aulas da própria universidade. As entrevistas tiveram duração média de 20 minutos. Inicialmente, os participantes responderam a questões sociodemográficas, de acordo com instrumento criado pelos próprios autores. Na sequência aplicou a Escala de Reajustamento Social de Holmes e Rahe. A Escala de Reajustamento Social é um instrumento composto por 43 itens, com propósito de avaliar o estado psicossocial dos indivíduos (crises).

A Escala tem ênfase na abordagem do perfil de estudantes com crises psicossociais e análise do seu desempenho acadêmico. É composto por perguntas sobre idade, sexo, estado civil, morada, faculdade em que o aluno estuda e respectivo ano em que se encontra.

A pontuação da Escala de Reajustamento Social varia de 150-199 (moderado), 200-299 (preocupante), 300-599 (grave) 600> (severo). A escolha deste instrumento ocorreu por ser utilizado regularmente em pesquisas sobre indivíduos com situações de crises.

Para a organização dos dados, estes foram lançados duplamente por pesquisadores independentes, em planilhas eletrônicas do *software Microsoft Office Excel®*, versão 10, o que permitiu o confronto e conferência. Inicialmente os dados quantitativos foram submetidos a estatística descritiva. E para o direcionamento da análise qualitativa, selecionou-se dez itens da escala com questões sobre as implicações das crises psicossociais e consequência individuais/coletivas, mais observados nos estudos sobre crises. Posteriormente, optou-se em reagrupar os 190 participantes selecionado para o estudo, em dois grupos de igual tamanho ($n= 95$), sendo distribuídos de forma aleatória, em grupo 1 (G1) e grupo 2 (G2), os quais foram analisados de forma concomitante, conforme a distribuição de frequências.

Para fins de interpretação, considerou o conceito de crises a partir da visão de Manuel (2022), sendo definido por estado de desequilíbrio interno no ser humano, que afeta a sua saúde. Este desequilíbrio é decorrente de vários eventos.

Foram respeitados todos aspetos éticos em pesquisa, e por se tratar de um grupo sensível, garantiu aos estudantes o sigilo sobre o trabalho que estava a ser realizado. Ressalta-se que não houve discriminação na seleção dos participantes nem a exposição das suas necessidades em saúde. Após esclarecimentos sobre o estudo, aqueles que deram o consentimento livre, seguiram-se para as próximas etapas. Para a realização deste estudo, endereçou-se uma carta de pedido de autorização à Universidade Rainha Njinga a Mbande e ao Instituto Superior Politécnico Dom Cardeal Alexandre do Nascimento, através dos seus departamentos de Investigação Científica, no desenvolvimento dos procedimentos da investigação, tendo autorização para início e desenvolvimento da pesquisa.

RESULTADOS

Participaram da pesquisa 190 estudantes universitários com crises psicossociais, sendo 100% solteiros, 65% do sexo masculino e na faixa etária entre 18 a 40 anos. Quanto ao estilo de vida, 88% eram estudantes, seguidos por empreendedores (7%) e funcionários públicos (1,5%), 1% moto taxista. Em relação a origem, prevaleceu Campo de Aviação (22%) e Catepa (21%) (Tabela 1).

Tabela 1 – Dados sociodemográficos – setembro de 2022 a abril de 2023, Malanje ($n=190$).

Variáveis	<i>n</i>		%
Sexo			
Feminino	66		34,0
Masculino	124		65,0
Estado civil			
Solteiro	190		100
Casado	0		0,0
Viúvo	0		0,0
Profissão			
Estudantes	168		88,0
Empreendedores	15		7,0
Funcionário público	5		1,5
Mototaxista	3		1,0
Garçon	1		0,5
Polícia	2		1,5
Bairro de residência			
Campo de Aviação	42		22,0
Catepa	41		21,0
Maxinde	32		16,0
Vila Matilde	30		15,0

Em relação aos níveis de crises prevaleceu moderada a grave para ambos os sexos e estados civis. Destaque-se que todos os participantes apresentaram algum nível de crise psicossocial (Tabela 2).

Tabela 2 – Classificação das crises (ERJ) por sexo e estado civil. abril de 2023. Malanje (n=190)

Classificação	Masculino n(%)	Feminino n(%)	Solteiro n(%)	Casado n(%)	Viúvo n(%)
Moderada	26(13%)	17(8%)	30(15%)	-	-
Preocupante	21(11%)	13 (6%)	15(7%)	-	-
Grave	32(16%)	9(4%)	11(5%)	-	-
Severo	9(4%)	3 (1%)	4(2%)	-	-

A apresentação das categorias selecionadas da Escala de Reajustamento Social para o aprofundamento analítico, foram nomeadas em situações de crises psicossociais e consequência individuais/coletivas. As categorias referentes as situações de crises correspondem aos itens, 4, 5, 6, 8, 11, 16, 29, 32 e 40 da ERS.

Durante este período estiveste preso ou alguém próximo de ti? afirmaram que sim (n=5) e isso deixa-lhes muito para baixo (n=3). Além da dor não conseguem suportar o trauma (n=12).

Teve morte de alguém na família? a maioria alegou que sim (n=7), seguidos daqueles que até agora choram pela perda do seu entequerido (n=5). Deste universo, alguns narrara ter certeza de que a perda não os levará a ter vida que levavam antes deste evento (n=5).

Sofreste algum tipo de acidente ou doenças? Os participantes evocaram que sim (n=12), outros informam que a ocorrência do trágico acidente os fez perder muitas oportunidades (n=5), seguido daqueles que afirmaram que o estado de saúde débil os impede de trabalharem firmemente.

Tiveste algum problema com o emprego? expressaram ideias de serem vítimas de síndromes organizacionais, (n=7) e alguns afirmaram que perderam emprego (n=6), e, outros por conta disso sobrevivem do moto táxi.

Teve alguém doente na família? afirmaram que sim e isso os preocupe (n=2). Por se tratar de uma doença grave e sem recursos para o tratamento acaba por interferir na sua vida académica (n=11).

Sofreste alguma mudança na sua condição financeira? A maioria afirmou que sim ($n=18$), outros consideraram que as dificuldades acadêmicas estão relacionadas com a sua condição financeira ($n=2$) e, que podem cancelar a formação por este motivo ($n=3$).

Houve mudança de residência? sim, por falta de condições ($n=14$), outros inferiram por não serem de Malanje, apenas estão cá por razões de estudo ($n=4$),

Acha que apresenta mudança de hábitos pessoais? muita, mais do que antes ($n=13$), outros alegaram ter mudanças de humor e irritabilidade ($n=5$).

Sente mudança nos hábitos de alimentação? Sim, e posso ter apenas uma refeição por dia ($n=8$), a mudança tem a ver com as preocupações da dia-dia ($n=13$).

DISCUSSÃO

Em geral, as crises são esperadas com repercussão nas condições de aprendizagem. Vidas perdidas, sequelas ainda desconhecidas, perda do trabalho e redução da fonte de renda familiar, maior exposição à violência doméstica, física e sexual. Crescimento da ansiedade, da depressão e do medo. Esses são alguns dos cenários vivenciados em tempos de crise. Para a aprendizagem, não está colocado apenas o desafio da descontinuidade do ensino, mas das condições em que cada pessoa da comunidade escolar se encontra, tendo experimentado direta ou indiretamente algumas dessas situações descritas (UNICEF 2021). Pesquisadores defendem que no período pandêmico, o distanciamento social, a principal medida utilizada para reduzir a propagação do vírus, poderia ocasionar o aparecimento de sintomas psicológicos, tais como: medo de ser acometido pela doença; solidão, desesperança, angústia, sensação de abandono, alterações do sono, ideação suicida etc. Esse cenário potencializou o surgimento de quadros de estresse, ansiedade e depressão exigindo medidas protetivas, mormente por parte da Educação. Considerando os índices crescentes de adoecimento da comunidade estudantil (Schmidt *et al*, 2020 *et al* 2020).

Dos vários transtornos frequentes em estudantes universitários, a ansiedade se destaca, na perspectiva de alguns pesquisadores a ansiedade é caracterizada de duas maneiras: ansiedade-estado sendo caracterizada como uma emoção imediata devido a um acontecimento específico, ou seja, um estado emocional transitório; a ansiedade-traço é definida como uma característica do próprio indivíduo, desenvolvendo-se como uma situação provisória, envolvendo pensamentos desagradáveis e apreensivos, permitindo ao

indivíduo avaliar sensações de perigo. A ansiedade por vezes, provém da genética de cada indivíduo, abrangendo fatores ambientais e sociais, ou eventos de infância associados à privação de acontecimentos e vivências sendo estes fatores propícios para futuramente os jovens sofrerem de ansiedade (Cordeiro, 2016).

Além dos sintomas de ansiedade, a vida acadêmica é caracterizada por um ambiente estressante no qual os acadêmicos têm a responsabilidade de aprender uma profissão e preparar-se para esse futuro profissional. De modo geral, o *stress* significa uma reação interna do organismo vivo quando experimenta situações as quais são percebidas pelo seu aparelho sensorial, como ameaçadoras ao seu bem-estar, físico ou psicológico (Assis et al., 2013, citado por, Lúcio et al., 2019).

Dados apresentados pela United Nations Children's Fund [UNICEF] infere que no contexto nacional e internacional apresenta uma alta prevalência de transtornos de ansiedade e depressão em crianças e adolescentes e um uso abusivo e excessivo dos ambientes sociais virtuais; em adição, (UNICEF, 2021). O suicídio continua sendo uma das principais causas de morte nessa população em todo o mundo.

Os achados do estudo também se aproximam da realidade do Brasil, que registra um aumento crescente de casos de tentativa de suicídio, automutilações e ideação suicida, entre jovens de 15 a 29 anos (Ministério da Saúde, 2019).

Tal como as crises econômicas e sanitárias podem ter efeito na saúde mental, é importante ressaltar que os problemas de vulnerabilidade e adoecimento também impactam na economia, motivando afastamentos e perda de produtividade. Cuidar da saúde mental é uma prioridade de todos para o fortalecimento da resiliência e enfrentamento de uma sociedade da informação sustentada pela produtividade e consumo (Cronert & Hadenius, 2021). Os fatores psicossociais envolvidos no bem-estar e na saúde da população, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), são: a existência de grupos e comunidades de autocuidado; de redes familiares e sociais de apoio e de ambientes de apoio para grupos específicos, além do senso pessoal de pertencer a uma comunidade. Autores como Manuel et al., (2022) associam os fatores determinantes da saúde a questões sociais, económicos, naturais, biológicos, sistema de saúde e estilo de vida, destacando-se: fatores económicos e sociais, integrados por: trabalho, habitação, alimentação e o desenvolvimento económico. Fatores naturais, constituídos pelo: clima e os agentes físicos, entre outros. Fatores biológicos, que incluem: o sexo, a idade, a hereditariedade e os agentes biológicos. Como nos grupos anteriores, cada elemento

exerce a sua influência sobre a saúde. No que concerne a limitação do estudo, não foi verificado quanto a presença de outros familiares com o mesmo diagnóstico no próprio domicílio ou de forma geral. Na análise foi considerada as particularidades econômicas e nível de escolaridade, variáveis que implicam no acesso aos cuidados em saúde e na compreensão da situação individual de saúde. Por se tratar de um estudo preliminar, para fins de reconhecimento do diagnóstico local, não aplicou testes estatísticos específicos. Ainda assim, o estudo apresentou uma estratégia pouco utilizada para refletir sobre as intervenções de suporte psicossociais, a partir das categorias da ERJ, o que pode ser viável em realidades, em que não há ou há poucos profissionais especializados, como é o caso dos países africanos.

CONCLUSÃO

Problemas financeiros, morte de ente queridos, ideias suicidas, mudança de residência, problemas com a justiça, alterações de humor e preocupações com a vida, foram os principais eventos determinantes de crises vivenciados pelos estudantes universitários angolanos. Entretanto, constatou-se a presença de crises psicossociais em todos participantes do estudo, através de uma seleção prévia com aqueles com evidente situação de crise. Embora tenha prevalecido formas moderada e graves de crises, a ocorrência de situações de crises em variadas esferas da vida podem evoluir para crises cumulativa (crônica), especialmente ao considerar o território estudado, assolado de problemas sociais, económicos e de saúde que implicam diretamente na evolução dos casos.

Os resultados do presente estudo poderão contribuir novas para novas pesquisas nessa localidade e permitir o planejamento da assistência a partir das manifestações identificadas, com redução de tempo, custos e maior direcionamento de cuidados. Entretanto, apostar nos serviços primários e secundários de saúde mental nesta população, seria um indicador muito importante para intervir nesta população, por se tratar de problemas que requerem intervenção emergencial.

Nesta ordem de ideias, recomenda-se a realização de estudos futuros do tipo longitudinais, que permitem compreender as causas e os efeitos adversos das crises psicossociais, e consequentemente as estratégias de intervenção, pelo facto de as crises apresentarem uma etiologia multifatorial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Araújo, V. (2020). *Ações de assistência estudantil em saúde mental frente ao sofrimento psíquico em graduando nas instituições federais de ensino superior brasileiras*. Dissertação (Mestrado em Saúde, Sociedade e Ambiente). Diamantina, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Ariño, D. O. (2018). *Relação entre vulnerabilidade psicológica, vivências acadêmicas e autoeficácia em estudantes universitários*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, CFCH, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis.

Buchartts, E., & Manuel, F. (2021). *Liderança Efícaz e Motivação: chaves para o sucesso organizacional*. WA. Where Angola.

Cordeiro, R. A., & Freire, V. (2016). Estado-traço de ansiedade e vivências acadêmicas em estudantes do 1º ano do instituto politécnico de Portalegre. *Millenium - Journal of Education, Technologies, and Health*, 36(14), 1-7.

Costa, D. S., Medeiros, N. S. B., Cordeiro, R. A., Frutuoso, E. S., Lopes, J. M., & Moreira, S. N. T. (2020). Sintomas de Depressão, Ansiedade e Estresse em Estudantes de Medicina e Estratégias Institucionais de Enfrentamento. *Rev. bras. educ. med.*, 44(01), e040.

<https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.1-20190069>

Cronert, A., & Hadenius, A. (2021). Institutional foundations of global well-being: Democracy, state capacity and social protection. *International Political Science Review*, 42(5), 705-724. <https://doi.org/10.1177/0192512120917186>

UNICEF (2021). *Fortalecimento psicossocial da comunidade escolar. Recomendações para construção coletiva de estratégias entre profissionais, comunidades e estudantes*. Barça Foundation e UNICEF.

Gomes, L. M. L., Leitão, H. A. L., Santos, K. M. C., & Zanotti, S. V. (2022). Saúde Mental na Universidade: ações e intervenções voltadas para os estudantes. *Educ. rev.*, 39, e40310. <https://doi.org/10.1590/0102-469840310>

Guimarães, M. R., Santos, I. M. S., Vale, M. P. S. S., Moura, I. H., & Silva, A. R. V. (2017). Estilo de Vida e Fatores Associados entre Estudantes Universitários. *Rev. enferm. UFPE on line*, 11(supl.8), 3228-3235.

Imperatori, T. (2017). A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. *Serviço Social & Sociedade*, 129, 285-303.

Lambert, A.S., & Mouras, R. A. (2020). Fatores que podem influenciar no adoecimento físico e psíquico do estudante universitário: uma análise da produção científica brasileira. *Revista Cocar*, Belém, 14(28), 70-89.

Machado L, Nunes R, & Cantilino A. (2018). Saúde mental do estudante de medicina: realidade preocupante décadas após o trabalho pioneiro do prof. Galdino Loreto. *Debates em Psiquiatria [Internet]*, 8(1), 42-50. <https://doi.org/10.25118/2236-918X-8-1-5>

Mendes, C.A., & Pedro, J. D. (2022). Sintomas depressivos em angolanos com HIV em período pré-pandêmico. *Journal Health NPEPS*, 7(2), e10698. <https://orcid.org/00000001-7151-7398>

MS. (2019). *Boletim epidemiológico* (vol. 50). Secretária de Vigilância em Saúde.

Oliveira, F. P., da Silva, J. A. C., Braun, H. S. F., Pereira, I. de P. C., Real, M. M. F., Real Junior, M. M. F., Pinto, R. B., & Sousa, S. B. (2021). O impacto da pandemia de Covid19 na saúde mental dos discentes de medicina. *Brazilian Journal of Development*, 7(6), 62028–62037. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n6-536>

Lúcio, S. S. R., Medeiros, L. G. S., Barros, D. R., Ferreira, O. D. L., & Rivera, G. A. (2019). Níveis de ansiedade e estresse em estudantes universitários. *Temas em Saúde*, ed. Especial, 260-274.

Preguiça, A. R. C. (2021). *Sintomas de Ansiedade em Estudantes Universitários*. Projeto de Graduação (Em Enfermagem). Universidade Fernando Pessoa, Escola Superior de Saúde, Porto.

Sahão, F. T., & Kienen, N. (2021). Adaptação e saúde mental do estudante universitário: revisão sistemática da literatura. *Psicol. Esc. Educ.*, 25, e224238 <https://doi.org/10.1590/2175-35392021224238>

Schmidt, B. et al. (2020). A quarentena na covid-19: orientações e estratégias de cuidado. In: D. Noal, M. Passos, & M. Freitas (Ed.), Carlos. *Recomendações e orientações em saúde mental e atenção psicossocial na covid-19* (p.112-122). Fiocruz.

ONU (2019). *The State of the World's Children 2021: On My Mind – Promoting, protecting and caring for children's mental health*. UNICEF, New York.

EDUCAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO PENITENCIÁRIO
MOÇAMBICANO: ANÁLISE DO PROCESSO DA SUA ORGANIZAÇÃO E
IMPLEMENTAÇÃO

School Education in the Mozambican Penitentiary context: analysis of the process of its organization and implementation

MUTEMBA, José Henriques¹

Resumo

A educação é um direito humano e fundamental protegido no âmbito internacional e nacional. No contexto penitenciário ela enquadra-se nas políticas de reabilitação penal. Para abordar esta questão no contexto moçambicano, realizou-se uma pesquisa no Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo com o objetivo de analisar os processos da sua organização e implementação, bem como conhecer os seus limites, desafios e perspectivas. A metodologia usada foi análise documental, observação e entrevistas semiestruturadas. Os resultados mostram que o quadro legal penitenciário é favorável para a educação escolar, porém, o ensino implementado apresenta lacunas no campo da sua implementação por não dispor de instrumentos normativos específicos que regem suas práticas e estar basicamente orientado para o ensino geral. Estes resultados sugerem a necessidade da criação de uma directriz normativa e curricular nacional para o contexto penitenciário que atende às especificidades, particularidades, perfis, características e reais necessidades de jovens e adultos privados de liberdade.

Abstract

Education is a human and fundamental right protected at the international and national levels. In the penitentiary context, it fits into the penal rehabilitation policies. To address this issue in the Mozambican context, research was carried out at the Maputo Provincial Penitentiary facility with the aim of analyzing its organization and implementation processes, as well as knowing its limits, challenges and perspectives. The methodology used was document analysis, observation and semistructured interviews. The results show that the penitentiary legal framework is favorable for school education, however, the teaching implemented has gaps in the field of its implementation because it does not have specific normative instruments that regulate its practices and is basically oriented towards general education. These results suggest the need to create a national normative and curricular guideline for the penitentiary context that meets the specificities, particularities, profiles, characteristics and real needs of young people and adults deprived of liberty.

Palavras-Chave: *Educação; Prisões; Educação penitenciária.*

Keywords: *Education; Prisons; Penitentiary education.*

Data de submissão: setembro de 2022 | **Data de publicação:** junho de 2023.

¹ JOSÉ HENRIQUES MUTENBA - Universidade Pedagógica - Moçambique (UP); Funcionário do Quadro do Serviço Nacional Penitenciário (SERNAP). Docente na Escola de Formação da Guarda Penitenciária - MOÇAMBIQUE. Email: jmutemba34@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Educação é um direito fundamental reservado a todas as pessoas (UNESCO, 1990; Graciano, 2005). No contexto moçambicano, o direito a educação está plasmado nos números 1 e 2 do artigo 88 da Constituição da República de Moçambique [CRM] (2018), como um direito e dever de todos os cidadãos, cabendo ao Estado a responsabilidade de promover sua extensão à formação profissional contínua e igualdade no acesso para todos cidadãos.

Educação é uma ferramenta indispensável, não só para o cidadão livre, mas também para os cidadãos privados de liberdade. Pois, ela opera como um direito de síntese, ao possibilitar e potencializar a garantia dos outros, tanto no que se refere à exigência como ao desfrute dos demais direitos (Graciano, 2005; Soares, 2015; Soares & Viena, 2017). O objectivo da educação em espaços de privação de liberdade segundo Julião (2016) é conseguir um resultado útil, que perdure além da prisão e permita ao recluso o acesso ao emprego ou a uma capacitação superior que propicie mudanças de valores, pautando-se em princípios éticos e morais.

Todavia, a escolarização fora das prisões (para o cidadão livre) e no contexto penitenciário (para o privado de liberdade) ocorrem em realidades, meios, circunstâncias, contextos e ambientes completamente diferentes. O público-alvo para os dois contextos é diferente, com características, necessidades e aspirações também diferentes. Porém, no contexto moçambicano as diferenças mencionadas não são levadas em consideração, o que pode ser confirmado no artigo 46 da Lei nº26/2019, de 27 de Dezembro. Segundo esta norma:

A organização do ensino no interior do estabelecimento penitenciário deve orientar-se pelos mesmos métodos, programas e conteúdos aprovados pelo Ministério que superintende a área da Educação para os diversos níveis de escolaridade e condições em que é prestado aos cidadãos em liberdade (Código de Execução das Penas, 2019).

Assim, diante da questão apresentada, o quesito do estudo emerge da seguinte indagação: como é organizado e implementado o processo educativo escolar no contexto penitenciário moçambicano? O objetivo geral da pesquisa é analisar esta contenda, descrevendo seus fundamentos teórico-normativos, seus limites, desafios e perspectivas, tomando como base o estudo de caso do Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo.

A motivação para a pesquisa prende-se com vários fatores, sendo de destacar os estudos realizados sobre o sistema prisional moçambicano por Amaral, (2000); De Brito, (2002); Niquice, (2013); Niquice, Damásio, Poletto e Koller (2018) e no contexto internacional por De Maeyer (2013), que apontam a baixa escolaridade e o insucesso escolar como uma das causas do comportamento desviante e criminal, sobretudo da delinquência juvenil. Por outro lado, a educação escolar, objeto desta pesquisa, é uma ferramenta sobre a qual gravita os demais direitos fundamentais. Assim, o estudo partiu de pressupostos de que a educação é, i) um direito humano; ii) um direito reservado a todos cidadãos em todas as idades e lugares; iii) um direito consagrado na lei; e, iv) uma política de reabilitação para a reinserção social do condenado.

PRISÕES E EDUCAÇÃO ESCOLAR

Segundo Lima (2016), a palavra “prisão” origina-se do latim *prensione*, que vem de *prehensione* (*prehensio, onis*), que significa prender. Na expressão do mesmo autor, “o termo prisão deve ser compreendido como a privação da liberdade de locomoção, com o recolhimento da pessoa humana ao cárcere, seja em virtude de flagrante delito, ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente [...]” (Lima, 2016, p. 1147). No contexto moçambicano, a prisão é definida no artigo 193 do Diploma Ministerial [DM] n°159/2014, como “Unidades destinadas a internar preventivos ou condenados que, por decisão judicial, lhe tenha sido imposto medida de privação de liberdade”.

O conceito mais detalhado de prisão nos é dado por Goffman (1961). Este oferece uma abordagem holística, partindo da constatação da existência na sociedade de instituições muito ‘fechadas’ do que as outras. “Seu fechamento ou seu carácter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico - por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos” (Goffman, 1961, p.16). A esses estabelecimentos, o autor dá o nome de ‘instituições totais’ como é o caso das prisões, incluindo nesta nomenclatura outros tipos de estabelecimentos como manicómios, hospitais psiquiátricos, quartéis entre outros. As instituições totais caracterizam-se como espaços fechados em si mesmo.

As instituições totais não permitem qualquer contacto entre o recluso e o mundo exterior, excluindo-o completamente do mundo imaginário, para que ele absorva totalmente as regras internas com vista ao seu processo de aprendizagem, sendo este o conceito de prisão que melhor se enquadra no presente estudo. Nesse contexto, a prisão representa, segundo

Soares (2015), a perda dos direitos civis e políticos; a suspensão, por tempo determinado, do direito de ir e vir livremente; mas não implica, de nenhum modo, a suspensão dos seus direitos ao respeito, à dignidade, à privacidade, à integridade física, psicológica e moral e ao desenvolvimento pessoal e social. Embora privados de liberdade, os reclusos mantêm a titularidade dos demais direitos fundamentais (Julião, 2011), é exemplo disso, o direito a educação. Por isso, Soares (2015) entende que a educação para pessoas privadas de liberdade não é um benefício, como muitos pensam, é um direito humano previsto na lei vigente.

Educação é um conceito polissémico e pode ser definido sob várias perspetivas. Para Haydt (2011), a palavra educação tem sido utilizada, ao longo do tempo, com dois sentidos: social e individual. Do ponto de vista social, é a ação que as gerações adultas exercem sobre as gerações jovens, orientando sua conduta, por meio da transmissão do conjunto de conhecimentos, normas, valores, crenças, usos e costumes aceites pelo grupo social. Do ponto de vista individual, a educação refere-se ao desenvolvimento das aptidões e potencialidades de cada indivíduo, tendo em vista o aprimoramento de sua personalidade. O Governo de Moçambique considera a educação como um direito e dever de todos os cidadãos; um instrumento para a afirmação e integração do indivíduo na vida social, económica e política, indispensável para o desenvolvimento do país e para o combate à pobreza (Plano Estratégico de Educação [PEE], 2012-2019). O termo educação é também definido como um processo dinâmico que busca, continuamente, as melhores estratégias para responder aos novos desafios que a continuidade, transformação e desenvolvimento da sociedade impõe (Lei n°18, 2018). Contudo, sem menosprezar o contributo da Haydt (2011), o conceito que mais se adequa para este estudo é o formulado por Libâneo (2006), que conceitua a educação como uma instituição social que se ordena no sistema educacional de um país, num determinado momento histórico. Esta aceção é complementada pelo conceito formulado pelo governo de Moçambique no PEE (2012-2019). Pois, os dois conceitos na sua complementaridade dão-nos uma visão holística que nos permite analisar o processo de organização e implementação da educação penitenciária nos limites definidos por este estudo.

Educação escolar é um termo que melhor se compreende na distinção das três categorias de educação, classificadas por Rego (2018), em educação formal, educação não formal e educação informal. Trata-se de uma classificação assente nos critérios de grau de formalização, de intencionalidade, de deliberação e estruturação das catividades educativas. Em linhas gerais, a diferença entre formal, não formal e informal é estabelecida tomando por base o espaço escolar (Cascais & Terán, 2014). Assim, as ações educativas escolares denominam-se formais, e aquelas realizadas fora da escola não formais e informais (Marandino, Selles, Ferreira, 2009, referido por Cascais & Terán, 2014). Falar da educação formal é falar da educação escolar. É um tipo de educação metodicamente organizada, que segue um currículo (com conteúdos previamente demarcados), obedece regras e leis de âmbito nacional, divide-se em disciplinas e classe de conhecimento e é, no cômputo geral uma modalidade de educação que culmina com a obtenção de certificado de habilitações (Gohn, 2006; Cascais & Terán, 2014).

A educação penitenciária refere-se a “educação escolar no contexto penitenciário”, cujo discernimento está intimamente ligado à compreensão de conceitos de “educação” e “prisão” como um todo. A educação caracteriza-se como um processo de instrução e ensino (Libâneo, 2006; Gohn, 2006); a prisão como uma instituição total devido ao seu fechamento (Goffman, 1961). Nesses termos, Aguiar (2009) refere que o primeiro dos desafios a enfrentar quando se falar de “educação no contexto penitenciário”, é o próprio conceito de prisão, que representa um obstáculo à aprendizagem, uma vez que ao ingressar em uma unidade prisional o indivíduo passa a ter a sua vida administrada, deixando de responder de maneira autónoma pelas decisões mais simples e elementares de seu dia a dia, como a hora de tomar banho, de acordar, de dormir, de fazer exercícios, de estudar, etc. A mesma visão é suportada por De Maeyer (2006) referido por Enofre e Julião (2013) afirmam ser a prisão, por si só um espaço não-educativo, uma vez que é considerado “bom recluso” aquele que respeita as regras e as decisões. Contudo, opondo-se a visão de De Maeyer (2006), Pereira (2011), conceitua a educação no contexto penitenciário, como sendo:

[...] um tipo de educação de adultos que visa escolarizar, formar e qualificar pessoas temporariamente encarceradas para que, depois que cumpram o tempo de privação da liberdade, possam reinserir-se com dignidade no mundo social e do trabalho, já que essas pessoas, em sua maioria, têm baixa ou nenhuma escolarização. Nesse sentido, grande parte dessas pessoas presas necessita de uma educação ampla e diferenciada para que adquiram conhecimentos, saberes e práticas que lhes possibilitem a (re)construção de sua cidadania, se é que em algum momento de sua vida social e produtiva ela foi ou se sentiu cidadã (Pereira, 2011, p. 40).

A educação escolar no contexto penitenciário é um direito humano consagrado na lei e defendido por vários teóricos (Pereira, 2018; Soares & Viena, 2017) como uma ferramenta indispensável para educar e instruir privados de liberdade com o propósito de garantir a sua reabilitação e reintegração social, apesar das incongruências dicotômicas do meio em que ela se desenvolve. E, conforme nos dá entender Julião (2016), a educação em espaços de privação de liberdade pretende alcançar três objetivos: i) manter os reclusos ocupados de forma proveitosa; ii) melhorar a qualidade de vida na prisão; e, iii) conseguir um resultado útil, tal como ofícios, conhecimentos, compreensão, atitudes sociais e comportamento, que perdurem além da prisão e permitam ao apenado o acesso ao emprego ou a uma capacitação superior, que, sobretudo, propicie mudanças de valores, pautando-se em princípios éticos e morais.

Educação escolar como política pública

As correntes propagadas pelo abolicionismo penal encabeçadas por Louk Hulsman, August Thompson, Pedro Kropotkin e outros, advogam a ideia de que os danos causados com a intervenção do sistema penal são mais nocivos à sociedade do que o mal que eles se prestam a resolver. Para os defensores desta corrente a reincidência é a prova mais evidente de que as prisões, ao invés de reabilitar agravam o problema da criminalidade. Facto que exige políticas públicas mais assertivas. A pertinência da análise de políticas públicas reside também no facto de, não raras vezes, a educação no contexto penitenciário afigurar-se com propostas pedagógicas desajustadas á realidade do sistema prisional, conforme descreve Julião (2016).

Para Agum, Riscado e Menezes (2015, p.15), “não existe apenas uma definição para a interpretação do conceito de políticas públicas. Ao longo de décadas o conceito foi sendo ressignificado”. Estes autores referem que a definição de políticas públicas que mais consenso reúne foi proposta por Dye (1984), abordando-a como o que o governo escolhe fazer ou não fazer. Decerto, o Estado é reconhecido como o local de debate e resolução dos problemas existentes em uma determinada sociedade e, a política pública é responsável pela identificação, planificação e solução de problemas através de uma ação estratégica que envolva sociedade e Estado (Benedito & Menezes, 2013).

Assim, no presente estudo, a abordagem de políticas públicas a destacar é feita por Rooij (2012). Este defende que as intervenções legais devem beneficiar os pobres, e que suas necessidades e preferências devem constituir a base para essas reformas. Sublinhe-se que a pobreza é apontada por estudos nacionais e internacionais (Niquice, 2013; De Mayear, 2013) como uma das principais características dos efetivos prisionais.

Rooij (2012) discute criticamente o conteúdo, contexto e méritos das abordagens “top-down”, modelo de tomada de decisão, de cima para baixo, sem a participação dos implementadores e na maioria das vezes com decisões descontextualizadas ao problema que pretendem resolver, comparando-as á abordagens “bottom-up”, modelo de tomada de decisão, de baixo para cima, com participação dos implementadores e com decisões que na maioria das vezes respondem as especificidades locais e inspirações do seu público-alvo. Dessa comparação, Rooij (2012) conclui que, embora os ideais do “bottom-up” apresentem significativas vantagens, não devem substituir as abordagens “top-down” mas complementar as práticas prévias de cooperação para o desenvolvimento legal e o paradigma do Estado de direito em que se baseiam.

Para Rooij (2012), a perspectiva “bottom-up approaches” exige reformas e intervenções para melhorar o acesso à justiça ou ao empoderamento (legal) dos pobres e, por esse motivo ela intensifica ações direcionadas ao fortalecimento da consciência legal, sobretudo através do fornecimento de educação. Importa destacar que uma das características das instituições totais descritas por Goffman (1961) reside no facto de as políticas públicas impostas pelas autoridades seguirem com frequência perspectivas de “topdown approaches”, facto que exige, como se disse antes, políticas públicas mais assertivas e a participação de todos os intervenientes na elaboração e na implementação das mesmas.

O que diz a literatura sobre educação no contexto penitenciário

As Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento dos Reclusos (1957, 1977, 2015) determinam que educação de analfabetos e jovens presos deve ser compulsória e a administração prisional deve destinar atenção especial a isso. Este instrumento enfatiza que, a educação dos presos deve ser integrada ao sistema educacional do país, para que após sua liberação possam continuar seus estudos sem maiores dificuldades. Aliado a esse facto, a Declaração de Kampala sobre as Condições

Penitenciárias na África (1996), destaca em linhas gerais a necessidade de a educação nas prisões ser ministrada de modo a facilitar a reintegração social de reclusos. Na mesma ótica, as regras de Beijing (1985), preceituam que a capacitação e o tratamento de jovens encarcerados têm por objetivo assegurar seu cuidado, proteção, educação e formação profissional para permitir-lhes que desempenhem um papel construtivo e produtivo na sociedade. Este instrumento recomenda ainda que os jovens reclusos devem receber a proteção e toda a assistência necessária social, educacional, profissional, psicológica, médica e física que requeiram devido à sua idade, sexo e personalidade e no interesse do desenvolvimento sadio, devendo para tal, ser mantidos separados dos adultos e detidos em estabelecimentos separados ou em partes separadas de um estabelecimento em que estejam detidos adultos [...] (5ª parte, nº26, Regras de Beijing, 1985). Por isso, estes todos instrumentos recomendam que as normas nelas incluídas sejam incorporadas na legislação nacional sobre a matéria.

Aguiar (2009) no seu artigo intitulado ‘educação de Jovens e Adultos (EJA) privados de liberdade: perspectivas e desafios’ considera que a educação voltada para jovens e adultos privados de liberdade deve considerar as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautar pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio. Segundo este autor, a efetivação do direito à educação dos indivíduos privados de liberdade, apesar de ser um direito expresso em diferentes leis e em tratados internacionais, ainda não é garantido, apontando a superlotação das prisões como um dos principais motivos que impede que o Estado cumpra o seu dever e direitos fundamentais, como é o caso do direito a educação.

Aguiar (2009) refere ainda que “a educação nas prisões vem sendo oferecida através de ações que, na maioria das vezes, ignoram as especificidades da modalidade de EJA, bem como de seus sujeitos [...]” (Aguiar, 2009, p.115). E, falando sobre o valor da educação nas prisões o autor refere que os agentes penitenciários e profissionais envolvidos diretamente na execução penal tendam a não priorizar os programas educativos para os privados de liberdade. E, para muitos dos indivíduos presos, a educação não aparece como prioridade, justificando nos termos seguintes: a maioria desses indivíduos não possui boas recordações da escola, pois no passado ela representou fracasso e frustração; muitos aprenderam a viver sem a escola ou nunca a tiveram como uma prioridade na vida (Aguiar, 2009). O autor diz ainda que, a escola só tem sentido

quando associada a um projeto de mobilidade social, o que nem sempre é fácil de ser construído no interior das prisões; e, para outros, ainda, a educação que é oferecida nas prisões é tão distante da realidade que vivem, que parece só fazer sentido como uma possibilidade a mais de passar um tempo fora da cela ou preencher o tempo livre, podendo, assim, ser substituída por qualquer outra actividade. Por isso, De Jesus (2008) recomenda que sejam adotadas estratégias para motivar os alunos a aderir a escola.

Outro estudo semelhante ao de Aguiar (2009) nos é apresentado por Julião (2016), no seu artigo intitulado “escola na ou da prisão?”. Segundo este autor, é muito comum, dentro de uma perspectiva convencional de educação colectiva e de correção de fluxo, assumir a Educação de Jovens e Adultos [EJA] como redução de conteúdos previstos para a educação regular básica, não se pensando propriamente em um currículo que atenda às especificidades e características dos seus sujeitos — jovens, adultos e idosos privados de liberdade. E, diante desse cenário o autor defende a necessidade de uma maior adequação à proposta de ensino implementada para os seus sujeitos, reconhecendo a sua diversidade, enfatizando ser “necessário um investimento em uma proposta política e pedagógica que leve em consideração as particularidades, especificidades e características dos sujeitos em situação de restrição e privação de liberdade” (Julião, 2016, p.35).

Contrariando tal perspectiva, Julião (2016) refere que grande parte das experiências de educação no sistema penitenciário brasileiro ainda segue um modelo tradicional de ensino regular para jovens e adultos encarcerados. “Geralmente, com poucas exceções, acabam levando para o cárcere experiências de educação implementadas extramuros. Ou seja, reproduz-se no cárcere uma escola padronizada que pouco dialoga com as especificidades dos seus sujeitos” (Julião, 2016, p.35-36). O autor defende uma política de educação em espaços de privação de liberdade que não esteja dissociada de uma política nacional de EJA. Contudo, que a sua proposta pedagógica esteja contida no projeto político institucional da unidade penal na qual está inserida.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é parte da dissertação de mestrado apresentada na Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), em Março de 2022, num estudo desenvolvido na então Cadeia Central de Maputo, atual Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo (EPPM), o maior estabelecimento de Moçambique e, sendo de nível provincial, abrange a área geográfica da província onde se situa, com uma população reclusória de sexo masculino, condenados a penas de prisão de curta e média duração, incluindo reclusos preventivos em secções próprias e jovens até 21 anos de idade (DM, nº159, 2014). O estudo é de abordagem qualitativa, de estudo de caso com características descritivas e exploratórias, facto que permitiu vivenciar “in loco” o processo educativo escolar e captar o maior número de informações possíveis. A opção por estudo de caso é fundamentada por Godoy (1995) e Ventura (2007). Para estes autores, os estudos de caso respondem às questões “como” e “porquê” da pesquisa e quando o foco de interesse é sobre fenómenos actuais, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real.

Para responder os objetivos da pesquisa utilizou-se técnicas qualitativas, como (i) análise documental, (ii) observação e (iii) entrevistas semiestruturadas. A análise documental permitiu retirar evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Por outro lado, indicou problemas que deviam ser mais aprofundados através de outros métodos, tendo igualmente complementado as informações obtidas por outras técnicas de recolha de dados. A operacionalização da técnica de observação possibilitou um contacto pessoal e direto do pesquisador com o processo de escolarização no local de estudo. Para Lüdke e André, (1986), para que a observação se torne uma técnica válida e fidedigna precisa ser planificada, isto é, determinar com antecedência “o quê” e “o como” observar. Por isso, recorremos a grelha de observação para balizar o campo e o objeto de observação. A aplicação de entrevistas semiestruturadas possibilitou que os entrevistados estivessem mais livres e a vontade, facto que facilitou a percepção dos aspetos que caracterizam a organização e implementação do processo educativo escolar no local de estudo. A população deste estudo foi constituída por gestores penitenciários, Direção da escola, três (3) professores e seis (6) reclusos encarcerados e matriculados nos diversos subsistemas do ensino escolar no estabelecimento objeto deste estudo.

No momento da realização deste estudo, estavam encarcerados cerca de 2.846 reclusos, dos quais 986 preventivos e 1.860 condenados, onde 1.116 encontrava-se matriculado nos diversos subsistemas de ensino (EPPM, 2019). Esta contava também com um efetivo de 26 professores, dos quais oito (08) do Regime Comum e dezoito (18) com funções da Guardas Penitenciária. Usamos amostras não-probabilísticas intencionais dirigidas aos gestores escolares e penitenciários e amostra não-probabilísticas por acessibilidade dirigidas aos reclusos e professores.

A análise de dados documentais assim como de dados de observação baseou-se no método de análise de conteúdo, definido por Krippendorff (1980) citado por Lüdke e André (1986, p.41), como "uma técnica de pesquisa para fazer inferências válidas e replicáveis dos dados para o seu contexto". As entrevistas foram examinadas com base na análise temática definida por Braun e Clarke (2006) como um método para identificar, analisar e relatar padrões (temas) dentro dos dados (Braun & Clarke, 2006). Para tal, foram criadas quatro (4) unidades temáticas e categorias de modelo fechado proposto por Laville e Dionne (1999, p.

219), no qual “o pesquisador decide a priori categorias, apoiando-se em um ponto de vista teórico que se propõe o mais frequentemente submeter a prova da realidade”. A vantagem das categorias fechadas prende-se com o facto de o pesquisador, não precisar de inventar seu instrumento de análise a medida em que a pesquisa progride, justificado também pela raridade de pesquisas sem uma base teórica fundada. A validação dos resultados foi feita através da triangulação dos dados obtidos com o referencial teórico que subsidiou o estudo.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise desta matéria tomou em consideração indicadores para aferir, se quadro legal responde a aspetos relevantes de Políticas Públicas de educação escolar no contexto penitenciário. Para tal, foram selecionados e analisados os principais instrumentos normativos que regem o sistema penitenciário moçambicano na atualidade, nomeadamente: Resolução n.º65/2002, 27 de Agosto, que cria a Política Prisional e Estratégia da sua Implementação; Diploma Ministerial n.º130/2002, de 7 de Agosto, que cria as escolas secundárias das Cadeias Centrais de Maputo e Beira, bem como das Penitenciárias Industriais e Agrícolas de Nampula, Chimoio e Mabalane e do Centro de Reclusão Feminina de Ndlavela; Diploma Ministerial n.º207/2012 de 06 de Setembro, que

cria o Estabelecimento Penitenciário de Recuperação Juvenil de Boane; Lei nº3/2013, de 16 de Janeiro, que cria o Serviço Nacional Penitenciário (SERNAP); Decreto nº63/2013, de 06 Dezembro, que cria o Estatuto Orgânico do SERNAP; Diploma Ministerial nº159/2014, de 29 de Setembro que cria o Regulamento Interno do SERNAP e Lei nº26/2019, de 27 de Dezembro que cria o Código de Execução das Penas (CEP). A análise documental incluiu também relatórios da escola.

A Resolução nº65/2002 é a primeira Política Prisional de Moçambique após a independência de 1975, que fixa um conjunto de medidas a introduzir a curto, médio e longo prazo para o desenvolvimento do sistema prisional. Com a promulgação desta política, pretendia-se, não só, ajustar as normas penitenciárias à realidade sociopolítica e económica do país, como também, alinhar o quadro legal às diretrizes internacionais sobre o tratamento de reclusos, com destaque para as recomendações da Declaração de Kampala (1996) e Regras Mínimas das Nações Unidas sobre o tratamento de reclusos (1957, 1977, 2015), facto que evidencia a preocupação do governo de Moçambique pelos direitos humanos e fundamentais da pessoa privada de liberdade. Trata-se de uma norma que confere uma relevância acentuada à educação escolar no rol de mecanismos de tratamento de reclusos no processo de reabilitação para a sua reinserção social. Por essa razão, os instrumentos legais produzidos e publicados após esta política colocam a educação escolar no lugar de destaque.

Na sequência desse marco histórico, para a concretização do Direito à educação em meio prisional, foi aprovado o Diploma Ministerial [DM] n.º130/2002, de 7 de Agosto, que cria a escola objeto desta pesquisa e outras no país, para lecionar 2.ºGrau do Ensino Primário, 1.ºCiclo do Ensino Secundário e promover a Alfabetização e Educação de Adultos. Este Diploma é até então, o único e principal instrumento normativo que assegura a efetivação da educação escolar no contexto penitenciário moçambicano. Pode-se ler no preâmbulo desta norma que o fim da pena é de reabilitação e adaptação do recluso à vida em sociedade, através de criação de mecanismos apropriados, assegurando ao mesmo tempo, a formação técnico-profissional e o acesso à educação, a todos níveis.

Como se depreende da abordagem anterior, as diretrizes do quadro legal destacam na componente reabilitação e reinserção social os processos formativos contínuos e profissionalizantes, tomando também em consideração as disposições contidas na Política Prisional de Moçambique (2002); Lei nº3/2013, que cria o SERNAP; Regulamento Interno do SERNAP (2014); Código de Execução das Penas (2019) entre outras. Por

exemplos, os artigos 49 e 50 do Código de Execução das Penas (2019) determinam que a escolha, conceção, organização e implementação de ações de formação e aperfeiçoamento profissional deve privilegiar áreas de maior procura no mercado de trabalho e atender às aptidões dos reclusos com soluções baseadas em módulos que permitam que o recluso transferido ou libertado continue e termine a sua formação noutro estabelecimento ou fora do meio penitenciário.

Além disso, a educação escolar é assumida pela Política Prisional de Moçambique (2002), Código de Execução das Penas (2019) e outras, não só, como obrigação para aqueles que ainda não tem qualquer grau de ensino, mas também, como prioridade, para os jovens, com atenção especial a idade compreendida entre 16 a 21 anos. Na mesma direção, a Lei nº3/2013, que cria o SERNAP, à semelhança do Diploma Ministerial nº130/2002, incorpora na sua estrutura orgânica os estabelecimentos de ensino para reclusos. Esta lei é consubstanciada pelo Decreto nº63/2013, que aprova a estrutura orgânica do SERNAP, a qual dispõe no nº 2 do artigo 50 que “os estabelecimentos de ensino do SERNAP compreendem: a Alfabetização e Educação de Adultos; Ensino Básico, Secundário Geral e Técnico Profissional, factos que mostram a preocupação do governo moçambicano pelo alargamento da rede escolar e profissionalização do ensino no contexto penitenciário.

Repare que em todos instrumentos normativos analisados nesta pesquisa, a educação profissional é tida como prioridade no tratamento de reclusos, definida no Decreto nº18/2018, de 28 de Dezembro, que cria o atual Sistema Nacional de Educação [SNE], como o principal instrumento para a formação profissional da força de trabalho qualificada, necessária para o desenvolvimento económico e social do país. Contudo, embora a educação profissional no contexto penitenciário seja assumida como prioridade no plano nacional e internacional a sua efetivação está longe de se tornar realidade.

Sublinhe-se que a população prisional moçambicana é maioritariamente constituída por jovens (Amaral, 2000; De Brito, 2002; Niquice, Poletto & Koller, 2017, Niquice, 2013; 2016). Este facto é também confirmado nos estudos internacionais (De Maeyer, 2013; Sarkin, 2008). Por exemplo, a tese de Niquice (2016) realizada no contexto moçambicano, refere que 71% dos jovens encarcerados estavam na faixa dos 16-25 anos de idade. Relacionado a este facto, instrumentos normativos internacionais e nacionais recomendam a separação dos diferentes tipos de reclusos apontando a idade como um dos indicadores de separação (Política Prisional de Moçambique, 2002; Código de Execução

das Penas, 2019; Regras de Beijing, 1985; Regras Mínimas das Nações Unidas Para o Tratamento de Reclusos, 2015). É por isso que foi inaugurado em 2011, o Estabelecimento Penitenciário de Recuperação Juvenil de Boane, mais tarde legalizado através do DM nº207/2012, de 06 de Setembro, para acolher jovens de 16 a 21 anos de idade para fins educacionais e formação profissional (Código de Execução das Penas, 2019), por ser o grupo propenso e vulnerável à delinquência juvenil. Todavia, esta unidade, até então a primeira e única prisão-escola de Moçambique desde a independência de 1975, não dispõe ainda de condições, ou seja, não contempla nas suas infraestruturas salas de aulas para atividades formativas, contrariando os propósitos pelos quais foi criado. Isso significa que todos os reclusos jovens, de idades entre 16 a 21 anos transferidos para aquela unidade juvenil não têm acesso à educação escolar, ou seja, estão vedados do direito à educação.

Relacionado a essas vicissitudes, as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (2015), constituem um dos principais dispositivos internacionais na proteção dos direitos dos reclusos. Segundo esta norma “[...] a educação dos presos deve ser integrada ao sistema educacional do país, para que após a restituição da sua liberdade, possam continuar seus estudos sem maiores dificuldades. [...]”([UNODC], 2015, p.32-33). O mesmo sucede em Moçambique. A educação escolar no contexto penitenciário rege-se pelas normas do Sistema Nacional de Educação [SNE] vigente. É verdade que isso torna o quadro legal interno alinhado às diretrizes internacionais. Todavia, o art. 46 do Código de Execução de Penas (2019), ao preceituar que o ensino escolar para os privados de liberdade deve orientar-se pelos mesmos métodos, programas e conteúdos aprovados pelo Ministério da Educação para os diversos níveis de escolaridade e condições em que é prestado aos cidadãos em liberdade, leva-nos a concluir que o ensino penitenciário moçambicano não leva em consideração as diferenças do meio e do contexto onde se insere, bem como as aspirações e necessidades educativas do seu público-alvo.

Em nosso entender, a organização do ensino preceituada no artigo 46 da norma citada, suscita dúvidas no que concerne ao alcance das metas por não diferenciar os objetivos educacionais do SNE dos objetivos da reabilitação penal. A nossa constatação não é primeira.

Julião (2016, p.36) chamou isso de “[...] experiências com propostas pedagógicas descontextualizadas da realidade do sistema prisional”. Este autor vai mais longe ainda ao esclarecer que grande parte das experiências de educação no sistema penitenciário segue um modelo tradicional de ensino regular para jovens e adultos encarcerados. “Geralmente, com poucas exceções, acabam levando para o cárcere experiências de educação implementadas extramuros. Ou seja, reproduz-se no cárcere uma escola padronizada que pouco dialoga com as especificidades dos seus sujeitos” (Julião, 2016, p.35-36).

Portanto, ainda que a educação esteja integrada ao sistema educacional do país, como recomendam as diretrizes internacionais, é necessário que essa integração responda aos propósitos pelos quais as prisões se propõem a resolver. Ou como diz Piletti (2004), é fundamental que exista uma planificação de ensino que leve em consideração as características socioeconómicas do meio ou contexto; características dos alunos; recursos da região e da escola; objetivos visados; conteúdos visados entre outros aspetos. Dito em outras palavras, é necessário “um investimento em uma proposta política e pedagógica que leve em consideração as particularidades, especificidades e características dos sujeitos em situação de restrição e privação de liberdade” (Julião, 2016, p.35), neste caso, jovens, adultos e idosos privados de liberdade.

Ademais, para assegurar o correto funcionamento das escolas em meio penitenciário, o Regulamento Interno do SERNAP (2014) orienta que os estabelecimentos de ensino sejam regrados por regulamentos específicos próprios (art. 474, DM n.º159, 2014). Esta orientação pode ser encontrada também nas Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (1955, 1957, 1977, 2015) e no artigo 4, do DM n.º130/2002, que cria a escola objeto desta pesquisa e outras no país. Contudo, apesar deste imperativo legal, não existe até então, nenhuma norma legal e/ou regulamento interno que oriente e regule de forma específica o processo educativo escolar no contexto penitenciário moçambicano.

E, por não pretendermos esgotar o assunto, realçamos que os documentos aqui analisados constituem os principais dispositivos legais que regem o sistema penitenciário moçambicano na atualidade, facto que permitiu agregar algumas balizas elucidativas sobre a organização do ensino no contexto penitenciário moçambicano. Esta análise mostrou o destaque que a educação escolar ocupa no processo de reabilitação para a reinserção social do condenado como prioridade das ações do governo de Moçambique. Portanto, a análise dos documentos permitem-nos concluir que o quadro legal do contexto penitenciário moçambicano é favorável para a implementação do

ensino escolar, pois o seu conteúdo aglutina preceitos dos objetivos da reabilitação penal. Ou melhor, a forma como a organização escolar se dispõe, mostra-se alinhada aos propósitos e desafios que a execução penal se propõe resolver, que é educar e instruir jovens, adultos e idosos privados de liberdade para garantir a sua reabilitação e reinserção social. Contudo, o ensino implementado apresenta lacunas, em virtude de não dispor de instrumentos regulamentares e não levar em consideração as diferenças do meio e do contexto e em consequência disso, não responder as reais necessidades do seu público-alvo.

Educação escolar no contexto penitenciário moçambicano

A escola objeto desta pesquisa, situa-se no interior das instalações da então Cadeia Central de Maputo, atual Estabelecimento Penitenciário Provincial Maputo, localizado na província de Maputo, cidade de Matola, Bairro da Machava. Ela tem autonomia administrativa e funciona em instalações próprias, com base legal no Diploma Ministerial nº130/2002, de 07 de Agosto. A escola subordina-se ao Ministério da Justiça representado pelo SERNAP, sob coordenação e supervisão pedagógica do Ministério da Educação. Tem 5 (cinco) salas de aulas espaçosas, constituídas por carteiras duplas que correspondem a 60 alunos, um quadro preto espaçoso, uma secretária e cadeira para o professor, e, do lado de fora, três casas de banho segmentadas para homens e mulheres, uma para os alunos e duas para a direcção da escola e professores. Todavia, contrariamente ao que se determina no art. 6 do Regulamento Geral de Ensino Básico [RGEB], aprovado pelo DM nº46/2008, de 14 de Maio, as salas de aulas não tem equipamento específico para alunos com necessidades educativas especiais, kit de material de primeiros socorros e a sua configuração não garante o acesso aos portadores de deficiência física, conforme dispõe o Regulamento de Construção e Manutenção dos Dispositivos Técnicos de Acessibilidade, Circulação e Utilização dos Sistemas dos Serviços Públicos à Pessoa Portadora de Deficiência, aprovado pelo Decreto nº53/2008, de 30 de Dezembro. A escola tem uma biblioteca pouco espaçosa, com livros que não respondem as necessidades didáticas da escola, sobretudo, no ensino básico e secundário geral do 2º grau.

Processos de admissão e gestão escolar

O processo de admissão dos alunos é baseado no princípio de gratuidade e obrigatoriedade de ensino com prioridade para reclusos que ainda não tenham qualquer grau de ensino e aos de idade inferior a vinte e um anos (art. 47, Lei Nº26, 2019). Porém, constata-se que a constituição das turmas é feita por jovens e adultos de todas as idades, sem distinção da moldura penal e o tipo de crime cometido, factos que violam o princípio de separação de reclusos previstos nos diversos instrumentos legais internacionais e nacionais (Regras Mínimas das Nações Unidas Para o Tratamento dos Reclusos, 2015; Regras de Beijing, 1985; Política Prisional de Moçambique, 2002; Regulamento Interno do SERNAP, 2014; Código de Execução das Penas, 2019). Para citar alguns exemplos, as Regras de Beijing (1985) definem que os jovens em privação de liberdade devem ser separados dos adultos e encarcerados em estabelecimentos separados ou em partes separadas de um estabelecimento em que estejam adultos. A Política Prisional de Moçambique (2002), por sua vez, recomenda que os preventivos sejam separados dos condenados em função do sexo, idade, situação prisional, tipo de crime e pena aplicada. Sublinhe-se que esta medida evita sempre que possível que os estabelecimentos penitenciários se transformem em locais de troca ou partilha de experiências de experiências em matéria de crime.

Grelha curricular

A grelha curricular para os níveis de escolaridade está estruturada em anos e/ou classe, ciclos de aprendizagem, áreas curriculares e disciplinas organizadas em função da abordagem do domínio específico de conhecimentos. Gohn (2006); Cascais e Terán (2014) afirmam que, a educação escolar tem um carácter metódico e requer a organização de vários tipos (inclusive a curricular), e usualmente divide-se em classe de conhecimento, disciplinas e sistematização sequencial das atividades. Nesse contexto, temos na Escola Secundária da EPPM a seguinte grelha curricular:

i) Ensino Básico**Quadro 1** – Grelha curricular do Ensino Básico

Áreas/Disciplinas	Alfabetização e Educação de Adultos (AEA)		Ensino Primário do 2º Grau
	1º Ano	3º Ano	6ª e 7ª Classe
Comunicação e Ciências Sociais	Literacia	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa, Línguas moçambicanas; Ciências Sociais, Inglês
Ciências Naturais e Matemática	Numeraria	Matemática e Ciências Naturais	Ciências Naturais e Matemática,
Actividades Práticas e Tecnológicas			Educação Visual, Ofícios e Educação Física; TIC's
Disciplinas Opcionais		Educação moral e Cívica	Educação moral e cívica,

Fonte: (Relatório da Escola do EPPM, 2020)

ii) Ensino Secundário Geral do 1º Ciclo**Quadro 2** – Grelha curricular do ESG - 1º Ciclo

Área/disciplinas	1º Ciclo do ESG		
	8ª Classe	9ª Classe	10ª Classe
I. Comunicação e Ciências Sociais	Português, Inglês Geografia, História	Português, Inglês Geografia, História	Português, Inglês Geografia, História
Disciplinas opcionais	Línguas moçambicanas, Francês, Artes Cénicas (Escolhe uma no ciclo)	Línguas moçambicanas, Francês, Artes Cénicas (Escolhe uma no ciclo)	Línguas, Francês, Artes Cénicas (Escolhe uma no ciclo)
II. Matemática e Ciências Naturais	Matemática Biologia Química Física	Matemática Biologia Química Física	Matemática Biologia Química Física
III. Actividades Práticas e Tecnológicas	Ed. Física, Educação Visual	Ed. Física, Educação Visual	Ed. Física, Educação Visual
Disciplinas profissionalizantes	Agro-Pecuária	Noções de Empreendedorismo Agro-Pecuária	TIC's; Noções de Empreendedorismo Agro-Pecuária

Fonte: Plano curricular do ensino secundário geral, [PCESG], 2007

iii) Ensino Secundário Geral (ESG) - 2ºCiclo

Quadro 3 – Grelha curricular do ESG - 2ºCiclo

Áreas/Disciplinas 2ºCiclo do ESG		
	11ªClasse	12ªClasse
Tronco Comum	Português, Inglês, Introdução à Filosofia, Matemática, TIC's e Educação Física;	Português, Inglês, Introdução à Filosofia, Matemática TIC's Educação Física
Disciplinas Profissionalizantes (O aluno escolhe uma no ciclo)	Noções de Empreendedorismo, Introdução à Psicologia e Pedagogia, módulos técnico-profissionais.	Noções de Empreendedorismo, Introdução à Psicologia e Pedagogia, módulos técnico-profissionais.
OPÇÃO A: Comunicação e Ciências Sociais (Escolhe três disciplinas)	Geografia, História; Línguas moçambicanas; Francês	Geografia, História, Línguas moçambicanas, Francês
OPÇÃO B: Matemática e Ciências Naturais (O aluno escolhe três disciplinas)	Biologia; Química; Física; Geografia	Biologia; Química; Física; Geografia
OPÇÃO C: Artes Visuais e Cénicas (O aluno escolhe três disciplinas)	Desenho e Geometria descritiva, Educação Visual e Artes Cénicas	Desenho e Geometria descritiva Educação Visual e Artes Cénicas
Total de disciplinas por opção	10	10

Fonte: Plano curricular do ESG, (2007)

Os quadros 1, 2 e 3 acima, ilustram o currículo do SNE em vigor no país cuja implementação mostra lacunas, não só, no contexto penitenciário, como também fora dele. Só para exemplificar, na escola objeto deste estudo não são ministradas disciplinas de atividades práticas, tecnológicas, opcionais e profissionalizantes das grelhas apresentadas. Além disso, por motivos de segurança penitenciária e limitações tecnológicas da instituição, não são ministradas no Ensino Secundário Geral [ESG], disciplinas ou módulos de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) e Educação Física. Este cenário torna-se mais crítico ainda, em virtude de após a conclusão do 1ºCiclo do ESG, o aluno é orientado a escolher dentre as opções, A, B ou C, tomando em consideração a área de especialização que pretende seguir no Ensino Superior. Porém, na escola em análise, a opção A, é único grupo de disciplina ministrado. Isso significa que, ainda que o aluno tenha vocação ou inclinação para as opções, B ou C, é obrigado a seguir a opção A, por ser o único grupo possível.

Na mesma senda, o Plano Curricular do Ensino Secundário Geral [PCESG] (2007) do Sistema Nacional de Educação em Moçambique caracteriza o Ensino Secundário Geral [ESG] como enciclopédico e orientado para a continuação dos estudos no Ensino Superior, não respondendo assim às necessidades do mercado de trabalho e da sociedade moçambicana no geral e do mundo globalizado. Segundo esta caracterização, o ESG não desenvolve as competências necessárias, (1) para a inserção no mercado de trabalho; (2) criação de autoemprego; e, (3) progressão noutros cursos especializados. O mesmo ocorre no contexto penitenciário moçambicano, facto que contraria o nº1 do artigo 49 do Código de Execução das Penas (2019), que diz que a escolha e organização de acções de formação e aperfeiçoamento profissional a realizar nos estabelecimentos penitenciários deve privilegiar áreas de maior procura no mercado de trabalho e atender-se às aptidões dos reclusos destinatários das acções formativas.

O Corpo docente

A escola secundária do EPPM é constituída por dois grupos de professores que totalizam 26, dos quais oito (08) do regime comum da carreira do professor em vigor em Moçambique, recrutados por via do concurso público para o ingresso no Quadro da Escola, e, dezoito (18) membros do SERNAP com funções da Guarda Penitenciária com formação em educação. Este facto conforma-se com a visão de Rego (2018); Cascais e Terán (2014) e Gohn (2006), para os quais a educação escolar requer um pessoal especializado. Todavia, parte destes professores não têm a formação psicopedagógica. E, diferentemente dos professores, do ramo da Guarda Penitenciária, os professores do regime comum, quando ingressam na carreira docente não beneficiam de nenhuma formação ou capacitação específica voltada à realidade, meio e contexto penitenciário. Este facto, na visão de Julião (2016), Pillete (2004) e Libânio (2006) pode contribuir para o fracasso escolar e comprometer os objetivos da execução penal. Por isso, quando se fala da educação no contexto penitenciário, Aguiar (2009, p.115) chama atenção para “a necessidade de formação específica para os profissionais que dela se ocupam”.

Efetivos prisionais e escolares

Os efetivos prisionais e escolares do EPPM constituem um outro aspeto relevante nesta análise. Pois, dados colhidos no relatório da escola do EPPM (2020) apontam a existência de 2.768 reclusos, dos quais 2.062 condenados e 706 preventivos. Deste efetivo, 1.131 encontravam-se inscritos no início do ano nos diversos níveis de ensino escolar. Porém, verifica-se uma redução significativa dos efetivos escolares ao longo do ano resultantes de solturas por cumprimento da pena, transferências para brigadas de trabalhos nos Centros Abertos de Produção entre outros motivos. Isto é, dos 1.131 reclusos inscritos no início do ano, até ao princípio de Dezembro, tinham restado apenas 809 alunos.

Repare que a desistência ou abandono da escola por motivos de soltura ou transferências para outros estabelecimentos requer uma reflexão profunda. Pois, o nº5, do artigo 46, do CEP (2019), determina que os Ministérios, da Justiça e de Educação, podem celebrar acordos para a frequência do ensino de cidadãos postos em liberdade após o cumprimento da pena. Além disso, o artigo 50 da mesma norma diz que a conceção e implementação dos programas de formação profissional devem privilegiar, sempre que possível, soluções baseadas em módulos suscetíveis de permitir ao recluso transferido ou liberto continuar a sua formação e terminá-la num outro estabelecimento Penitenciário ou fora dele. Portanto, estes dados permitem-nos concluir com base nas constatações de Aguiar (2009) e de Niquice (2016), que a educação penitenciária em Moçambique não é assumida como prioridade tanto por reclusos assim como por gestores penitenciários, podendo por via disso, “ser substituída por qualquer outra actividade” (Aguiar, 2009, p.112).

Voltando à questão dos efetivos, constata-se que dos 2.768 reclusos encarcerados no EPPM em 2020, apenas 1.131 encontravam-se inscritos nos diversos subsistemas de ensino. Todavia, a escola tem apenas 5 salas de aulas para lecionar todas modalidades de ensino, de Alfabetização e Educação de Adultos até a 12ª Classe do SNE. Cada sala de aulas tem capacidade para 60 alunos. Isso significa que a capacidade institucional é de 600 alunos distribuídos em dois períodos letivos - de manhã e de tarde. Seguindo essa lógica, embora não seja foco desta pesquisa discutir a proporcionalidade entre reclusos matriculados e a capacidade da escola, mas, os dados permitem-nos, por um lado, concluir que os 1.131 reclusos inscritos nos diversos subsistemas de ensino representam o dobro da capacidade da escola. Por outro lado, os 1.131 reclusos inscritos equivalem a 40,86%

do universo dos 2.768 encarcerados na Unidade, o que significa que cerca de 59,14% dos reclusos não tem acesso a educação escolar. Portanto, associar estes números às estatísticas apresentadas por Niquice (2013; 2016), em 60% na faixa etária dos 16-21 anos de idade e 80% na faixa etária dos 16-35 anos, concluímos que o universo de reclusos encarcerados no EPPM, na sua maioria jovens em idade escolar está muito acima das capacidades de oferta institucional.

Assistência as aulas

A turma assistida estava numa aula de preparação dos exames do fim do ciclo do ano 2020, caracterizado por constantes interrupções por motivos de Estado de emergência causada pela eclosão e propagação da COVID-19. O livro de turma registava vinte (20) alunos matriculados na 12ª classe. Contudo, estavam presentes na sala de aulas apenas doze alunos, dos quais, cinco (05) não eram reclusos. Destes, (1) uma era do sexo feminino, professora de alfabetização na mesma escola, os outros quatro (04) eram guardas penitenciários matriculados para concluir o nível médio de escolaridade. Na explicação do professor, ninguém mais faltava.

Isso significa que dos 20 reclusos inscritos na 12ª Classe no início do ano 2020, apenas 7 é que chegaram ao fim do ano. E, diante desta realidade, a pergunta que se coloca é: o que significa 7 reclusos no universo dos 2.862 que cumprem pena na Unidade objeto deste estudo? Este é apenas um exemplo a ilustrar. Como se pode constatar, é um panorama que mostra que apesar dos esforços envidados pelo governo na criação das condições para garantir a educação como um direito para todos, há fragilidade na implementação de medidas para o acompanhamento e retenção do aluno na escola com vista a dar-se o seguimento dos objetivos educacionais e da execução penal, motivados na maioria das vezes pelas transferências de reclusos para estabelecimentos penitenciários desprovidos de escolas, a exemplo do Estabelecimento de Recuperação Juvenil de Boane, Estabelecimentos distritais e Centros Abertos de Produção, localizados nos diversos distritos do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi de analisar o processo educativo escolar no contexto penitenciário moçambicano, descrevendo seus pressupostos teórico-normativos, modos da sua organização, implementação, limites, desafios e perspectivas. Os resultados mostram que o quadro legal da educação no contexto penitenciário moçambicano registou reformas significativas que apontam que a sua organização está alinhada às diretrizes internacionais e aos propósitos e desafios que a execução penal se propõe resolver que é educar e instruir jovens, adultos e idosos privados de liberdade para garantir a sua reabilitação e reinserção social; sendo por isso, bastante favorável para a implementação da educação escolar. Contudo, o ensino implementado apresenta lacunas no campo da sua implementação, pelo facto de não dispor, não só, dos instrumentos regulamentares que regulem as suas práticas, como também, de uma diretriz normativa e curricular nacional que atende às especificidades, particularidades, perfis, características e suas reais necessidades. O ensino ministrado é basicamente orientado para o ensino geral e, em virtude disso, não proporciona habilidades e potencialidades para áreas de maior procura no mercado de trabalho conforme dispõem as normas que regem o sistema prisional moçambicano (Resolução N°65, 2002; DM N°130, 2002; Lei N°26, 2019).

Estes resultados devem ser gradualmente melhorados para responder aos propósitos que a execução penal se propõe e permitir que após o cumprimento da pena o recluso tenha acesso ao emprego ou a continuação dos seus estudos, tornando-se cidadãos respeitadores das normas de convivência social. Dito por outras palavras, a educação no contexto penitenciário deve ser vista e encarada na perspectiva dos direitos humanos. Um direito reservado a todas as pessoas, independentemente da sua situação económica, política ou social, seja recluso ou não.

Uma educação para toda a vida e todas as idades, com currículos que atendam às especificidades, necessidades e características dos seus sujeitos - jovens, adultos e idosos privados de liberdade, facto que impõe o desafio da necessidade de se submeter todos educadores penais á formações contínuas contextualizadas às especificidades do trabalho educativo em ambiente de privação de liberdade.

Os resultados da pesquisa sugerem, em linhas gerais, a necessidade de se reconhecer as diferenças do meio, do contexto e do público-alvo. É, verdade que a escolarização de reclusos deve estar integrada no sistema educacional vigente no país para garantir a continuação dos estudos após o cumprimento da Pena (Regras Mínimas das Nações Unidas Para o Tratamento dos Reclusos, 1957, 1977, 2015). Porém, isso só não basta, é necessário que essa educação responda aos objetivos visados e as reais necessidades do seu público-alvo. Assim sugerimos que seja criada, a) uma diretriz normativa e curricular nacional para o contexto penitenciário moçambicano como política pública de educação que atendam às especificidades, necessidades, perfil e características dos jovens, adultos e idosos privados de liberdade; b) Sejam criadas normas específicas ou Regulamento Interno que regulem e orientem a organização e implementação do processo educativo escolar no contexto penitenciário; c) Sejam envidados esforços para introdução do ensino técnico profissional que priorize áreas de maior procura no mercado de trabalho conforme dispõe o Código de Execução Penal (2019) e outros instrumentos normativos e que sejam promovidos no contexto penitenciário debates e pesquisas científicas sobre temas concernentes a execução penal que favoreçam melhorias às experiências e práticas penitenciárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguiar A. (2009). Educação de Jovens e Adultos privados de liberdade: perspectivas e desafios. *Paidéia r. do cur. de ped. da Fac. de Ci. Hum. e Soc., Univ. Fumec.*, Belo Horizonte, 6(7), 101-121.

Agum, R., Riscado, P., & Menezes, M. (2015). Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. *Agenda Política*, 3(2), 12–42.

<https://doi.org/10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.numero>

Amaral, A. D. (2000). *O sistema Prisional em Moçambique*. PNUD – Programa de apoio ao sector da justiça. Maputo.

Benedito, A. & Menezes, D. F. N. (2013). *Políticas públicas de inclusão social: o papel das empresas*. *Revista Ética e Filosofia Política*, 1(16), 57-76.

<https://doi.org/10.34019/2448-2137.2013.17703>

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>

Cascais, M. G. A., & Terán A. F. (2014). Educação formal, informal e não formal na educação em ciências. *Ciência em tela*, 7(2).

De Maeyer, M. (2013). A Educação na Prisão não é uma Mera Actividade. *Educação & Realidade*, 38(1), 33-49.

De Brito, L. (2002). *Os Condenados de Maputo*. Programa PNUD de Apoio ao Sector da Justiça. Maputo: CEIDIMA.

De Jesus S. N. (2008). Estratégias para motivar os alunos. *Educação*, Porto Alegre, 31(1), 21-29.

Da Silva, M. A. (2013). *A técnica da observação nas ciências humanas*. *Revista Educativa*

- *Revista de Educação*, 16(2), 413-423. <https://doi.org/10.18224/educ.v16i2.3101>

Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. Editoras Atlas.

Gohn M. G. (2006). Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, 14(50), 27-38.

<https://doi.org/10.1590/S0104-40362006000100003>

Graciano, M. (2005). *Educação também é Direito Humano*. Acção Educativa.

UNESCO. *Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

Escritório das Nações Unidas sobre drogas e crimes [UNODC] (2015). *Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos* (Regras de Nelson Mandela). Disponível em http://reformatar.co.mz/documentos-diversos/nelson_mandela_rules-p-ebook/view

Goffman, E. (2008). *Manicômios, prisões e conventos*. (Tradução de Dante Moreira Leite). (7. ed.). Perspectiva.

Godoy A. S. (1995). Pesquisa qualitativos tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(3), 20-29.

Haydt, R. C. C. (2011). *Curso de Didáctica Geral*. Edição Ática.

Julião, E. F. (2016). *Escola na ou da prisão?* *Cad. CEDES*, 36 (98), 25-42. <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622016162554>

Laville, C., & Dionne J. (1999). *A construção do saber: Manual de metodologia em ciências humanas*. Editoras UFMG.

Libâneo J. C. (2006), *Didáctica*. Editora Cortez.

Lima R. B. (2016). *Manual de Processo Penal*. Editora Juspodivm.

Lüdke, M., & André, M. E.D.A., (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. EPU.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (1996). *Técnicas de pesquisa: planificação e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados*. Atlas.

Ministério da Educação e Cultura Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação (INDE) (2007). *Plano Curricular do Ensino Secundário Geral (PCESG) — Documento Orientador, Objectivos, Política, Estrutura, Plano de Estudos e Estratégias de Implementação*. UEM.

Niquice, F. L. A. (2013). *Características biossociodemográficas, motivações do comportamento infractor, e perspectivas de futuros de jovens em situação de situação de reclusão na cidade de Maputo*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Niquice, F.L.A., Damásio, B. F., Poletto, M., & Koller, S. H. (2018). O perfil de Jovens da Cidade em situação de reclusão. *Revista Científica da ACIPOL*, 1, 68-83.

Onofre, E, M, C., & Julião E. F. (2013). A Educação na Prisão como Política Pública: entre desafios e tarefas. *Educação & Realidade*, 38(1), 51-69. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view30703>

UNESCO (1999). *Declaração de Hamburgo e Agenda para o futuro. Conferência internacional sobre educação de adultos, Declaração de Hamburgo: Agenda para o futuro*. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/ark:4822/pf0000116114_por

Pereira, A. (2011). A educação-pedagogia no cárcere, no contexto da pedagogia social: definições conceituais e epistemológicas. *Rev. Ed. Popular*, 10, 38-55.
<http://doi.org/10.14393/rep-2011-20214>

Pereira, A. (2018). A Educação em Prisões e a formação dos profissionais do sistema prisional: uma análise a partir dos Planos Estaduais de Educação em Prisões. *Contemporâneos: Revista de artes e Humanidades*, 17. Disponível em: <https://www.revistacontemporaneos.com.br/wp-content/uploads/2018/01/Pereira-A-Educa%C3%A7%C3%A3o-em-Pris%C3%B5es-e-a-forma%C3%A7%C3%A3o-1-1.pdf>

Pilette, C. (2004). *Didáctica Geral*. Editora Ática.

Plano Estratégico da Educação, [PEE], 2012-2019, (junho de 2012), Aprovado pelo Conselho de Ministros. Maputo, Moçambique.

Regras das Nações Unidas para a protecção dos jovens privados de liberdade (1985). NewYork: UnitedNations. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/ProfessionalInterest/beijingrules.pdf>.

Rego, A. M. X. (2018). Educação: concepções e modalidades. *ScientiaCum Industria*, 6(1), 38 - 47.

Rooij B. V. (2012). Bringing Justice to the Poor, Bottom-up Legal Development. Cooperation. *Hague J. on Rule Law*, 286-318.

Soares, C. P. G. (2015). *Primeira Escola Prisional do Ceará: a avaliação da aprendizagem dos alunos privados de liberdade*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará (UFC).

Sarkin, J. (2008). Prisões na África: uma avaliação da perspectiva dos direitos humanos. *Sur, Rev. int. direitos human.*, 5 (9), 22-49. <https://doi.org/10.1590/S1806-64452008000200003>

Soares, P. C. G., & Viena T. V. (2017). *O papel da escola na prisão: o ponto de vista dos privados de liberdade*. *Rev. Humanidades*, 32(2), 139-147.

The Kampala Declaration on Prison Conditions in Africa and Plan of Action (1996).

Disponível em: <https://www.penareform.org/uploads>.

Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo, [EPPM], (2019).

Ventura, M. M. (2007). O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. *Rev SOCERJ*, 20(5), 383-386. Disponível em:

http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_n05_art10.pdf

Legislação:

Moçambique. Diploma Ministerial nº130/2002, de 07 de Agosto. *Cria as escolas secundárias das Cadeias Centrais de Maputo e Beira, bem como das Penitenciárias industriais e agrícolas de Nampula, Chimoio e Mabalane e do Centro de Reclusão Feminina de Ndlavela*. Boletim da República, I Série - Número 36.

Moçambique. Resolução nº 65/2002, de 27 de Agosto. *Aprova a Política Prisional e Estratégia da sua Implementação*. I série, nº 34.

República de Moçambique. Diploma Ministerial nº46/2008, de 14 de Maio, aprova o *Regulamento do Ensino Básico*, I Série - Número 20.

República de Moçambique. Decreto n.º53/2008, de 30 de Dezembro, que aprova o *Regulamento de Construção e Manutenção dos Dispositivos Técnicos de Acessibilidade, Circulação e Utilização dos Sistemas dos Serviços Públicos à Pessoa Portadora de Deficiência ou de Mobilidade Condicionada, especificações técnicas e o uso do Símbolo Internacional de Acesso*, I – Série, nº52.

República de Moçambique. Diploma Ministerial nº207/2012 de 06 de Setembro. *Cria o Estabelecimento Penitenciário de Recuperação Juvenil de Boane*. Boletim da República, Maputo, 22 de Junho de 2011, I Série - Número 36.

Moçambique. Lei nº3/2013 de 16 de Janeiro de 2013, que cria o *Serviço Nacional Penitenciário*. Boletim da República, Maputo, I Série - Número 5.

Moçambique. Diploma Ministerial nº159/2014, de 29 de Setembro, *aprova o Regulamento Interno do SERNAP*, I Série - Número 20.

Moçambique. Lei nº1/2018, de 12 de Junho. Aprova a *Constituição da República de Moçambique, de 12 de Junho de 2018*. Boletim da República, I Série - nº 115.

República de Moçambique. Lei nº18/2018, de 28 de Dezembro, *estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Educação na República de Moçambique*, I Série - Número 254.

Moçambique. Lei nº 26/2019, de 27 de Dezembro. *Aprova o Código de Execução de Penas*. Boletim da República, I Série - Número 250.

FACTORES QUE INFLUENCIAM O ABANDONO ESCOLAR NA PROVÍNCIA DO CUANZA NORTE

Factors that influence school dropout in the province of Cuanza Norte

SANTANA, António I.¹, AMAZONAS, Paxe N.², AGOSTINHO, Rui A.³, & CRUZ, João A. S. C.⁴

Resumo

Este texto visa identificar os principais factores que determinam o abandono escolar em áreas urbanas, periurbanas e rurais na província do Cuanza Norte. A metodologia utilizada enquadra-se no paradigma sócio crítico. O primeiro passo foi a selecção das escolas. Para tal, procedeu-se a amostragem aleatória estratificada das escolas por níveis e áreas, tendo em conta que se tratava de escolas de três níveis de ensino (Ensino Primário, 1º Ciclo do Ensino Secundário e 2º Ciclo do Ensino Secundário) e de três áreas diferentes de localização dessas escolas (urbana, peri-urbana e rural). Os municípios foram seleccionados por meio de amostragem intencional, tendo em consideração a densidade populacional estudantil e a proximidade geográfica entre elas. A selecção dos alunos foi feita através da amostragem aleatória simples, tendo como base a lista dos alunos de cada turma em cada escola seleccionada. Foi aplicado um inquérito por questionário aos alunos que constituíram a amostra. Os resultados apontam que existem factores mais influentes que outros, e esta influência varia de acordo com o nível de escola, a localização geográfica e o município. Nas escolas urbanas o factor que mais influencia o abandono escolar são as dificuldades financeiras, enquanto nas escolas peri-urbanas e rurais o factor mais influente é o interesse por outras actividades.

Abstract

This text aims to identify the main factors that determine school dropout in urban, peri-urban and rural areas in the province of Cuanza Norte. The methodology used fits the socio-critical paradigm. The first step was the selection of schools. To this end, a stratified random sampling of schools was carried out by levels and areas, taking into account that they were schools of three levels of education (Primary Education, 1st Cycle of Secondary Education and 2nd Cycle of Secondary Education) and three areas different locations of these schools (urban, peri-urban and rural). The municipalities were selected through intentional sampling, taking into account the student population density and the geographical proximity between them. The selection of students was made through simple random sampling, based on the list of students in each class in each selected school. A questionnaire survey was applied to the students who made up the sample. The results show that there are factors that are more influential than others, and this influence varies according to school level, geographic location and municipality. In urban schools, the most influential factor in dropping out of school is economic constraints, while in peri-urban and rural schools the most influential factor is interest in other activities.

Palavras-chave: Educação; Escola; Abandono Escolar; Cuanza Norte.

Keywords: Education; School; School dropout; Cuanza Norte.

Data de submissão: setembro de 2022 | **Data de publicação:** junho de 2023.

¹ ANTÓNIO INÁCIO ROCHA SANTANA - Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte- ANGOLA. Email: airsantana1984@gmail.com

² PAXE NELSON CESAREIRA DO AMAZONAS - Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte. ANGOLA. Email: paxe1@ua.pt

³ RUI ALBERTO CRISTÓVÃO AGOSTINHO - Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte- ANGOLA. Email: ruialbertocristvo@yahoo.com.br

⁴ JOÃO ALFREDO SEBASTIÃO DA CRUZ - Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte- ANGOLA. Email: Joaoalfrecruz2016@gmail.com

INTRODUÇÃO

O abandono escolar é um fenómeno muito presente no dia-a-dia das nossas escolas. Os estudos sobre o abandono escolar são unânimes quanto à existência de causas múltiplas, segundo os países, as regiões, o nível de ensino, os contextos económicos, sociais e familiares. Esse fenómeno ocorre como consequência de associação de inúmeros factores de natureza económica, educativa, emocional, familiar e social, que interferem de maneira negativa no percurso normal de formação do adolescente no ciclo básico de ensino, cujo desfecho é a desistência definitiva às aulas e a quaisquer outras actividades pedagógicas organizadas e realizadas na e pela escola.

Vários são os motivos que levam os alunos a abandonarem a escola prematuramente, por isso não há um padrão de abandono escolar específico, embora existam tendências. Alguns alunos abandonam a escola por dificuldades de interacção com os colegas, por perceberem desvantagens no processo de aprendizagem, dificuldades de adaptação, problemas familiares e dificuldades financeiras que os obriga a trabalhar para ajudar a renda familiar; problemas de saúde, gravidez precoce; outros desistem por problemas emocionais, percebidos e vividos na forma de injustiças nos processos e critérios de avaliação do professor; relação conflituosa com os professores desencadeada por um sentimento de perseguição por parte do professor; regras excessivamente rígidas da escola que incluem aplicação de castigos físicos; alguns porque não veem uma relação benéfica entre o que aprendem na escola e aquilo que é o seu quotidiano, principalmente em áreas rurais; em outros casos são incentivados pelos pais por necessidade de mão-de-obra em outras tarefas, mormente em famílias monoparentais, de baixo rendimento e camponesas.

É um fenómeno muito falado, mas pouco estudado. Várias podem ser as razões que sustentem esta tendência, mas as consequências de abandonar a escola são a curto, médio e longo prazo, sobejamente conhecidos, embora podem ser antecipadas. Uma das razões é, quicá, o facto de os alunos que abandonam precocemente a escola provirem de agregados familiares com manifestas carências sociais resultantes de desemprego, pobreza extrema, situação de monoparentalidade, etc. As consequências são graves para o indivíduo quando atingir a idade adulta e, também, para a sociedade. Para o indivíduo, as baixas qualificações conduzem a poucas oportunidades, precariedade de emprego, baixos salários, que condiciona a qualidade de vida, a qualidade dos seus tempos livres, o acesso à informação e ao conhecimento adequados sobre a realidade social. Para a

sociedade, é o registo de baixos índices de desenvolvimento humano da população, força de trabalho pouco qualificada, baixa produtividade e lento desenvolvimento, fraca participação social e política e a alta probabilidade de reprodução das desigualdades sociais.

É por isso necessária uma abordagem científica ao abandono escolar para identificar com clareza quais os factores que determinam, globalmente, a decisão do aluno abandonar a escola de forma definitiva, com vista a reduzir o abandono e promover o sucesso escolar.

PROBLEMÁTICA E OBJECTIVO

O abandono escolar é um problema sério que afecta muitas escolas em toda a geografia da província do Cuanza Norte, da qual são parte integrante os municípios de Cambambe, Cazengo, Golungo Alto e Lucala. Presume-se que, nesta província, o número de alunos que abandona a escola sem concluir o ciclo de formação de base é notável e preocupante, com registos significativos de abandono de ano para ano. Porém, quase toda informação disponível a respeito é oficiosa. Não existe informação estatística oficial nem fidedigna, tampouco se tem conhecimento de existência de estudos que tenham abordado o fenómeno abandono escolar com o ponto de vista pelo qual esta pesquisa tem a intenção de o abordar. Deste modo, elaboramos a seguinte pergunta de partida: até que ponto factores como dificuldades de transporte, interesse por outras actividades, dificuldades de aprendizagem, problemas de saúde, dificuldades financeiras e gravidez precoce influenciam o abandono escolar nas escolas primárias e secundárias da província do Cuanza Norte? Esta pesquisa objectiva, de forma holística, identificar os principais factores que influenciam o abandono escolar em áreas urbanas, peri-urbanas e rurais na província do Cuanza Norte e hierarquizá-los de acordo com a sua importância.

FACTORES, RISCOS E CONSEQUÊNCIAS DO ABANDONO ESCOLAR

Sabe-se que o abandono escolar é um fenómeno social presente em todas as sociedades, mas apesar de sua universalidade ainda carece de um conceito acabado e globalmente aceite pelos estudiosos, o que pode dever-se, provavelmente, mais por conta da sua complexidade sistémica do que por meros arranjos morfológicos. Ou, também, pelo facto de os estudos sobre abandono terem perfis diferentes, visto que se privilegiam uns e outros factores em função do contexto económico, cultural, social e histórico de

cada país, região e localidade. Contudo, tem-se a noção de que o abandono ou renúncia à escola expressa um estado em que o aluno desiste da escola e de todas as actividades a ela inerentes muito antes de concluir o ciclo de ensino que frequenta por quaisquer motivos, excepto a mudança de escola e/ou em caso de falecimento. Ou seja, “abandono escolar ou desistência significa que um aluno deixa a escola sem concluir o grau de ensino frequentado por outras razões que não sejam a transferência de escola ou ... a morte” (Benavente et al., 1994, p. 26). Tratar-se-á de abandono se o aluno deixar a escola definitivamente e não mais regressar ao sistema de ensino. E de desistência, caso o aluno volte à escola no ano lectivo seguinte ou volvidos um ou vários anos depois, independentemente dos múltiplos factores que o levaram a renunciar.

E dos múltiplos factores de abandono escolar, Benavente et al. (1994, p. 28) elenca 17 potenciais factores gerais distribuídos em cinco categorias específicas:

Integração/relacionais: falta de interesse; aborrecimento; idade; problema com os professores; problemas com os colegas; inadaptação à escola; interesse por outras actividades; maus resultados.

Familiares: responsabilidades e problemas familiares; nível de instrução considerado suficiente para a actividade profissional; problemas financeiros; necessidade de começar a trabalhar.

Acessibilidade: problemas de transporte.

Ordem física: saúde.

Ordem social: gravidez; casamento.

Segundo Antunes (1989 referido por Benavente et al., 1994, p. 29), dentre as numerosas causas que são apontadas e que se alinham no padrão de abandono escolar, destacam-se a “falta de condições e de confiança na escola, desinteresse pelo prosseguimento de estudos, necessidade de ajudar no sustento da família, não existência de sanções para o não cumprimento da escolaridade”, bem como impossibilidade sucessivas de se matricular, fome, ausência frequente de professores, reprovações por falta, etc.

Alguns estudos levados a cabo no segundo quarteto do século XX demonstraram inequivocamente que factores como o insucesso escolar, os atrasos e as repetências, apesar de se mostrarem como potenciais indicadores de desigualdade são de facto dos mais importantes quanto ao abandono escolar se refere, porque impactam a auto-estima do aluno e flagelam as suas emoções (Benavente et al., 1994), que, de forma inconsciente, geralmente é agravado pela atitude pouco cooperativa e solidária de professores e colegas. Mas esses factores não são intrínsecos ao aluno nem devem ser atribuídos apenas a ele, dado que sua “lógica objectiva” (Campenhoudt, 2012, p. 69) resulta de processos históricos que conformaram circunstâncias que criaram e criam, ainda hoje, contextos de desigualdade de acesso a determinados bens culturais que possuem notável valor e influência na educação familiar das crianças e que se transmite na forma de herança ou capital cultural, que a escola passou a utilizar como indicador de selecção de aptidões intelectuais. Deste modo, “a herança cultural, que difere, sob dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito” (Bourdieu, 1998, p. 42) ou fracasso que, em última instância, determinam as opções do aluno em permanecer ou abandonar a escola.

Os alunos que abandonam a escola são não apenas padecentes das circunstâncias pessoais e ou familiares pelo fraco capital cultural que carregam na sua bagagem intelectual, mas também são vítimas dos mecanismos de exclusão criados pela própria escola. Pois, a escola e os professores se utilizam da “hierarquia de excelência” (Perrenoud, 2008, p. 36) para denotar os alunos no decurso do processo de ensino-aprendizagem, “conferindo uma marca indelével para diferenciar os bons dos maus” (Gutiérrez, 1984, p. 20), isto é, entre os alunos mais capazes e os menos capazes em termos académicos. Ao primeiro grupo é reservado um acompanhamento pedagógico diferenciado por corresponder ao padrão. Ao segundo, o acompanhamento é negligenciado com evidente falta de atenção, de apoio, de aproximação e de encorajamento do professor. Uma perspectiva que colide com a ideia de que “a maior parte dos alunos se torna muito semelhante na sua capacidade para aprender, na sua agilidade de aprendizagem e na sua vontade de continuar as aprendizagens, se for colocado em condições de aprendizagem favoráveis” (Bloom, 1979, p. 10), já que as capacidades cognitivas dos alunos são tributárias da qualidade de experiências que o meio familiar e escolar lhes oferece.

É por isso que no estudo dos factores do abandono escolar não só as dimensões pessoais e socioculturais devem merecer um olhar analítico mais aturado mas também as dimensões institucionais, visto que os factores que concorrem para o surgimento desse fenómeno assentam numa construção social que visa o *continuum* de posições sociais (Macionis & Plummer, 1999), visando a manutenção do *status quo*. É nesta perspectiva que a escola é acusada de direccionar o seu principal foco na inculcação dos valores dominantes tidos como necessários para a integração do indivíduo na sociedade mais ampla, descurando as principais preocupações e necessidades (acompanhamento pedagógico, aconselhamento social) inerentes ao sucesso do aluno que provém de camadas sociais mais desfavorecidas e vulneráveis às intempéries sociais, económicas e políticas, criando neles o sentimento de excluídos.

No entanto, “a escola, cada escola deve conceber-se como um espaço, um tempo e um contexto educativo” (Alarcon, 2001, p. 16) de igualdade, solidariedade e inclusão para todos que nela vivem as suas experiências, para deixar de ser “habitada de modo duradouro por potenciais excluídos que nela vivem as contradições e os conflitos associados a uma escolaridade sem outros fins para além de si própria” (Bourdieu, 1993, p. 599). Esta realidade é vivida com intensidade e atinge principalmente alunos oriundos de áreas peri-urbanas e rurais, o que tem contribuído para o abalo da forte crença de uma franja importante da população das camadas mais baixas no papel da escola como factor de progresso e mobilidade social, sendo, até certo ponto, um elemento desmobilizador nos esforços empreendidos em termos de políticas públicas, para a expansão da escolaridade e o alargamento da base social de recrutamento dos alunos com igualdade de oportunidades nas áreas rurais.

Por isso, não obstante a forte crença no papel da escola como meio eficaz de mobilidade e superação de barreiras sociais, o abandono e, conseqüentemente, o fracasso escolar emprestam à escola uma imagem de desencanto, tornando-a, aos olhos daqueles que a abandonam, “num faz-de-conta mais ou menos desenvolvido de um sistema de ensino aberto a todos, mas que é, de facto, só para alguns”, porque entendem que “a escola desengana muitos dos que nela acreditaram como meio para uma vida melhor, destrói as aspirações que estimulou, penaliza muitos daqueles que ganharam um novo direito: o de aprender mais” (Benavente et al., p. 27).

Por conseguinte, a escola, como instituição, é vista como a primeira causa de abandono, porque, geralmente, “os alunos que abandonam têm problemas com a escola e foram já por ela abandonados, em muitos casos” (Benavente et al., 1994, p. 27). Apesar disso, não se pode descurar o seu papel, pois a escola tem uma função integradora que se materializa através da “escolarização do processo de socialização” (Berthelot, 1983, referido por, Perrenoud, 2008, p. 67), “que amplia as formas do comportamento esperado e das crenças partilhadas das crianças” (Moore, 2002, p.145). Além disso, no seu papel positivo esperado, “a escola é a ponte, primeiro entre a casa e a sociedade mais vasta, e depois entre a infância e a vida adulta (Moore, 2002, p. 145), que, por meio da educação, procura fazer do indivíduo um ser autónomo. E para isto acontecer é preciso que a escola seja mais proactiva, dinâmica e aberta aos problemas dos alunos e que estabeleça uma comunicação dialógica e profícua com a comunidade e a família. Não obstante a interminável lista de factores conhecidos e desconhecidos que concorrem para o abandono escolar, bem como todas as possíveis implicações que decorrem da sua eclosão tanto para os indivíduos quanto para a sociedade, é um facto inexorável que “o abandono resulta de um processo mais ou menos explícito ou subterrâneo. É por isso que se torna possível identificar os alunos em risco e prevenir o abandono escolar” (Benavente et al., p. 27).

Relativamente ao risco de abandono escolar, pode dizer-se que “o perfil do aluno em risco revela em geral atraso escolar importante, ausência de projectos escolares, ausência de interesse pela escola, pelos conteúdos e pelas aulas e ambições quanto ao mundo de trabalho” (Benavente et al., p. 29). A isto se acresce o facto de que “o aluno em risco é em geral mais velho que os colegas do mesmo grau de ensino, não parece ser apoiado pela família, vive num meio familiar intelectualmente desfavorecido e tem, claramente, um rendimento escolar insuficiente” (Benavente et al., p. 29). Se os factores de risco são previsíveis, o fenómeno abandono escolar pode “ser prevenido e que as intervenções prioritárias se devem centrar nos potenciais casos de abandono dos já ‘excluídos’, mas que ainda se mantêm no ‘interior’ do sistema” (Benavente et al., p. 27).

Existem ainda outras variáveis que permitem identificar alunos que são potenciais casos de abandono escolar: “falta de apoio dos professores, a falta de encorajamento, a falta de confiança dos alunos em relação aos docentes, ausência de simpatia e de real interesse recíproco” (Dupont & Ossandou, 1987, referido por, Benavente et al., p. 29). Ademais acresce o facto de que, com alguma atenção, aproximação e comunicação fluida facilmente se identificaria os alunos em risco de abandono escolar, porque “o aluno em

risco não se sente bem na pele de estudante, sente-se muitas vezes solitário e isolado; os seus professores não dão aulas interessantes, nem lhes dão gosto por aprender e a avaliação é mal vivida” (Benavente et al., p. 30).

Estudos realizados em diversos países e continentes apontam que as áreas rurais e peri-urbanas são, tanto em termos de países como de regiões, as mais afectadas pelo abandono escolar. Alunos provindos de famílias de camponeses, artesãos e outros pequenos ofícios e ocupações modestas na sociedade constituem a franja mais propensa a abandonar a escola. Segundo a autora e seus colegas, “zonas desfavorecidas, famílias com pouco diálogo, fracas ambições escolares e fracos resultados, atracção pelo trabalho, professores pouco motivantes e ausência de empatia caracterizam as situações de potencial abandono escolar”, bem como uma escola pouco interessada pelos problemas do aluno e distante do aluno. E o somatório de “tais situações ocorrem, como repetidamente se refere, no quadro de assimetrias e desigualdades sociais e de uma instituição escolar cujos conteúdos e práticas não se adequam à diversidade de quem hoje a frequenta” (Benavente et al., p. 30). Contudo, o abandono escolar não é um fenómeno social característico de países e regiões específicas, bem como as causas de sua ocorrência, na medida em que “qualquer que seja a sociedade em que ocorrem, é que as suas causas são múltiplas, internas e externas à instituição escolar”. Com base nessa observação, os especialistas acreditam que “não vale a pena querer manter os jovens cada vez mais tempo na escola se nela não ocorrem transformações que a tornem estimulante para quem nela vive” (Benavente et al., p. 27), principalmente quando o adolescente idealiza a assistência à escola não só como uma exigência que lhe causa angústia e sofrimento, mas sobretudo como tarefa hercúlea à realização de algo impossível, porquanto “ninguém se sente vinculado ao impossível” (Perrenoud, 2008, p. 165).

As consequências do abandono escolar não são imediatas, elas revelam-se com intensidade emocional a médio e longo prazo. Segundo Benavente et al. (1994), com apoio em Halm (1987), “as elevadas taxas de abandono prejudicam a produtividade da nação e representa um trágico desperdício de vidas jovens”, na medida em que “todo atraso em que um país incorre no desenvolvimento dos conhecimentos dos jovens, futuros agentes de produção, coloca esse país numa situação muito delicada relativamente aos seus vizinhos e concorrentes” (p. 30), certos de que o baixo grau de escolaridade dificulta a vida profissional, condiciona a qualidade de vida, a qualidade dos seus tempos livres e o acesso à informação e ao conhecimento adequados sobre a realidade social, de modo a elaborarem os seus próprios projectos. Porquanto o abandono escolar gera analfabetos

funcionais que, geralmente, se tornam cidadãos dependentes, desprovidos, vítimas dos contextos, desinformados e frágeis diante dos contextos políticos, económicos, sociais e tecnológicos que ocorrem de forma incessante na sociedade individualista neoliberal em que vivemos hoje.

Outrossim, “os direitos dos cidadãos e a sua salvaguarda prática assim como a própria vida democrática de cada sociedade têm a ver com o grau de instrução, de saber, de informação, de aprendizagem de cidadania da sua população. O saber é um direito e um instrumento de participação social e a privação do saber encerra os cidadãos em círculos de desigualdades” cíclicas permanentes. Portanto, se nas áreas urbanas e peri-urbanas, “a falta de instrução alimenta a pobreza e a marginalidade” (Benavente et al., pp. 30-31), nas áreas rurais, a privação do saber encerra os cidadãos em círculos de pobreza, marginalização e exclusão.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Tendo em consideração à problemática apresentada, o problema levantado e o objectivo da pesquisa, realizou-se uma investigação de campo de carácter quantitativo, seguindo uma metodologia que se insere no paradigma sócio-crítico. O primeiro passo foi a selecção das escolas. Para tal, procedeu-se a amostragem aleatória estratificada das escolas por níveis e áreas, tendo em conta que se tratava de escolas de três níveis de ensino (Ensino Primário, 1º Ciclo do Ensino Secundário e 2º Ciclo do Ensino Secundário) e de três áreas diferentes de localização dessas escolas (urbana, peri-urbana e rural). Participaram do estudo 2651 alunos do ensino geral da província do Cuanza Norte, seleccionados de 20 escolas (Ensino Primário, 1º Ciclo do Ensino Secundário e 2º Ciclo do Ensino Secundário), de quatro municípios. Os municípios foram seleccionados por meio de amostragem intencional, tendo em consideração a densidade populacional estudantil e a proximidade geográfica entre elas. Para a selecção dos alunos procedeu-se a amostragem aleatória simples, tendo como base a lista dos alunos de cada turma, em cada escola seleccionada. As listas foram renumeradas para se obter uma única lista em cada escola.

Os dados foram colectados por meio de inquérito por questionário aos alunos que constituíram a amostra. Nos casos em que se verificou que uma unidade da amostra já tinha desistido, abandonado ou renunciado a escola, cada unidade ausente ou em falta foi substituída por outro aluno da mesma turma. O inquérito por questionário teve por finalidade identificar os factores que influenciam de maneira decisiva o índice elevado de abandono escolar dos alunos do Ensino Geral da Província do Cuanza Norte, bem como permitir aos alunos expressarem as suas opiniões de acordo com o seu nível de concordância em cada uma das categorias, usando a escala de Lickert: 1- Não Influyente (**NI**); 2- Influyente (**I**); 3- Muito Influyente (**MI**), como ilustra a tabela 1 em apêndice.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A sistematização e a análise global dos dados colectados centraram-se nas respostas dadas e na comparação dos indicadores nas escolas urbanas, peri-urbanas e rurais. De maneira semelhante, procedeu-se a análise comparativa em média dos indicadores entre os municípios seleccionados para o estudo. Das 20 escolas seleccionadas cinco (5) são urbanas, 10 rurais e cinco (5) escolas peri-urbanas.

Grau comparativo do nível de concordância entre as escolas urbanas, rurais e periurbanas

De seguida, apresentam-se as tabelas relativas ao nível de concordância dos alunos sobre os factores que influenciam o abandono escolar nas escolas urbanas, peri-urbanas e rurais dos quatro municípios seleccionados neste estudo:

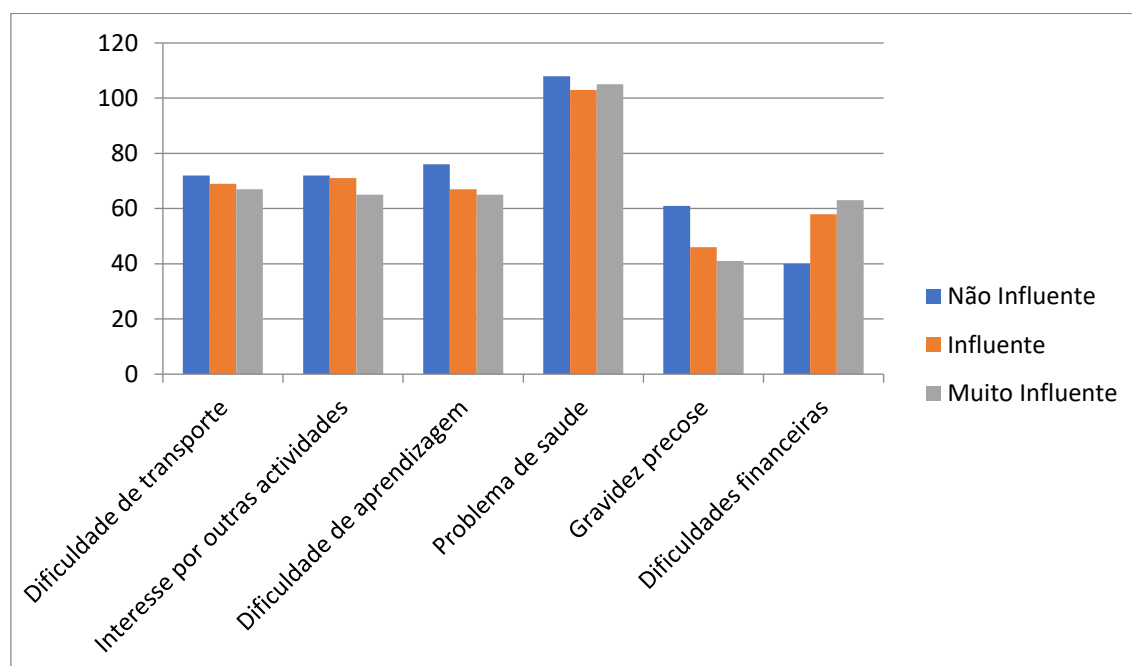
Tabela 1 - Nível de concordância dos alunos nas Escolas Urbanas

Município/Escola	Frequência							
	1	%	2	%	3	%	Total	
Escola Primária do Alto Dondo	212	35	207	33	206	32	625	100%
Escola Eiffel	13	35	11	30	14	35	38	100%
Escola Marista	102	34	102	34	101	32	305	100%
Escola Primária de Malesso	15	59	9	33	2	8	26	100%
ADPP	15	31	14	31	17	38	46	100%
Total	357	39	343	32	340	29	1040	100%

Fonte: elaboração própria.

Participaram 1040 alunos das cinco (5) Escolas Urbanas seleccionadas. Pode-se verificar que 357 alunos apontaram o Não é Influyente (NI) nos indicadores constantes do questionário sobre os factores que influenciam de maneira decisiva o índice elevado de abandono escolar, o que corresponde a 39% em média dos respondentes ao questionário; 343 alunos acreditam que esses fatores são Influentes (I), o que corresponde a 32% em média; 340 alunos assinalaram que esses factores são Muito Influentes (MI), o que corresponde a 29% em média dos indicadores.

Gráfico1 - Nível de concordância por indicador nas Escolas Urbanas



Fonte: elaboração própria.

Como se pode verificar, existe um grande equilíbrio nas respostas dadas pelos alunos das Escolas Urbanas. Porém, o facto de os indicadores Influyente (I) e Muito Influyente (MI) apontarem o mesmo fim, ou seja, serem causadores de abandono, permitem inferir um número elevado de abandono escolar, motivado, de acordo com os dados espelhados acima, pela dificuldade de transporte, interesse por outras actividades, dificuldade de aprendizagem, problemas de saúde, gravidez precoce e dificuldades financeiras. Estes factores coincidem com os mencionados por Benavente et al. (1994, p. 28) como sendo causadores de abandono escolar. E o somatório de “tais situações”, disse Benavente et al. (1994, p. 30) “ocorrem como repetidamente se refere, no quadro de assimetrias e desigualdades sociais e de uma instituição escolar cujos conteúdos e práticas não se adequam à diversidade de quem hoje a frequenta”.

Deste modo, e de acordo com o grau de concordância dos alunos nas escolas urbanas, relativamente aos factores que influenciam de maneira decisiva o índice elevado de abandono escolar dos alunos do Ensino Geral da Província de Cuanza Norte, pode dizer-se que este contexto decorre, por um lado, por “falta de apoio dos professores, a falta de encorajamento, a falta de confiança dos alunos em relação aos docentes, ausência de simpatia e de real interesse recíproco” (Dupont e Ossandou, 1987, referido por, Benavente et al., p. 29), e, por outro lado, sobretudo, refere Antunes (1989, citado por, Benavente et al., 1994, p. 29), por “falta de condições e de confiança na escola, desinteresse pelo prosseguimento de estudos, necessidade de ajudar ao sustento da família, não existência de sanções para o não cumprimento da escolaridade”, bem como outras situações sociais e económicas que caracterizam a província do Cuanza Norte em particular, e a sociedade angolana em geral.

Outrossim, é interessante observar que os factores mais influentes nas escolas urbanas, por ordem de importância, são os problemas de saúde, que registam uma maior concordância de opinião dos alunos entrevistados, seguido pelas dificuldades financeiras, dificuldades de transporte, problema de saúde, gravidez precoce e interesse por outras actividades, respectivamente. Problemas familiares (dificuldade financeira) e de acessibilidade (dificuldade de transporte) constituem os factores que mais influenciam o abandono escolar em todas as escolas urbanas dos municípios estudados na geografia da província do Cuanza Norte.

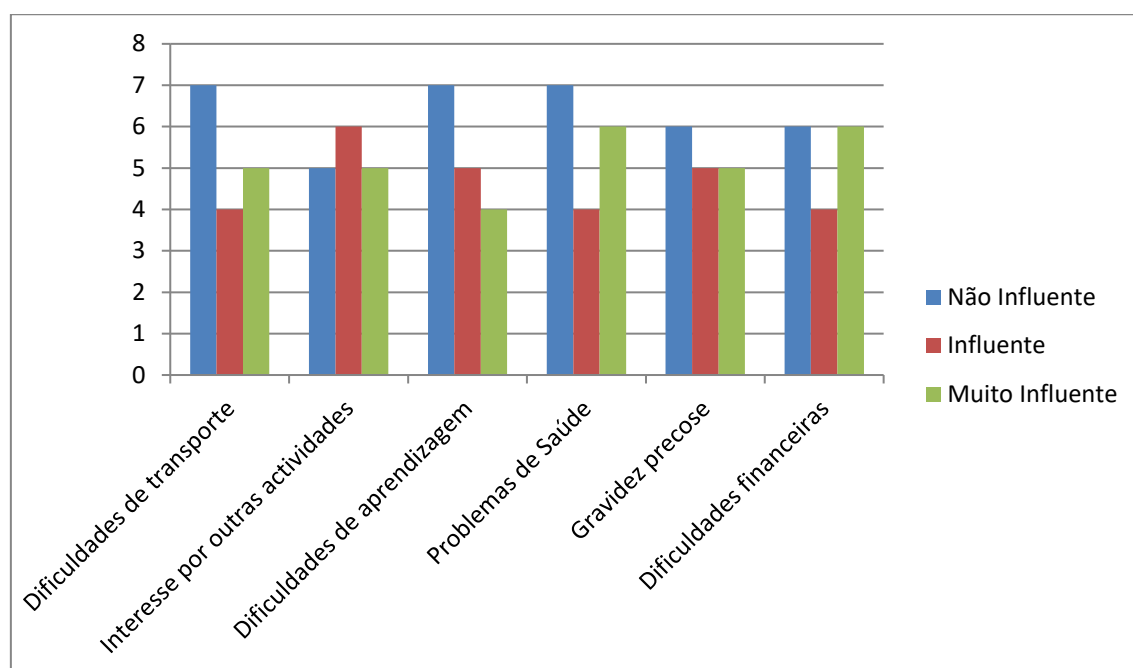
Tabela 2 - Nível de concordância dos alunos nas Escolas Rurais

Escola	Frequência							
	1	%	2	%	3	%	Total	
Escola Primária do Ngolome	4	28	6	40	5	32	15	100%
Escola Primária de Cassua	2	42	1	33	1	25	4	100%
Escola Primária de Wanga	2	18	3	32	5	50	10	100%
Escola Primária de Massangano	24	41	17	30	16	29	57	100%
Escola Primária de Calolo	5	65	3	35	-	-	8	100%
Escola Primária de Catari	6	44	3	27	4	29	13	100%
Escola Primária da Quibuangoma	6	42	3	22	6	36	15	100%
Escola Primária de Caleba	10	36	8	29	10	35	28	100%
Escola Primária 79	2	28	2	29	3	43	7	100%
Escola Primária 16	2	28	2	39	2	33	6	100%
Total Geral	63	37	48	30	52	33	163	100%

Fonte: elaboração própria.

Nas 10 escolas rurais seleccionadas nos quatro municípios, participaram 163 alunos. Podemos constatar que 63 alunos apontaram o Não é Influyente (NI), no somatório dos indicadores sobre os factores que influenciam de maneira decisiva o índice elevado de abandono escolar, correspondendo a 37% em média dos respondentes ao questionário, ao passo que 48 alunos acham que estes indicadores são Influentes (I), o que corresponde a 30% em média e 52 alunos responderam que são Muito Influentes (MI) estes factores, o que correspondem a 33% em média dos indicadores.

Gráfico2 - Nível de concordância por indicador nas Escolas Rurais.



Fonte: elaboração própria.

De acordo o grau de satisfação das respostas dos alunos, é notório que a maioria dos inqueridos nas escolas rurais é de opinião de que os indicadores apresentados são influentes no abandono escolar, considerando o somatório dos indicadores influente (I) e muito influente (MI), já que concorrem para o mesmo fim. Ou seja, 63% dos alunos inqueridos afirmam que (as dificuldades financeiras e problemas de saúde) são os factores mais influentes apresentados e que contribuem de maneira decisiva no índice elevado de abandono escolar nas escolas rurais. Verificando-se um equilíbrio sobre a gravidez precoce, dificuldades de transporte e o interesse por outras actividades.

Este quadro assemelhasse ao descrito por Benavente e seus colegas, pois, segundo os autores, em “zonas desfavorecidas, famílias com pouco diálogo, fracas ambições escolares e fracos resultados, atracção pelo trabalho, professores pouco motivantes e ausência de empatia caracterizam as situações de potencial abandono escolar” (Benavente et al., 1994, p. 30). Isto justifica que esses factores têm maior preponderância, na decisão do aluno em abandonar a escola e suas actividades, no meio rural que nos meios urbano e peri-urbano, em grande parte pelo facto de as famílias rurais terem mais necessidade de mão-de-obra auxiliar nas suas múltiplas actividades laborais do que as famílias urbanas e peri-urbanas, por serem, regra geral, assalariadas.

Contrariamente do que acontece nas escolas urbanas, nas escolas situadas em áreas rurais ou, se preferirmos, escolas rurais, os factores que mais se destacam e influenciam a decisão do aluno a abandonar a escola e todas as actividades por ela organizadas, de acordo com as opiniões dos alunos entrevistados, são as dificuldades financeiras, os problemas de saúde o interesse por outras actividades, gravidez precoce, dificuldade de aprendizagem, dificuldade transporte, respectivamente. Observa-se que os factores de integração (interesse por outras actividades e problemas de saúde) e de ordem social (gravidez precoce e dificuldades financeiras) são os que mais influenciam o abandono escolar, o que pode ser interpretado “no quadro de assimetrias e desigualdades sociais e de uma instituição escolar cujos conteúdos e práticas não se adequam à diversidade de quem hoje a frequenta” (Benavente et al., p. 30). No entanto, as dificuldades financeiras aparecem como o factor menos preponderante na hora de o aluno decidir abandonar a escola e todas as suas actividades.

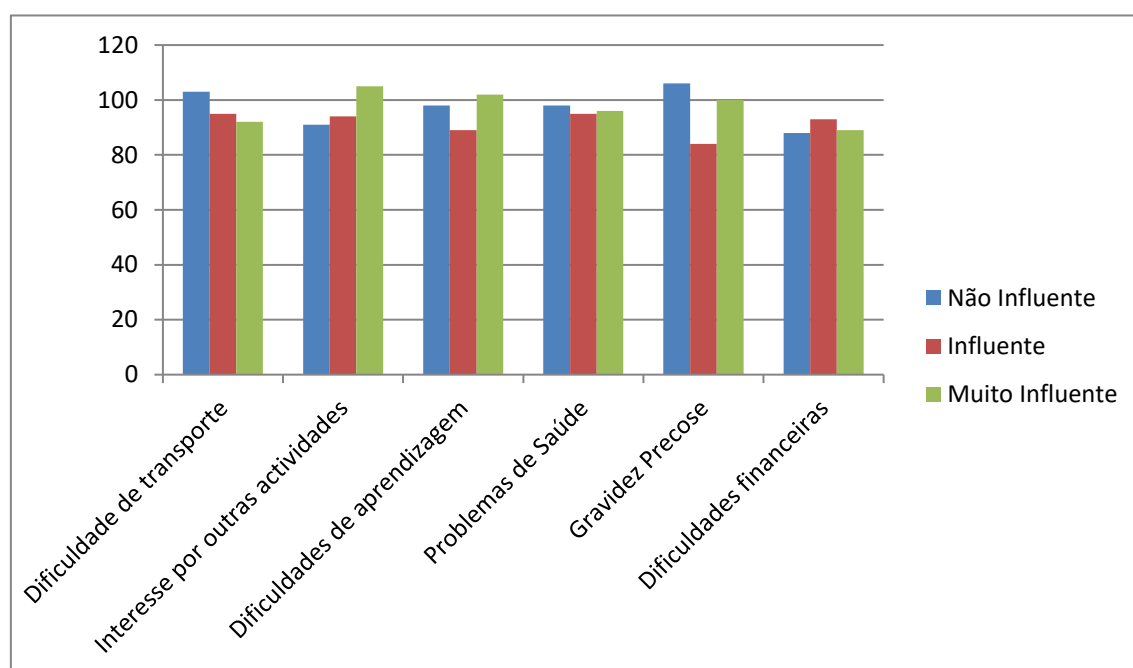
Tabela 3- Nível de concordância dos alunos nas Escolas Peri-urbanas

Escola	Frequência							
	1	%	2	%	3	%	Total	
Escola Primária da Kilemba	11	34	10	32	11	34	32	100
Escola Primária do Dondo	234	38	191	32	204	30	629	100
Escola Primária Cazengo	185	32	191	33	209	35	585	100
Escola Metodista Unida	69	35	65	33	62	32	196	100
Escola do Ensino Primário 35	4	59	1	19	1	22	6	100
Total Geral	503	40	458	28	487	32	1448	100

Fonte: elaboração própria.

Nota-se que nas 5 escolas peri-urbanas seleccionadas nos quatro municípios, participaram um total de 1448 alunos, destes 503 alunos apontaram, Não é Influyente (NI) no somatório dos indicadores sobre os factores que influenciam de maneira decisiva o índice elevado de abandono escolar, o que corresponde a 40% em média dos respondentes ao questionário; 458 alunos opinaram que estes indicadores são Influentes (I), o que corresponde a 28% em média; ao passo que 487 alunos responderam que estes factores são Muito Influentes (MI), o que corresponde a 32% em média dos indicadores.

Gráfico 3 - Nível de concordância por indicador nas Escolas Peri-urbanas



Fonte: elaboração própria.

Atendendo o grau de concordância das respostas dos alunos, pode dizer-se que a maior parte dos inqueridos nas escolas peri-urbanas afirmam que o interesse por outras actividades, dificuldades de aprendizagem e gravidez precoce, de acordo o (Gráfico 3), acreditam que estes indicadores são os mais influentes no abandono escolar. Este dado é muito importante e deve ser tomado com a devida atenção, pois o abandono escolar diz respeito aos adolescentes e jovens e, como se sabe, em áreas peri-urbanas, “a falta de instrução alimenta a pobreza e a marginalidade” (Benavente et al., pp. 30 e 31). Em outras palavras, a pobreza gera marginalidade; a marginalidade gera conflito; o conflito gera insegurança e morte.

Também é interessante observar que o factor que mais influencia o abandono escolar nas escolas peri-urbanas, de acordo com o nível de concordância dos alunos às respostas ao questionário aplicado, é, nomeadamente, o interesse por outras actividades, seguido pelas dificuldades de aprendizagem, gravidez precoce, problemas de saúde, dificuldades de transporte e dificuldades financeiras.

Grau comparativo do nível de concordância entre os Municípios

Grau de satisfação dos alunos nos Municípios seleccionados sobre os factores que influenciam de maneira decisiva no índice elevado de abandono escolar dos alunos do Ensino Geral da Província de Cuanza Norte. De seguida, apresenta-se a tabela 4 sobre o nível de concordância nas Escolas dos quatro municípios seleccionados neste estudo.

Tabela 4- Nível de concordância dos alunos nos Municípios seleccionados

Município/Escola	Frequência						
	1	%	2	%	3	%	Total
Cambambe							
Escola Primária do Alto Dondo	212	35	207	33	206	32	625
Escola Primária da Kilemba	11	34	10	32	11	34	32
Escola Primária do Dondo	234	38	191	32	204	30	629
Escola de Primária do Ngolome	4	28	6	40	5	32	15
Escola Primária de Cassua	2	42	1	33	1	25	4
Escola Primária de Wanga	2	18	3	32	5	50	10
Escola Primária de Massangano	24	41	17	30	16	29	57
Total 1	489	34	435	33	448	33	1.372
Cazengo							
Escola Eiffel	13	35	11	30	14	35	38
Escola Marista	102	34	102	34	101	32	305
Escola Primária Cazengo	185	32	191	33	209	35	585
Escola Metodista Unida	69	35	65	33	62	32	196
Escola Primária de Calolo	5	65	3	35	-	-	8
Escola Primária de Catari	6	44	3	27	4	29	13
Escola Primária da Quibuangoma	6	42	3	22	6	36	15
Total 2	386	41	378	31	396	28	1.160
Golungo Alto							
Escola Primária de Malesso	15	59	9	33	2	8	26
Escola Primária de Caleba	10	36	8	29	10	35	28
Escola Primária 79	2	28	2	29	3	43	7
Total 3	27	41	19	30	15	29	61
Lucala							
ADPP	15	31	14	31	17	38	46
Escola do Ensino Primário 35	4	59	1	19	1	22	6
Escola do Ensino Primário 16	2	28	2	39	2	33	6
Total 4	21	39	17	30	20	31	58
Total Geral	923	39	849	31	879	30	2651

Fonte: elaboração própria.

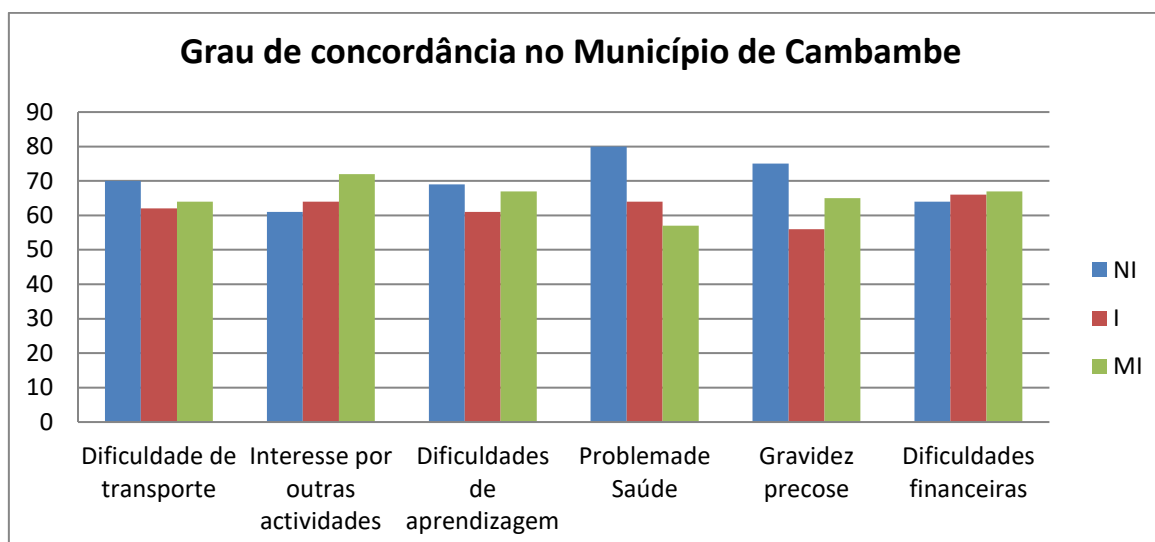
No município de Cambambe foram inqueridos 1372 alunos, sendo 489 alunos assinalaram o indicador (1) que corresponde a Não Influyente das categorias constantes do instrumento de recolha de dados, 435 alunos assinalaram o indicador (2) Influyente e 448 alunos assinalaram o indicador (3) que corresponde a Muito Influyente. No município de Cazengo foram inqueridos 1160 alunos, sendo 338 alunos assinalaram o indicador (1) que corresponde a Não Influyente das categorias constantes do instrumento de recolha de dados, 378 alunos assinalaram o indicador (2) Influyente e 396 alunos assinalaram o indicador (3) que corresponde a Muito Influyente. No município de Golungo Alto foram inqueridos 61 alunos, sendo 27 alunos assinalaram o indicador (1) que corresponde a Não Influyente das categorias constantes do instrumento de recolha de dados, 19 alunos assinalaram o indicador (2) Influyente e 15 alunos assinalaram o indicador (3) que corresponde a Muito Influyente. No município de Lucala foram inqueridos 58 alunos, sendo 21 alunos assinalaram o indicador (1) que corresponde a Não Influyente das categorias constantes do instrumento de recolha de dados, 17 alunos assinalaram o indicador (2) Influyente e 20 alunos assinalaram o indicador (3) que corresponde a Muito Influyente, como mostra a Tabela 4 acima.

Tabela 5- Nível de concordância dos alunos nos Municípios por indicador.

N/O	Indicador	Municípios											
		Cambambe			Cazengo			G. Alto			Lucala		
		NI	I	M I	NI	I	M I	NI	I	M I	NI	I	MI
01	Dificuldade de Transporte	70	62	64	58	53	54	7	10	6	6	7	7
02	Interesse por outras actividades	61	64	72	56	55	55	9	8	3	6	7	7
03	Dificuldades de aprendizagem	69	61	67	58	52	55	13	6	2	6	6	7
04	Problemas de Saúde	80	64	67	42	53	71	12	5	3	7	6	7
05	Gravidez Precoce	75	56	65	59	56	51	9	6	6	6	4	9
06	Dificuldades financeiras	64	66	67	57	55	52	5	5	10	8	6	5

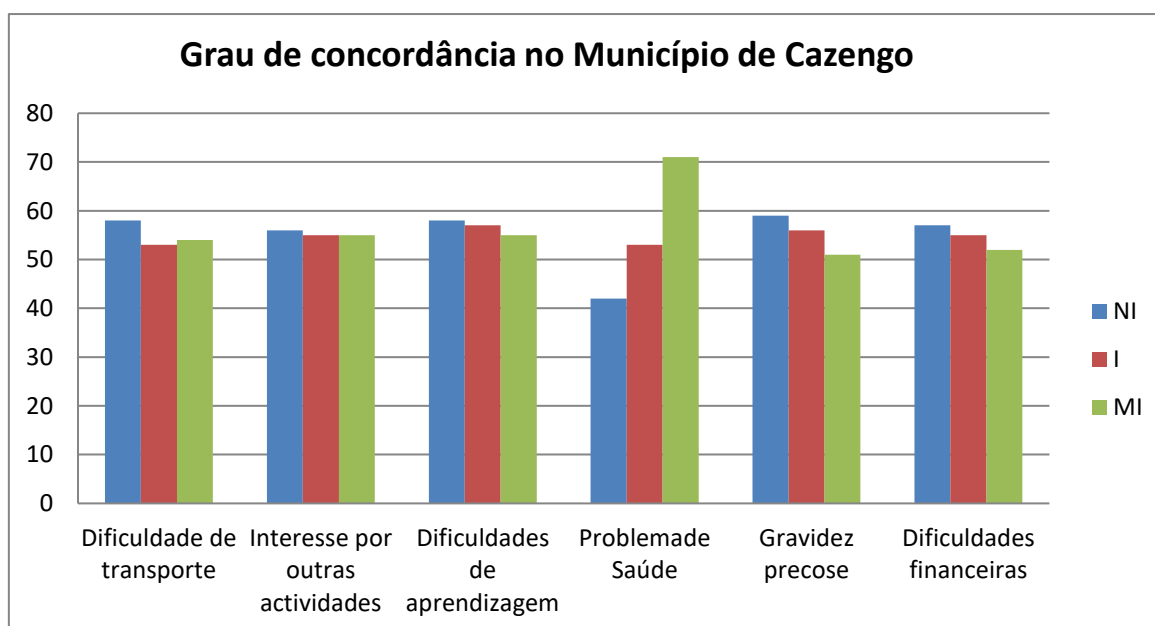
Fonte: elaboração própria.

De acordo com o grau de satisfação das respostas dos alunos sobre as categorias em análise, verifica-se que no Município de Cambambe notou-se um nível de satisfação Influyente/muito influyente de 66% de todos os inqueridos, o que, de certo modo, mostra uma tendência de abandono escolar muito preocupante.

Gráfico 4 - Nível de concordância por indicador nas escolas do Município de Cambambe

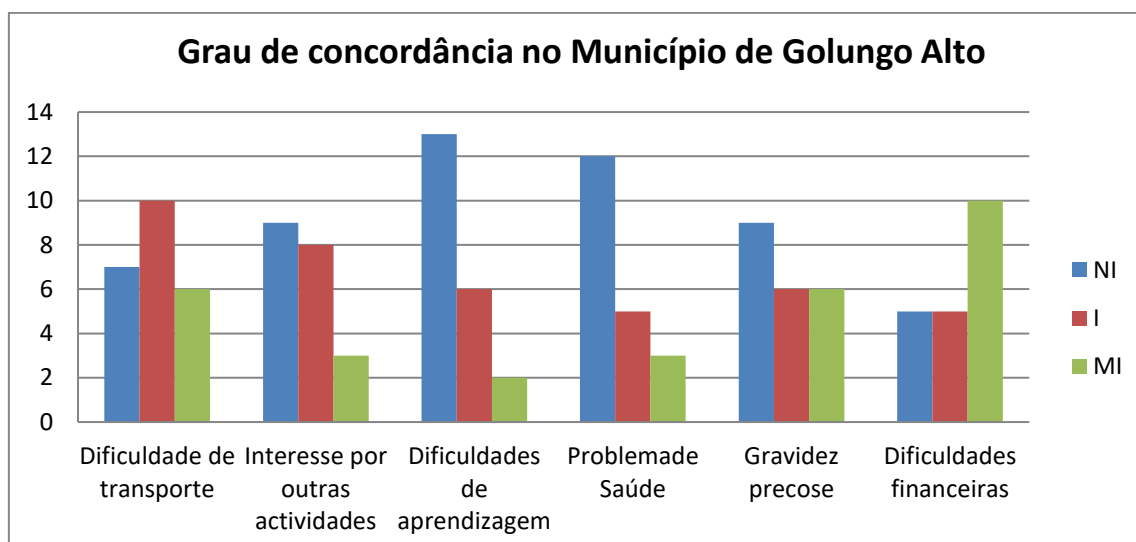
Fonte: Elaboração própria

Neste município verificou-se um equilíbrio nas respostas, como ilustra o Gráfico 4, os indicadores influentes e muito influentes assinalados por estes respondentes foram o interesse por outras actividades, dificuldades financeiras, dificuldades de aprendizagem e gravidez precoce.

Gráfico 5 - Nível de concordância por indicador nas escolas do Município de Cazengo.

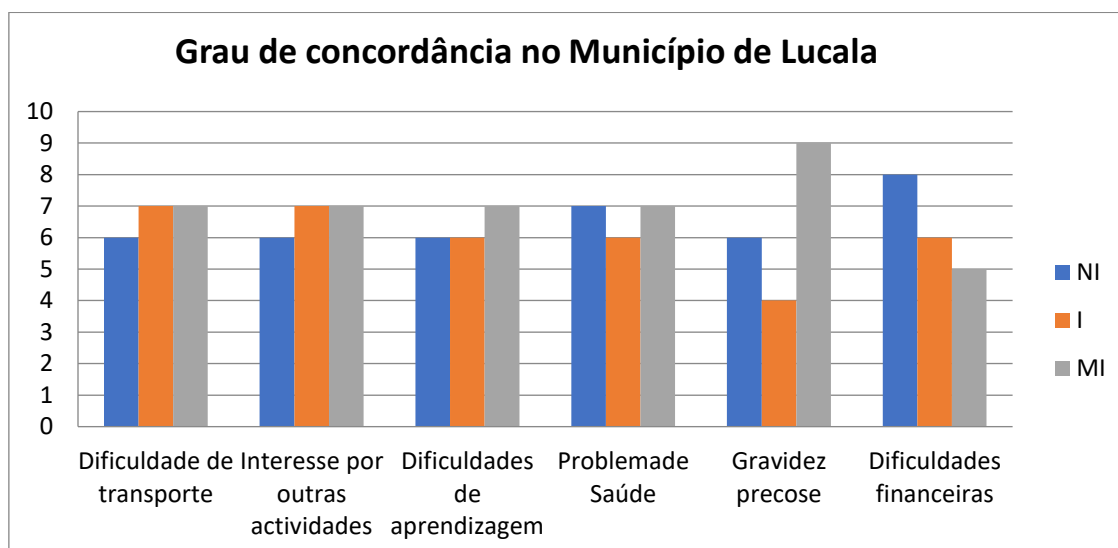
Fonte: Elaboração própria.

Igualmente, no Município de Cazengo registou-se um equilíbrio nas respostas aos indicadores, mas os respondentes destacam o indicador problema de saúde, como sendo a causa muito influente do abandono escolar neste município.

Gráfico 6 - Nível de concordância por indicador nas escolas do Município de Cazengo.

Fonte: Elaboração própria.

No Município de Golungo Alto, relativamente a percepção dos indicadores como influentes ou muito influentes no abandono escolar, assinalam as dificuldades financeiras, dificuldades de transporte e gravidez precoce como indicadores mais influentes por um lado, e, por outro, acham que as dificuldades de aprendizagem, problemas de saúde e interesse por outras actividades não são influentes no abandono escolar.

Gráfico 7 - Nível de concordância por indicador nas escolas do Município de Lucala.

Fonte: Elaboração própria.

O Município de Lucala registou um nível de satisfação influente/muito influente de todos os inquiridos, a escolha recaiu no indicador gravidez precoce como sendo o maior factor de abandono escolar. Igualmente, apresentam o indicador dificuldade financeira como sendo não influente. Verifica-se equilíbrio nos demais indicadores, o que denota também uma potencial tendência ao abandono escolar.

Grosso modo, na opinião de todos os inqueridos em todos os municípios estudados, o factor que mais influencia o abandono escolar é o interesse por outras actividades, seguido pela dificuldade financeira, gravidez precoce e problemas de saúde. Igualmente os respondentes ao questionário acham que não influente dificuldades de aprendizagem e dificuldades de transporte. Ou seja, os factores de integração e familiares são determinantes no abandono escolar, por isso proporcionam uma base de análise indispensável no estudo e avaliação desse fenómeno. Contudo, o factor interesse por outras actividades é mais acentuado em escolas rurais e peri-urbanas do que nas escolas urbanas, mais provavelmente pelo facto de os alunos nestas áreas provirem de famílias economicamente mais humildades e carentes. Esta realidade sinaliza claramente as preocupações e necessidades destes alunos em optar por outras actividades em detrimento da escola, para ajudar a suprir as suas próprias necessidades imediatas referentes aos gastos com a escola ou com a família.

CONCLUSÃO

O estudo realizado teve como propósito identificar os principais factores que influenciam o abandono escolar nas escolas primárias e secundárias da província do Cuanza Norte e hierarquizá-los de acordo com a sua importância.

Segundo a análise global das respostas dos alunos inqueridos, pode-se concluir que nas escolas urbanas o factor que mais influencia o abandono escolar são as dificuldades financeiras, seguido das dificuldades de transporte, problemas de saúde, gravidez precoce, interesse por outras actividades, dificuldades de aprendizagem, respectivamente.

Nas escolas peri-urbanas destaca-se, no entanto, como factor mais influente do abandono escolar o interesse por outras actividades, seguido pelas dificuldades financeiras, problemas de saúde, dificuldades de transporte, gravidez precoce, dificuldades de aprendizagem, respectivamente.

Por seu turno, nas escolas rurais o factor que mais influencia o abandono é o interesse por outras actividades, seguidas pela gravidez precoce, problemas de saúde, dificuldades de aprendizagem, dificuldades financeiras, respetivamente.

A análise dedutiva da média dos factores em todos os municípios estudados demonstrou que o factor de maior influência no abandono escolar é o interesse por outras actividades, e o que menos influencia o abandono escolar é a dificuldade de aprendizagem. O equilíbrio verificado nas respostas dos alunos nos municípios participantes do estudo levou a concluir que todos indicadores apontados têm contribuído para o abandono escolar dos alunos na Província do Cuanza Norte.

Em resumo, relativamente à percepção dos indicadores como influentes ou muito influentes nos indicadores de abandono escolar nos alunos dos Municípios participantes do estudo, pode-se notar que no Município de Cambambe o indicador mais influente no abandono escolar é o interesse por outras actividades. No Município de Cazengo o indicador mais apontado que origina o abandono escolar nos alunos são os problemas de saúde. Enquanto no Município do Golungo Alto são as dificuldades financeiras, finalmente o factor determinante no abandono escolar no Município do Lucala é a gravidez precoce.

Porém, nos municípios seleccionados, não se verifica alguma semelhança nos indicadores muito influentes, mas há uma forte tendência ao abandono escolar nestes Municípios em particular e na Província no geral. Isto sinaliza uma tendência equilibrada quanto ao abandono escolar em ambos os municípios. Porém, à semelhança dos demais municípios, há uma forte tendência ao abandono escolar.

Portanto, os factores que mais influenciam o abandono escolar por ordem, de acordo com as opiniões dos autores sociais inquiridos, são: interesse por outras actividades, dificuldades financeiras, dificuldades de transporte, gravidez precoce, problemas de saúde e dificuldades de aprendizagem. No entanto, há necessidade de envolvimento de todas as componentes pessoais do processo de ensino-aprendizagem para mitigar este fenómeno social na Província do Cuanza Norte em particular e do país em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alarcão, I. (2001). *Escola reflexiva e nova racionalidade*. Artmed.
- Antunes, J. J. (1989). Os abandonos escolares no ensino básico – uma fábrica de novos desfavorecidos- o meio rural e o meio urbano. In: E. L. Pires (Coord.), *O ensino básico em Portugal* (pp. 95-131). Edições ASA.
- Benavente, A., Campiche, J., Seabra, T. & Sebastião, J. (1994). *Renúncia à escola: o abandono escolar no ensino básico*. Fim de Século.
- Berthelot, J. M. (1983). *La piège scolaire*. PUF.
- Bourdieu, P. (1992). Reprodução cultural e reprodução social. In: P. A. Bourdieu (Ed.), *Economia das trocas simbólicas* (pp. 295-336). Perspectiva,
- Bourdieu, P. (1993). *La misère du monde*. Seuil.
- Bourdieu, P. (1998). A escola conservadora. In: M. A. Nogueira & A. Catani (Orgs), *Escritos de Educação* (9. ed., pp. 39-64). Editora Vozes.
- Campenhoudt, L. V. (2012). *Introdução à análise dos fenómenos sociais* (2. ed.). Gradiva.
- Dupont, P. & Ossandon, M. (1987). Prevenir l’abandon scolaire. *Revue Française de Pédagogie*, 81, 17-30.
- Gutiérrez, F. (1988). *Educação como práxis política*. Summus.
- Macioni, J. & Plummer, K. (1999). *Sociologia*. Printice Hall.
- Moore, S. (2002). *Sociologia*. Publicações Europa-América.
- Perrenoud, Ph. (2008). *La construcción del éxito y del fracaso escolar* (4. ed). Ediciones Morata.

LITERATURA POPULAR DE TRADIÇÃO ORAL: ANÁLISE SEMIÓTICA DE REGISTOS CONTISTAS DE ALEXANDRE PARAFITA.

*An approach to folk literature: semiotic analysis of some of Alexandre Parafita's
collected folktales.*

RIBEIRO, André Santos¹; & SOARES, Luísa Castro²

Resumo

O âmbito deste estudo incide na abrangência do vocábulo «literatura», nas duas hipóteses (realista e nominalista) que a enquadram e na dimensão que caracteriza, no entender de Roberto de Souza, a literariedade do discurso. Procurar-se-á o lugar da literatura de cunho popular, tradicional e oral, enquanto literatura menor, no fenómeno literário, e abordar-se-ão as adversidades advindas das conotações negativas que os seus termos comportam. No que concerne às manifestações narrativas prosaicas, enquadrar-se-á o conto enquanto subgénero narrativo e assinalar-se-ão as diferenças entre o conto popular, o conto para-popular, a lenda, a fábula, a parábola e o mito. Por último, levar-se-á a cabo a análise semiótica de quatro contos da obra «Contos ao vento com demónios dentro», do escritor transmontano Alexandre Parafita, atendendo às doutrinas formalista e estruturalista e às fundamentações teóricas de Propp, Greimas, Courtès, Larivaille, que foram alvo de estudo, em Portugal, por Macário Lopes e Castro Soares.

Abstract

The scope of this study focuses on the extent of the term «literature», on the two hypotheses (realist and nominalist) that frame it, and on the dimension that characterizes, according to Roberto de Souza, the literariness of the discourse. We aim to explore the role of folk literature, as a minor literature, in the literary phenomenon, and to address the adversities that the negative connotation associated with its terms arise. In regard to the prosaic narratives, the focus will be on framing the folktale as a narrative subgenre, and the differences between popular folktales, regional folktales, legends, fables, parables, and myths will be highlighted. Considering formalist and structuralist doctrines and taking into account the theoretical principles of Propp, Greimas, Courtès, Larivaille, which were studied, in Portugal, by Macário Lopes and Castro Soares, a semiotic analysis of four folktales of the work «Contos ao vento com demónios dentro», by the Portuguese author Alexandre Parafita, will be conducted.

Palavras-chave: *Contos ao vento com demónios dentro; análise semiótica; modelo actancial; dinamismo narrativo.*

Keywords: *Contos ao vento com demónios dentro; semiotic analysis; actantial model; narrative dynamism.*

Data de submissão: junho de 2023 | **Data de publicação:** dezembro de 2023

¹ ANDRÉ SANTOS RIBEIRO - MUNDIS & Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. PORTUGAL. Email: aldsribeiro@icloud.com

² MARIA LUÍSA DE CASTRO SOARES - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. PORTUGAL. Email: lsoares@utad.pt

INTRODUÇÃO

A literatura de cunho oral, popular e tradicional, frequentemente reduzida a literatura menor, translada no cerne de sistemas mais complexos, como o das literaturas nacionais, e o seu papel e manifestação no campo literário obrigam a pensar e repensar fatores institucionais. A nível académico, levantam-se, desde logo, preocupações de nomenclatura, nomeadamente a despeito dos vocábulos – «oral», «popular» e «tradicional» – que compõem a sua terminologia. No núcleo desta literatura, que, em sua parte, se distancia da literatura consagrada, os contos, de morfologia própria, caracterizados pela sua simplicidade e linearidade, quer a nível do plano da diegese quer a nível do plano do discurso, beneficiam de análises semióticas de índole formalista e estruturalista.

DA «LITERATURA» E DO SEU CAMPO CONCEPTUAL

O vocábulo «literatura», ao qual, por norma e *a priori*, associamos todas as composições textuais das quais depreendemos a existência de um certo *valor* estético, abrange um campo de manifestações textuais que, pela sua diversidade técnico-formal e/ou ideológico-temática, se distanciam e diferenciam entre si. Ademais, lés a lés de prevalências peridiológicas, dos hipercódigos e de outras particularidades que lhes são intrínsecas, importa indagar o que penetra no domínio deste vocábulo, cujo aparente aparecimento, na era setecentista, assim como sustenta a hipótese nominalista, obriga a admitir à literatura apenas as obras constituídas depois do surgimento do termo. Mas a incompatibilidade temporal imposta por esta primeira hipótese, ou seja, a não aceitação de obras produzidas a montante do século XVIII ao campo da literatura, alevanta, quanto à extensão e à compreensão do conceito, uma outra hipótese: a realista.

Ao vincular ao campo literário todas as obras produzidas ao longo dos séculos, a hipótese realista encobre sobretudo a transição sofrida pelo estatuto do autor desde a Antiguidade Clássica até à época contemporânea: repare-se que, se na Idade Média – período, diga-se já, muito mais iluminado do que obscuro – o autor, nas suas diferentes aceções, do jogral ao trovador, se apresentava como “autoridade, ou modelo discursivo chancelado pela tradição passível de imitação, emulação, comentários e glosas” (Souza, 2009, s. p.), desde a época romântica que este se apresenta enquanto “individualidade

crítica” (Souza, 2009, s. p.). Outra lacuna – pertinente de menção – prende-se com o facto desta hipótese aglutinar quaisquer produções textuais, independentemente destas se edificarem a partir de processos técnicos, os quais hoje são reconhecidamente próprios da linguagem literária, e que, no sentido clássico, exigiam um certo grau de “técnica, habilidade, perícia, ofício” (Souza, 2009, s. p.). Por sua vez, a hipótese nominalista admite ao campo literário apenas as obras escritas a partir do aparecimento do termo «literatura» e do fenómeno que, a partir dessa altura, se desenrolou. Porém, «literatura» não aparece, ao contrário daquilo que a hipótese defende, no decorrer do século XVIII, mas tão só sofre, por essa altura, uma renovação do seu sentido. É que, na verdade, o vocábulo latino *litterae* já aludia às obras escritas e à instrução cultural¹, pelo que se pode concluir que a literatura, em Setecentos, sofre uma viragem e “distingue-se cada vez mais do discurso de ideias, e fecha-se numa intransitividade radical; destaca-se ela de todos os valores que podiam na idade clássica fazê-la circular” (Souza, 2009, s. p.), fazendo, então, “nascer no seu próprio espaço tudo o que possa assegurar a denegação lúcida desses valores” (Souza, 2009, s. p.).

No entender contemporâneo de Roberto Acízelo de Souza (2009), a literatura assenta em dois elementos fundamentais, a literariedade e a ficcionalidade, responsáveis pela manifestação do fenómeno literário moderno, o qual depreende, a nível do discurso, uma “fisionomia especial” da qual participam componentes anatómicos como o binómio *intuição/expressão*; a *singularização do objeto*; a *literariedade* enquanto substância própria da estética literária; os *empregos científicos e emotivos da linguagem*; a *ambiguidade*; a *harmonia polifónica* e as *qualidades metafísicas*; a *tensão*; o *desvio linguístico*; a *forma*, quer externa quer interna; a *escritura*; a *plurissignificação*; a *função poética*; a *conotação* e os *discursos de representação* – mítico, onírico, literário. Mas há que ver também que a “ponderação da literatura como domínio próprio, relaciona-se assim não só com a especificidade da linguagem literária, mas também, antes disso, com a possibilidade de valorizarmos a componente institucional do fenómeno literário” (Reis,

¹ Importa notar e, em jeito de súmula, reproduzir as constatações de R. A. de Souza (2009) na entrada <literatura> do *E-Dicionário de Termos Literários* de Carlos Ceia. De acordo com este académico, Varrão, um dos *poeta noui*, e Quintiliano, na época dos Flávios, ambos filósofos e estudiosos da retórica, já haviam assinalado o termo *litteratura*, que significava “habilidade de ler e escrever” (2009, s. p.), e, mais tarde, há também registo dos termos *litteratus* e *litteras sciens*. Séculos depois, fundido ao movimento cultural humanista e aos seus princípios eudemónicos, propagam-se, a partir do Quattrocento, e, depois, alastrando-se à Europa Renascentista do século XVI, as *lettres humaines*, atividade da escrita que consubstancia as letras aos preceitos humanistas e ao estudo do homem. Posteriormente, e ainda no decorrer da época clássica, vêm as *bonnes lettres*, no final de Quinhentos; as *belles lettres*, no período seiscentista; até ao aparecimento do termo *litteratura* em Setecentos.

1995, p. 23). É que pensar a literatura e o fenómeno literário de forma institucional obrigamos a constatar, entre muitos outros, o exercício de forças de carácter centrípeto e outras de sentido centrífugo, o que comprova que há, de facto, um esqueleto conservador que alicerça o sistema institucional, conferindo-lhe resistência a fraturas dilacerantes e preservando-lhe as bases fundacionais e canónicas, e, outrossim, uma vertente pulsátil que pede intrusão no universo hodierno, por modo a evitar uma rigidez absoluta:

Falar de literatura enquanto instituição corresponde inevitavelmente a projetar, sobre o fenómeno literário, conotações (nem todas positivas) que envolvem o termo. De facto, a expressão instituição (...) pode sugerir mentalidades e comportamentos eminentemente estáticos, fortemente hierarquizados e pouco propensos à inovação; por outro lado, também é certo que a feição institucional de certas entidades confere-lhes solidez histórica, bem como reconhecimento público, factores decisivos para a afirmação no plano social. E isso acontece com mais razão quando aos atos institucionais é inculcada uma feição ritualizada, de reminiscência fundadora e de propósito legitimador (Reis, 1995, p. 25).

Desta relação próxima e indissociável entre o conservadorismo e o dinamismo, importa realçar, como exemplo, os géneros e subgéneros, que estrutural e funcionalmente partilham de características entre si: veja-se que os géneros literários, modelos, em boa parte, consagrados pelo cânone, ramificam-se em vários subgéneros e, mesmo assim, torna-se por vezes difícil de, no domínio da architextualidade, fazer um texto recair sob um determinado modelo discursivo. Todavia, o campo literário delimita-se por barreiras flexíveis, daí que muitas obras, pelas diferentes dimensões (estética, histórica e sociocultural) (Reis, 1995, p. 24) que as estruturam, sejam híbridas e outras se situem próximas da margem desse mesmo campo. O que vem sendo dito pretende, em certa medida, explicar a tendência que prevalece em se aceitar a hipótese realista em detrimento da nominalista, tornando possível abordar, no domínio da literatura, obras surgidas em tempo indefinido, muitas delas muito certamente anteriores ao século XVIII, como decorre com os registos de cunho oral, popular e tradicional.

DA LITERATURA POPULAR DE TRADIÇÃO ORAL

2.1. Da problematização dos termos que compõem a designação.

Em termos peridiológicos, englobaríamos os escritos do século V ao XV, como as cantigas líricas de amor ao estilo provençal, ou mesmo as satíricas, de escárnio e maldizer, estas propriamente galaico-portuguesas, no domínio da literatura medieval; assim também incorporaríamos a lírica mirandina e camoniana na literatura portuguesa renascentista, diríamos de inscrição barroca a oratória sacra de António Vieira e neoclássica alguma da lírica de Bocage. Ainda nesta linhagem associativa, vincularíamos, pelo estilo literário e pela inscrição cronológica, Eça e Antero às eras romântica e realista, Cesário Verde ao movimento parnasiano, Pessoa à vanguarda modernista, e por aí adiante. É evidente que os hipercódigos não sumulam nem tampouco definem em pleno toda a produção que, pelo menos cronologicamente, se insere em determinado período, e não cabe aqui refletir sobre a evolução da literatura de cunho popular, oral e tradicional, como fez Machado (2008), mas evidenciar a importância, ainda para mais por razões de estudo, de pensar na designação apropriada para apontar um conjunto de manifestações que partilham de determinadas características.

Assim, torna-se pertinente indagarmos sobre qual designação se deverá adotar para enquadrar o conjunto de textos que, a princípio exclusivos do domínio oral, há duzentos anos começaram a ser registados através da escrita, e que, pela sua perenidade e resistência no tempo, não se restringem a um período literário específico nem ao seu quadro temático, entre possibilidades como «literatura oral», que alude à origem verbal; «literatura tradicional», que remonta ao costume de transmissão destas histórias, entre as populações, de geração em geração, como se de um património se tratassem; ou «literatura popular», pois que esta literatura é de um coletivo, de uma massa de gente, de um povo. É certo que a recusa ou a preferência de um termo em detrimento de outro revela os preconceitos mas também as dificuldades ou mesmo as controvérsias que advêm dos significados semânticos que, em sentido lato, cada um dos termos comporta, pelo que se torna válido e relevante dedicarmos a próxima secção à sua reflexão, que resulta, aliás, de uma leitura crítica das dissertações e dos estudos levados a cabo por Machado (2008), Pontes (2009) e Pereira (2015).

2.2. Da conciliação dos cunhos desta literatura.

É certo que, a princípio, a designação «literatura oral» revela a sua pertinência pela alusão que faz ao modo como originalmente as histórias populares eram transmitidas. Porém, o termo «oral», quando agregado à dimensão literária, parece fazer coincidir e colidir as práticas da escrita com o carácter performativo da oralidade, pois que o domínio da fala se opõe, em regra, ao domínio da escrita. Além disso, as marcas do discurso oral descuidado – que eram as do quotidiano das classes sociais médias e baixas, principalmente as mais antigas, que, na sua maioria, eram também analfabetas, – tendem a ser retoricamente pobres e a não apresentar forte argumentação, acentuando-se o contraste entre as realizações performativas e a cultura erudita, cuja inconciliabilidade com a pouca vernaculidade dessas mesmas manifestações torna o «oral» um termo redutor.

Em sua vez, a terminologia «literatura tradicional» pressupõe um conjunto de textos ligados à memória e à tradição de valores que, através dos costumes e das práticas de convivência social, se trespasam de geração em geração, de pais para filhos e de avós para netos. Embora este termo encontre justificativa pelo facto de assinalar o meio de difusão preferencial destas histórias, «tradicional» dificilmente se desprende dos seus significados depreciativos, que impelem para a associação desta literatura a um contexto antiquado e retrógrada que apenas encontra no passado espaço e motivo para existir, o que, por sua vez, contribui para a individualização e inferiorização desta literatura no seio institucional. Ademais, a esterilidade que, por vezes, se atribui a esta literatura deriva não só da dificuldade que alguns autores encontram na (falta de) capacidade para a instrumentalizar e ideologizar, sobretudo em autores que assumem posições radicais de compromisso e intervenção sociais para com os leitores, mas ainda pelo facto de alguns críticos considerarem que as histórias tradicionais, envoltas em místicas passadas, são desatualizadas face ao estado de coisas do mundo presente e, consequentemente, nada contribuem para a formação ou aprendizagem da sociedade atual. Por último, a partícula «popular», embora faça menção ao povo, à nação e à pátria – que são o berço desta literatura –, reporta-se também às camadas indiferenciadas e desprovidas de conhecimento erudito, o que o torna um termo ambíguo.

No entanto, e como decerto se há de convir, há a necessidade de apontar uma solução viável que agregue os domínios oral, popular e tradicional, que efetivamente caracterizam esta literatura, ainda que essa designação carregue consigo o somatório dos problemas que cada um desses termos acomoda. E apesar da grande dificuldade na escolha de uma denominação que se adeque para abarcar este conjunto de textos – uma vez que todos eles pecam pelos seus duplos significados –, as adversidades que cada um deles apresenta parecem anularem-se umas às outras ao mesmo tempo que se complementam, pelo que surgem terminologias como «literatura oral tradicional», «literatura de transmissão oral», «literatura popular de tradição oral» e até «literatura popular tradicional de expressão e transmissão oral».

A combinação dos termos tenta colmatar as divergências impostas por cada um deles, sendo que cada unidade lexical acaba por fazer jus à matéria que engloba: a oralidade teve um papel preponderante na construção da memória cultural e permitiu a que classes letradas, única e exclusivamente por essa via, perpetuassem os conhecimentos tradicionais ao longo do tempo. Aliás, mais do que uma transmissão de conhecimentos, é a identidade de um povo, criada no pretérito, que, tal como as suas condutas sociais, se perpetuam no espaço e no tempo presente e futuro. E, porque nasceram no popular e nas camadas inferiores da sociedade e por essas foram difundidas, as condutas morais e os ensinamentos chegam aos dias de hoje e continuam a instituir valores, a moldar caracteres e sobretudo a permitir ao ser humano pensar sobre si e sobre o lugar que ocupa no mundo. É também certa a impossibilidade de aferir, de modo consensual e universal, a designação mais apropriada para denominar este conjunto de textos de características bem vincadas; porém, dado a que se pretende elaborar uma análise de quatro contos de Alexandre Parafita, adotar-se-á a designação que o escritor elege: literatura popular de tradição oral (Parafita, 1999).

A literatura popular de tradição oral permite o reencontro e a aproximação com as raízes do povo através dos contos, ao passo que as lendas nómadas e os mitos ancestrais possibilitam o entendimento da natureza humana e da nossa identidade coletiva. Precisamente por isso, estas narrativas literárias constituem um *corpus* cuja origem vem de “tempos longínquos e as suas raízes [estão], não no mundo letrado da cultura ‘consagrada’, oficialmente reconhecida, mas nas camadas não hegemónicas da população” (Reis & Lopes, 1987, p. 79), sendo que a intemporalidade das narrativas é conseguida graças à memória coletiva do povo que as faz chegar aos tempos

contemporâneos, e, de facto, este carácter perene e duradouro dos valores inscritos nas várias narrativas instruem-nos de saberes práticos e úteis para que possamos enfrentar o mundo. Ressalva-se que o produto dessa transmissão durante vastos anos é a variabilidade, ou seja, o número de versões de uma mesma história – e o registo escrito é disso prova –, sendo popularmente sabido que *quem conta um conto, acrescenta sempre um ponto*; ponto esse que parte ou do contador ou do ouvinte que, eventualmente, se torna também ele contador, ou até mesmo como resultado do meio cultural onde tal conto se narra. Ademais, às manifestações tradicionais, Alexandre Parafita identifica-lhes

regras e funções muito diferenciadas: uns de existência efémera e outros que permaneceram, mesmo sem que tenha ficado registado algum a não ser na memória. Por exemplo, uma adivinha, uma anedota ou um dito gracioso é um texto que alguém inventou algures no tempo e no espaço, e que transmitiu a outrem para depois ser transformado num texto de milhões de pessoas, não apenas à escala nacional, mas inclusivamente à escala planetária. Dilui-se, ntrementes, a identidade do seu autor, para o que contribuem as sucessivas versões e variantes que o enunciado original foi apresentando, e o texto passa a ser do domínio da comunidade (Parafita, 1999, p. 49).

DO CONTO ENQUANTO SUBGÉNERO NARRATIVO

3.1. *Do género narrativo.*

O género narrativo, ao contrário do que sucede com os géneros lírico e dramático, não se manifesta exclusivamente no domínio da literatura, pelo que Aguiar e Silva (2009) distingue textos narrativos naturais de textos narrativos artificiais: os primeiros, como o próprio nome indica, ocorrem espontaneamente, sendo produtos diretos do nosso quotidiano – relatórios médicos que descrevem as patologias de um utente, autos policiais que narram incidentes entre civis, ou um acórdão de um tribunal que narra uma decisão final que valerá como modelo futuro, são exemplos de narrativas naturais; ao passo que os textos literários, sobretudo porque se alicerçam na ficcionalidade e na literariedade, se enquadram na classe das narrativas artificiais. Ainda ao género narrativo, Carlos Reis (1995) destaca três subgéneros recorrentes: o romance, o mais complexo, devido ao paralelismo de ações e ao elevado número de personagens (sobretudo) redondas; a novela, que, entre um número inferior de personagens, carece do detalhe aprimorado característico da produção romanesca; e o conto, bastante mais simples do que a produção novelística, caracterizando-se pela sua ação linear e simplista.

Embora o conto seja um subgênero narrativo particular, “raramente um texto concentra em si mesmo a realização plena e rigorosa de um determinado gênero” (Parafita, 1999, p. 81) e, por isso, há uma pluralidade de narrativas populares¹ que se inscrevem na classe dos contos, que, aliás, se confundem com frequência entre si, pelo que se torna pertinente distinguir as mais assíduas, como o são o *vulgo* conto, o conto popular propriamente dito, a fábula, a parábola, a lenda e o mito. Estes partilham de um léxico que, ao não ser pobre, não é erudito, mas simples, em que o discurso desprovido de vocábulos caros é marcado pela não ocorrência do “acessório-ornamento estilístico, o adjetivo, o advérbio – com predomínio do objeto (substantivo) e da ação (verbo)” (Júdice, 2005, p. 37).

3.2. *Das produções contistas.*

O conto (popular)², que não subjaz a processos linguísticos figurativos ou retóricos predominantes, (sobre)vive no inconsciente coletivo e guarda as crenças, os medos, as vontades, os valores e os princípios que constituem e regem a sociedade, enquanto promovem um sentimento e um espírito de solidariedade entre a população, pelo que “é

¹ Conforme os estudos de Hermann Bausinger, as manifestações populares de tradição oral podem organizar-se em três grupos: o primeiro engloba os jogos de língua, como lengalengas, provérbios, ditos orais e populares, adivinhas, etc.; o segundo compreende as narrativas prosaicas de carácter quer sagrado quer profano; ao passo que o terceiro incorpora os domínios oralizante e performativo, como as formas dramáticas teatrais e musicais (Bausinger, 1968, referido por Parafita, 1999). Ocupar-nos-emos do segundo grupo, o das narrativas em prosa, atribuindo especial atenção ao conto. Aliás, na tentativa de os agrupar e pela utilidade formal de que se pauta, parecemos oportuno relembrar a classificação de Antti Aarne e Stith Thompson (1987) – Aarne-Thompson-Uther Index (ATU Index) –, a qual agrupa os contos (populares, no caso) mediante a sua temática. Cf. Aarne, A., Thompson, S. (1987). *The Types of the Folktale. A Classification and Bibliography*. Academia Scientiarum Fennica. Vide, ainda, Thompson, S. (1946). *The Folktale*. The Dryden Press. Na literatura portuguesa, destacam-se oito “contos-tipo” de frequência recorrente que giram em torno de um mesmo centro temático: os contos de animais, os contos maravilhosos, os contos religiosos, os contos sentimentais, os contos do ogre estúpido, os contos jocosos, os contos enumerativos e outros que resultam de combinações híbridas (cf. Faria, 2009).

² ⁵ Importa fazer menção à distinção entre o «conto popular» propriamente dito e o «*vulgo* conto», pois se “é a quantidade relativa de destinatários ou de transmissores do conto que define a sua popularidade, haverá que ter cuidado quando se fala do conto sem qualquer garantia sobre o número de indivíduos que ele implicava em certa época; mas podemos ter em conta um certo número de elementos que definem os contos que se dizem e são obviamente populares. Nalguns casos, sobretudo se temos em vista épocas recuadas e sem testemunhos ou provas sólidas, melhor será que falemos em conto de cariz popular ou em conto parapopular” (Faria, 2009, p. 20). Esclarecem, ainda, Carlos Reis e Macário Lopes (1994) que o conto popular “partilha algumas das propriedades que caracterizam o conto literário consagrado, mas constitui uma modalidade específica de discurso que só pode ser devidamente esclarecida em termos pragmáticos. Se se atentar nas tais propriedades comuns, verifica-se que em ambos os casos se trata de narrativas breves que põem em cena um número reduzido de personagens escassamente caracterizadas, regra geral meros suportes de uma acção bastante centrada em torno de uma peripécia particular. Todavia, como já se assinalou, não basta referir os traços genéricos característicos do conto para se captar o particular estatuto semiótico do conto popular: torna-se imprescindível clarificar as circunstâncias que presidem à sua elaboração e reflectir sobre o seu circuito específico de transmissão” (p. 82).

fundamentalmente a nível do circuito de comunicação e difusão que o conto popular afirma a sua especificidade. (...) Circulam oralmente de geração em geração, assegurando a manutenção de um património cultural que escapa à sanção dos mecanismos institucionais” (Reis & Lopes, 1994, p. 83).

A lenda, que está próxima do conto como a parábola está perto da fábula, transmitida “ao longo das gerações, por um processo de diluição do seu fundo real, com a incorporação de uma forte componente imaginativa e fantasiosa” (Parafita, 1999, p. 96), corresponde a uma narrativa construída através de um conjunto de acontecimentos, quer humanos, quer míticos, quer naturais, que têm sempre um fundo factual, ou seja, uma base de verdade, que, nem por isso, deixa de ser alvo de intelectualização e transfiguração imagética. Apesar de contíguos, quer no plano funcional quer no plano estrutural, a lenda diferencia-se do conto, porque, como está ligada a crenças religiosas e à fé do povo, está também inserida em circunstâncias particulares, ou seja, deixa de acontecer num *certo dia* ou no *era uma vez* e marca um tempo e um espaço regionais ou nacionais específicos, não se tratando, porém, “de uma reconstituição objectiva e ‘documental’ de um facto ocorrido num passado remoto, mas sim de uma narrativa de carácter ficcional, que foi sendo transmitida de geração em geração” (Reis & Lopes, 1994, p. 224).

Por sua vez, a fábula, que apresenta grande semelhança com o conto popular¹, assume, a nível do quadro pragmático, uma função distinta do primeiro, pois que, enquanto ao conto popular não se lhe identifica nenhuma finalidade moral, na fábula, a avaliação ética é a forma para a qual a finalidade narrativa tende; havendo, por isso, uma verdade moral que, não contendo significados ocultos, pertence à tradição popular ancestral e primordial do ser. Para tal, a fábula faz intervir no seu enredo exclusivamente animais, que representam simbolicamente classes sociais ou personificam os defeitos encontrados nos humanos, daí que esta constitua

um produto espontâneo da imaginação, já que consiste numa narração fictícia breve, escrita em estilo simples e fácil, destinada a divertir e a instruir, realçando, sob acção alegórica, uma ideia abstracta, permitindo, desta forma, apresentar de maneira aceitável, muitas vezes mesmo agradável, uma verdade moral, o que de outro modo seria árido ou difícil (Mesquita, 2012, p. 68).

¹ Note-se, contudo, que “o conto popular apresenta uma tipologia designada de ‘conto de animais’, o qual, por nem sempre ter uma finalidade moral, não deverá ser confundido com uma fábula” (Faria, 2009, p. 16).

Próxima da fábula está a parábola, que desta se distancia pela predominância do sentido religioso: a “evocação do sagrado presente na parábola, narrativa breve cuja circulação foi e é reforçada grosso modo pela sua ligação quase exclusiva aos textos bíblicos, leva à aproximação daquele género ao conto popular de tipo religioso” (Faria, 2009, p. 17). Por último, o mito, que se constrói em torno de um plano ficcional de ideias fundamentalmente abstratas permite, no quadro pragmático, a coesão de um grupo social que através desse plano regula as suas condutas, sendo, por via do mistério, em torno de um enredo de deuses e heróis, que se fundamenta a existência do mundo. O mito, que participa do sagrado, corresponde à

interação entre a memória e a imaginação que se processa na relação do homem consigo próprio, com os outros e com o mundo. Isto é, à memória está associada a tradição e à imaginação a recriação da memória. Dessa interacção nasce o mito (Faria, 2009, p. 18).

DA ANÁLISE SEMIÓTICA E DA DINÂMICA DA NARRATIVA

A unicidade da ação, que se reduz à principal, o número diminuto de personagens, a condensação e a simplicidade temporal¹ bem como a concentração espacial² levam a privilegiar, na análise da produção contista, estudos formalistas e estruturalistas em consonância com as fundamentações teóricas de Vladimir Propp (2003 e 2018), Algirdas Greimas (1966), Joseph Courtès (1972 e 1979), Paul Larivaille (1974), que, em Portugal, foram estudados por Macário Lopes (1987) e Castro Soares (2013).

4.1. Da morfologia do conto (popular).

No que respeita à origem dos contos, Propp (2018), ao estabelecer uma analogia entre os contos e a sua natureza e uma (impossível) objetividade absoluta da teoria da evolução darwinista, apresenta dois panoramas:

¹ Em regra, não se encontram marcadores cronológicos ou atinentes a um período histórico específico, daí “a constância de fórmulas introdutórias do tipo *Era uma vez*, que situam o conto num passado indefinido e permanentemente reatualizável” (Reis & Lopes, 1997, p. 86). Devido à inexistência de espessura anímica nas personagens, os seus tempos psicológicos (heteromórficos por natureza) não têm manifestação preponderante. Por último, o tempo próprio do discurso é, em norma, linear: não havendo momentos analépticos ou prolépticos, a narrativa encadeia-se em resumos e elipses intercalares.

² A dimensão espacial dos contos é comprimida e reduz-se a dois ou três lugares. Já a inexistência de uma atmosfera psíquica substancial, não permite a desenvoltura de um espaço psicológico, ao passo que o espaço social se constrói a partir das condições socioculturais que, não raro, definem, na íntegra, as personagens.

ou se afirma que, para dois fenómenos que não têm e não podem ter nenhuma relação exterior, a sua semelhança interna não nos conduz a uma raiz genética comum, e é a teoria da génese independente das espécies, ou esta semelhança morfológica é interpretada como a consequência de um certo elo genético, e é a teoria da origem por metamorfoses ou transformações que remontam a um certa causa (Propp, 2018, p. 251).

Alinhado com esta última teoria, o formalista russo explica que, ao contrário do que sucede na natureza, em que “a mudança de uma parte [constituente] ou de um traço [compositivo] arrasta a mudança de outro traço, no conto, cada parte pode mudar independentemente das outras” (Propp, 2018, p. 254), o que implica a existência de um vínculo estável entre as múltiplas opções de um eixo paradigmático, pelo que a função de uma unidade, ou de um elemento, é também constante, ainda que possa apresentar *feições* diferentes. A despeito desta questão, que concerne à estrutura do conto e à sua transformação, Propp (2003, 2018) teoriza duas estirpes de critérios que explicam essa mesma anatomia assim como as possibilidades da sua metamorfose¹, a saber, uma que deriva de princípios gerais, que se concatena à origem do conto, e outra que provém de regras particulares: a primeira estabelece uma “relação com o seu meio, com a situação em que [o conto] é criado e em que vive” (Propp, 2018, p. 255), onde o quotidiano, o dia a dia prático e a religião aplicam um força preponderante; ao passo que a segunda se conexiona com o universo factual e onde as “transformações são exteriores ao conto, e não poderemos compreender a sua evolução sem fazer aproximações entre o próprio conto e o meio humano em que vive” (Propp, 2018, . 255). Porém, no caso desta última, há que ter em consideração que é apenas possível “resolver o problema da relação entre o conto e a vida senão com a condição de não esquecermos a diferença entre o realismo artístico e a existência de elementos que provêm da vida real” (Propp, 2018, p. 261).

¹ De acordo com Propp (2018), nos domínios estrutural e mecânico da produção contista, as transformações dos elementos fundamentais podem ser de natureza subordinada ou coordenada. As primeiras dão-se por redução, amplificação, deformação, intensificação e enfraquecimento, substituição interna, substituição realista, substituição confessional, substituição por superstição, substituição arcaica, substituição literária, modificações (i.e., transformações cuja origem revela imprecisão), substituição de origem desconhecida, assimilação interna, assimilação por superstição ou por superstições literárias e arcaicas. Por sua vez, as segundas, que tratam de transformações mais compactas e, por isso mesmo, mais resistentes ao processos supradescritos, requerem atenção à forma canónica do conto.

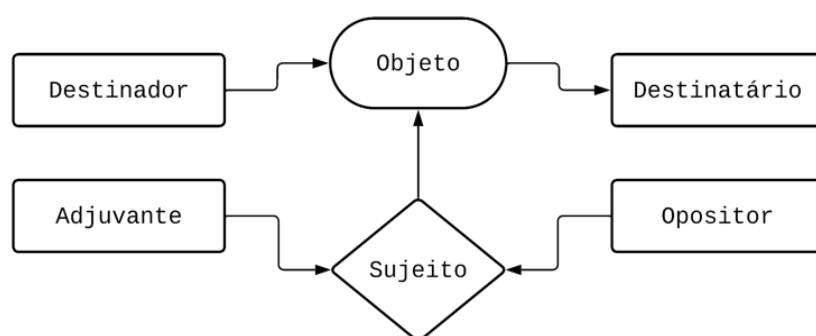
4.2. Do modelo actancial.

No domínio da semântica estrutural e em correlação com estudos narratológicos, Greimas (1966) teoriza, para a análise da estrutura e dos elementos presentes nas narrativas, um modelo que se assume como ferramenta fundamental no estudo das relações e do dinamismo estabelecido entre as personagens (as quais vem a denominar de actantes). Esse esquema, frequentemente conhecido como modelo actancial ou modelo greimasiano, assume um esqueleto biplanar constituído por seis instâncias:

Induit à partir des inventaires, qui restent, malgré tout, sujets à caution, construit en tenant compte de la structure syntaxique des langues naturelles, de modèle semble posséder, en raison de sa simplicité, et pour l'analyse des manifestations mythiques seulement, une certaine valeur opérationnelle. Sa simplicité réside dans le fait qu'il est tout entier axé sur l'objet du désir visé par le sujet, et situé, comme objet de communication, entre le destinataire et le destinataire, le désir du sujet étant, de son côté, modulé en projections d'adjuvant et d'opposant (Greimas, 1966, p. 180).

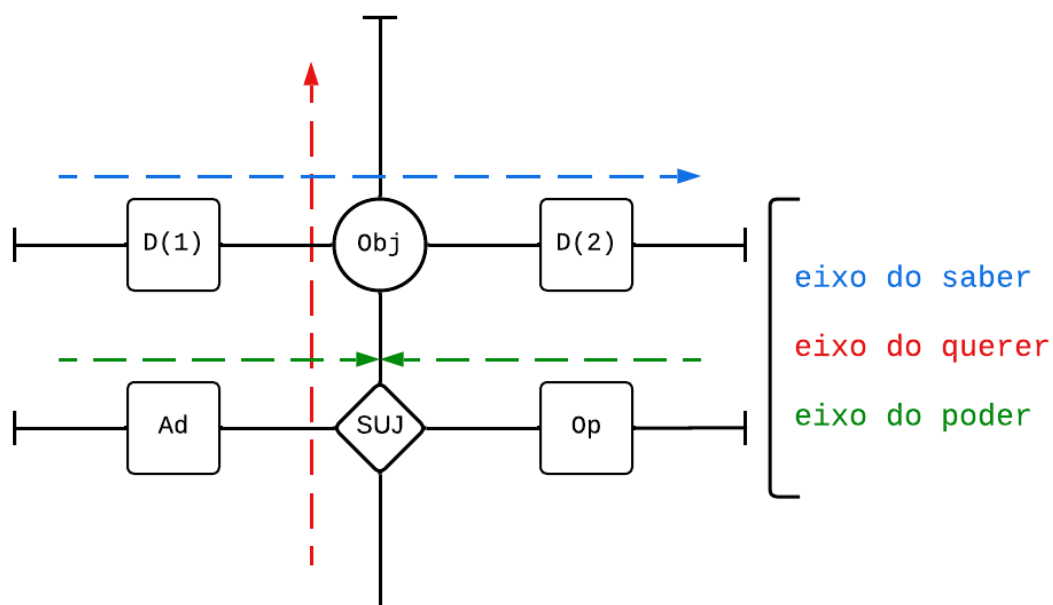
No esquema narrativo actancial, o *objeto*, ou *objetivo*, (Obj) – que diz respeito à meta para a qual a ação do sujeito tende – está relacionado com dois actantes, o *destinador* (D₁) e o *destinatário* (D₂), conforme segue: $D_1 \rightarrow \text{Obj} \rightarrow D_2$, onde o *destinador* corresponde ao actante que encoraja o *sujeito* a procurar o *objeto* e o envia para essa sua missão, enquanto o *destinatário*¹ representa o actante em benefício ou prejuízo do qual o sujeito procura o *objeto*, isto é, diz respeito à figura a quem o *sujeito* da ação concede o *objeto*. Em relação aos actantes que interagem com o *sujeito*, que é aquele que protagoniza a ação e que, aliás, manifesta uma função juntiva em relação ao *objeto*, constata-se dois tipos de relações, uma de carácter sumativo e outra de carácter subtrativo: o *adjuvante* (Ad) pratica uma força a favor da ação do *sujeito*, aliando-se a ele para o auxiliar a alcançar o *objeto* pretendido; em sentido oposto, o *opositor* (Op) exerce uma força contrária com o intuito de impedir o *sujeito* de alcançar o *objeto*. Assim, equacionando, vem: $\text{Ad} \rightarrow \text{Suj} \leftarrow \text{Op}$, que pode ser esquematicamente representado através da concatenação das duas estruturas planares, por forma a obter a estrutura biplanar greimasiana:

¹ Carlos Reis e Macário Lopes (1987, p. 94) definem o destinador como “a instância que comunica ao destinatário/sujeito um objecto de natureza cognitiva – o conhecimento do acto a cumprir – e um objecto de natureza modal – o querer que o institui como sujeito virtualmente performativo”.

Fig. 1 – Estrutura biplanar do modelo actancial greimasiano.

Fonte: Adaptado e traduzido a partir de Greimas (1966).

Na conceitualização greimasiana, as relações entre os actantes permitem estabelecer três eixos intersetáveis, nomeadamente, o eixo do saber, provindo da interação entre o destinador e o destinatário ($D_1 \rightarrow \text{Obj} \rightarrow D_2$) – actantes que, funcionalmente, se situam em polos opostos; o eixo do querer, resultante da relação junctiva entre sujeito e objeto, $\text{Suj} \rightarrow \text{Obj}$; e o eixo do poder, advindo da relação entre os actantes adjuvante e opositor ($\text{Ad} \rightarrow \text{Suj} \leftarrow \text{Op}$). Assim, vem:

Fig. 2 – Eixos correspondente à fórmula greimasiana *saber-poder-querer*.

Fonte: a partir de Greimas (1966).

Os actantes, que na asserção tradicional corresponderiam a personagens planas, estão normalmente presentes em número reduzido, apresentam uma baixa densidade psicológica e uma “parca caracterização que, quando existe, é sobretudo indireta, pois sabe-se o que são pelas ações praticadas” (Soares, 2017, p. 114). Para além disso, não se registam, de um modo geral, as suas características físicas nem (as escassas particularidades) psicológicas a não ser no início – razão, aliás, pela qual os actantes são introduzidos apenas uma vez – e não se esperam, por isso também, alterações abruptas do seus modos de agir ou de pensar no decorrer da narrativa. Ademais, na ausência regular de um nome próprio, os papéis sociais dos actantes caracterizam-nos em pleno e determinam, quase integralmente, as suas ações (Soares, 2013), podendo estes serem, inclusivamente, arquitetados “no sentido em que reenviam para certos atributos e percursos culturalmente cristalizados (rei, princesa, dragão, moleiro, etc.)” (Reis & Lopes, 1997, p. 86).

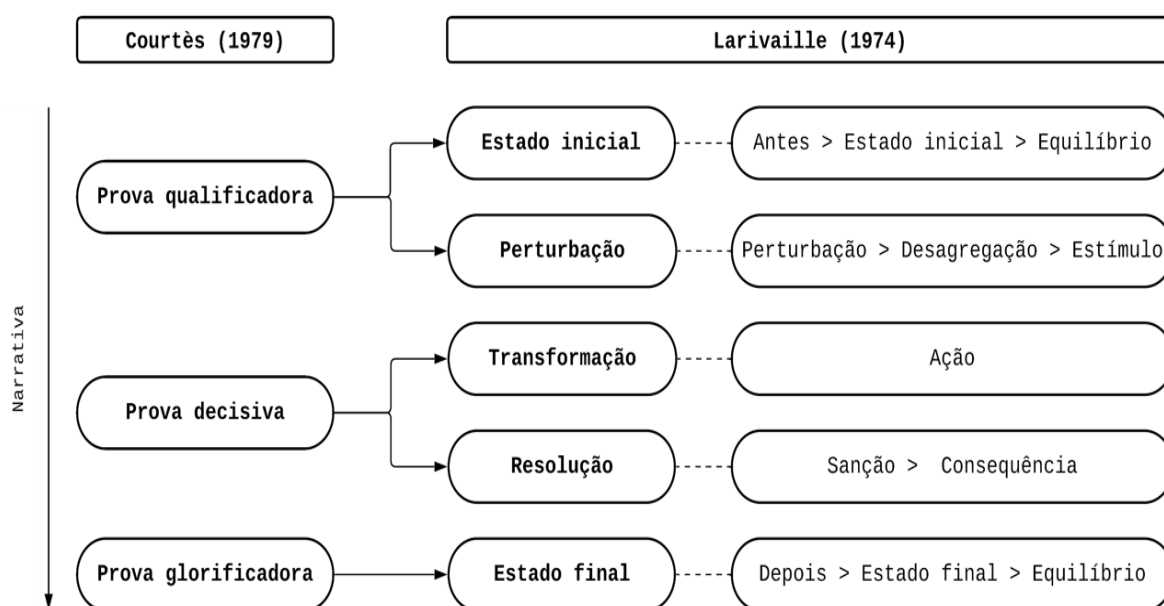
4.3. Da dinâmica da narrativa.

No decorrer da narrativa, que importa desde já distinguir da narração – enquanto ato de produção verbal – e da própria diegese – enquanto elemento da narrativa e como universo ficcional passível de ser narrado (Reis, 1995; Genette, 1972 referido por Jouve, 2006; Silva 2009), o plano diegético, sustento no plano discursivo que o alicerça, conhece alterações resultantes da evolução da ação assim como das oscilações que as estruturas narrativas sofrem como resultado das perturbações ao seu equilíbrio e das suas respetivas reposições. Alinhada com a divisão quinária da narrativa de Larivaille (1974) e atendendo à partição ternária de Courtès (1979), Macário Lopes (1987) faz corresponder as etapas de Courtès às de Larivaille, pelo que concatena a *prova qualificadora* ao *estado inicial* e à *perturbação*; relaciona a *prova decisiva* às fases de *transformação* e de *resolução*; e estabelece, por fim, a ligação entre a *prova glorificadora* e o *estado final* que “pode, ou não, corresponder à glorificação do herói” (Soares, 2013, p. 14).

O estado inicial corresponde à primeira etapa da narrativa, à qual precedem circunstâncias que não nos são dadas a conhecer, e caracteriza-se por uma primeira fase de equilíbrio, que tanto pode assumir contornos pacíficos e harmónicos, como turbulentos e conflituosos ou até mesmo definir-se por via de uma situação de carência. Quando a este equilíbrio lhe é introduzido uma perturbação, as circunstâncias iniciais desagregam-se e o plano narrativo é alvo de alterações da sua estrutura, estimulando-se a eclosão da ação. Esta, enquanto operador mecânico transformacional, introduz novas alterações à narrativa por

forma a contrair a perturbação inicialmente induzida e de modo a reconstituir um novo estado de equilíbrio. Todavia, a ação só produz manifestamente os seus efeitos quando impostas e aplicadas as sanções providas dessa mesma ação e quando produzidas as respectivas consequências no universo diegético. Assim, chegar-se-á a um estado final, diferente do inicial, em que se repõe o estado de equilíbrio, sendo este sempre diferente do equilíbrio inicial. Quer isto dizer que um equilíbrio inicial de pacificidade pode ser reestabelecido por um equilíbrio final de turbulência e, de modo análogo, um equilíbrio inicial de turbulência pode restituir-se na forma de um equilíbrio final de pacificidade. Mas os equilíbrios finais podem também restaurar as feições dos equilíbrios iniciais em contornos ligeiramente diferentes, daí que um estado de equilíbrio inicial de pacificidade pode vir a originar um novo equilíbrio (final) de serenidade, este, porém, com contornos diferentes do primeiro; ao passo que um equilíbrio inicial caracterizado pela carência e pela conflituosidade pode reestabelecer-se num novo equilíbrio (final) representado pela falta e pela instabilidade, mas também esse diferente do primeiro.

Fig. 3 – Divisão ternária e quinária da dinâmica da narrativa.



Fonte: Adaptado e traduzido a partir de Courtès (1979) e Larivaille (1974).

5. ANÁLISE DE CONTOS AO VENTO COM DEMÓNIOS DENTRO

A obra Parafita aglomera registos populares e tradicionais recontados a partir de um repositório memorial de um coletivo populacional, geograficamente circunscrito à região de Trás-os-Montes, a norte de Portugal, nos quais o autor mostra que os contos não têm obrigatoriamente um final feliz e consolador e através dos quais visionamos um mundo onde há a possibilidade de remissão. Quer isto dizer que a sua obra se ergue a partir de um repertório familiar antigo que foi sendo passado a gerações mais novas, as quais se iam rendendo aos “pavores da superstição, ao mesmo tempo que [as histórias] os ajudava[m] a crescer, a saber conjugar os medos e a enfrentar os riscos que a vida reserva” (Parafita, 2000, p. 15).

Em *Contos ao vento com demónios dentro*, Alexandre Parafita (2009) contempla quatro registos orais e populares¹ dos quais participa um ser mítico, tradicional e popularmente temível e impulsionador de confrontos: o diabo. No imaginário do povo, o demónio, por norma, corresponde a uma figura “de aspeto de anjo de feições pavorosas, corpo peludo, cornos de chibo, garras nas mãos e nos pés, rabo comprido e contorcido”, podendo apresentar-se fisionomicamente também sob a forma de uma “serpente, de anjo deformado com garras nos cornos ou numa mescla de figura humana e animal” (Parafita, 2000, p. 26), razão pela qual lhe é possível aparecer no mundo telúrico disfarçado de ser humano, muitas vezes, aliás, invocado pelo próprio povo. Afinal, de mais a mais, “o povo [diz que] ‘para encontrar o Diabo, não é preciso madrugar basta no seu nome falar’” (Pereira, 2015, p. 100).

É habitual, nas narrativas populares de expressão oral transmontana, a presença de um conjunto de figuras, entre “almas penadas, bruxas, diabos, fadas, lobisomens, moiras encantadas, a morte, olharapos, trasgos, entre outros seres míticos” (Parafita, 2000, p. 15), que, detendo funções e características bem definidas, pretende ilustrar e representar o mundo real, sendo essa representação trespassada por um coletivo regional ao longo dos tempos. E, sendo maioritariamente dirigidos ao público infantojuvenil, é objetivo dos contos e das restantes formas prosaicas fazer valer os ensinamentos dos mais graúdos aos mais pequenos e é a partir da influência do quadro pragmático inscrito nos

¹ Conforme se observou em nota de rodapé anterior, o conto popular distingue-se do *vulgo* conto, pelo que, e reproduz-se, “não basta referir os traços genéricos característicos do conto para se captar o particular estatuto semiótico do conto popular: torna-se imprescindível clarificar as circunstâncias que presidem à sua elaboração e reflectir sobre o seu circuito específico de transmissão” (*op. cit.*, p. 82), o que, no entanto, não constitui o escopo deste estudo.

(quase-)atos discursivos, que, além dos papéis de expressão e de representação, fazem com que a linguagem literária passe a comportar uma função de apelo, centralizando-se, na recepção literária, as funções ilocutórias e nas suas respectivas consequências perlocutórias (Reis, 1995, pp. 115-117).

5.1. Estudo de caso n.º 1: «O Lencinho Mágico».

Síntese do conto:

- Uma menina órfã de pai e mãe trabalhava “noite e dia” de modo a concretizar tarefas “acima das suas forças” que lhe eram incumbidas pela vizinha com quem vivia. Certo dia, cansada do estilo de vida que levava e de ser complacente com as exigências da vizinha, decide sair de casa e pôr-se a caminho do inferno.
- Chegada às trevas, começa a trabalhar para o diabo e, mal a oportunidade lhe surge, rouba-lhe o lenço mágico que lhe passa, dali em diante, a valer nas situações de maior aflição.
- De seguida, escapa do palácio do diabo e rumo ao palácio de um rei à procura de trabalho, onde vem a deparar-se com um ambiente precário, vendo-se novamente escravizada, desta vez pela então governanta e pelas demais serviçais.
- Fazendo uso do condão mágico do lencinho vermelho que roubara ao diabo, faz com que o rei despeça as demais criadas, resolvendo-se, como que por magia, os problemas que as colegas lhe causavam. Torna-se, inclusive, com o apartamento das restantes empregadas, a nova governanta do palácio.
- O diabo, figura do mal, associado à manha e ao engano, é superado e ridicularizado por uma personagem que inicialmente aparenta ser ingénua e indefesa, sendo vencido pela inteligência e perspicácia da menina.

Tabela 1 – Função dos actantes em «O Lencinho Mágico».

	Objetivo: encontrar uma vida digna.	
Função	Actante	Observação
Sujeito	Menina	Procura uma vida digna.
Opositor	Governanta e serviçais	Impõem dificuldades laborais à menina órfã.
Adjuvante	N/A	–
Destinador	Menina	Decide sair de casa da vizinha que a escravizava.
Destinatário	Menina	É beneficiário último da vida digna que conquistou.

Fonte própria [a partir da análise da obra literária de Parafita (2009)].

Tabela 2 – Divisão quinária da narrativa «O Lencinho Mágico».

Etapa	Descrição
Fase inicial	A menina era objeto de trabalho escravo.
Perturbação	A menina decide sair de casa e pôr-se a caminho do inferno.
Transformação	Roubo do lencinho mágico ao diabo.
Resolução	A menina faz uso do lencinho para fazer o rei despedir as criadas.
Estado final	A menina torna-se a nova governanta do palácio.

Fonte própria [a partir da análise da obra literária de Parafita (2009)].

5.2. Estudo de caso n.º 2: «A Lagarta, o Diabo e a Borboleta».

Síntese do conto:

- “Contam os antigos” que o diabo encontrou uma “pequenina lagarta” ocupada e preocupada na construção do seu casulo. Este prontamente se dirigiu à lagarta e exclamou: “Que bicho tão feio!”.
- A lagarta, que pouca importância lhe deu, sabia de antemão que em breve tornaria-se “tão bela como qualquer [uma] das flores” em volta do jardim, tendo-se limitado a informar o diabo de que se transformaria numa belíssima borboleta. Certo de que tal coisa seria impossível, o diabo riu-se e aguardou pacientemente “dias e dias” a metamorfose da lagarta, até que, para sua surpresa, constata que a lagarta se havia transformado numa borboleta. Aquando deste “milagre”, que acontecera bem “debaixo dos seus olhos”, o diabo, repleto de inveja, pôs-se de imediato à procura de um casulo “que tivesse a sua medida”.

- O diabo encontra um casulo de sua medida perto de uma igreja, mas assim que “toucou com as garras numa das lajes à entrada do adro” da capela “já não avançou”. “Conta-se que começou a inchar” e que “só não rebentou porque fugiu a tempo”. A partir dali, “sempre o Diabo usou de cautelas à beira de garotos e capelas”.

Tabela 3 – Função dos actantes em «A Lagarta, o Diabo e a Borboleta».

Objetivo: encontrar um casulo para se metamorfosear e se tornar belo.		
Função	Actante	Observação
Sujeito	Diabo	Procura um casulo para se metamorfosear.
Opositor	N/A	–
Adjuvante	N/A	–
Destinador	Diabo	Decide pôr-se à procura de um casulo.
Destinatário	Diabo	O casulo destina-se a transformar o diabo.

Fonte própria [a partir da análise da obra literária de Parafita (2009)].

Tabela 4 – Divisão quinária da narrativa «A Lagarta, o Diabo e a Borboleta».

Etapas	Descrição
Fase inicial	O diabo encontra uma lagarta a construir um casulo.
Perturbação	A lagarta metamorfoseia-se em borboleta e o diabo fica invejado.
Transformação	O diabo procura um casulo para se metamorfosear.
Resolução	O diabo encontra um casulo à entrada do adro de uma igreja.
Estado final	O diabo foge sem se conseguir transformar.

Fonte própria [a partir da análise da obra literária de Parafita (2009)].

5.3. Estudo de caso n.º 3: «O Diabo e a Cabaça».

Síntese do conto:

- O diabo, que se “fez de pobre e foi pedir esmola”, decidiu ir bater “na casa de uma velhota” à qual pediu “uma malga de caldo”. Ao tomar o caldo, que tinha estado ao lume, o diabo queima-se e grita, alertando a atenção da velhota que, entretanto, tinha ido “tratar dos seus afazeres”.

A “velhota” diz-lhe que “não é do caldo”, mas “da cabaça” o motivo pelo qual este se havia queimado, pois, segundo esta, “é preciso trincá-la com jeitinho”. E, o diabo, que se tinha como muito esperto, logo pensou “que, nas noites geladas,

aqueceria os pés metendo-os dentro da cabaça” e, então, apressa-se em pedir à velha uma cabaça para levar consigo para casa. Esta satisfaz-lhe cordialmente o pedido, tendo-lhe dado

“uma grande [cabaça] que lá tinha”.

- Aquando da chegada do inverno, o diabo decide “ir ao quintal buscar a cabaça”, e depois de a partir “contra o chão, descalçou-se e meteu lá os pés”. “Mas... é o aqueces!”. O diabo desata a berrar de desespero, pois, em vez de aquecer os pés, quase os congelava. Advém daqui o ditado popular que “o caldo de nabo escalda o diabo, e se for de cabaça é da mesma raça”.

Tabela 5 – Função dos actantes em «O Diabo e a Cabaça».

Objetivo: ter uma cabaça para aquecer os pés nas noites de inverno.		
Função	Actante	Observação
Sujeito	Diabo	Pede uma cabaça à velha e leva-a consigo para casa.
Opositor	N/A	—
Adjuvante	Velhota	Deu uma cabaça ao diabo.
Destinador	Diabo	Pediu à velha uma cabaça.
Destinatário	Diabo	Fez uso da cabaça para tentar aquecer os pés.

Fonte própria [a partir da análise da obra literária de Parafita (2009)].

Tabela 6 – Divisão quinária da narrativa «O Diabo e a Cabaça».

Etapas	Descrição
Fase inicial	O diabo faz-se de pobre e vai pedir esmola.
Perturbação	O diabo solicita a uma velhota que lhe dê uma malga de caldo.
Transformação	O diabo queima-se com o caldo e pede uma cabaça à velhota.
Resolução	A velha fornece uma cabaça ao diabo e este leva-a consigo para casa.
Estado final	O diabo tenta aquecer os pés dentro da cabaça, mas acaba por os congelar.

Fonte própria [a partir da análise da obra literária de Parafita (2009)].

5.4. Estudo de caso n.º 4: «O Jogador com Pés de Cabra».

Síntese do conto:

- Um homem viciado no jogo apostava “o que tinha e o que não tinha”, pelo que “ia de taberna em taberna à procura de quem quisesse jogar com ele”, mas o seu fanatismo era de tal modo doentio que “os parceiros já não o queriam acompanhar”. Certo dia, depois dos companheiros se recusarem a jogar com ele uma partida, o homem confessa jogar até gastar o “último centavo nem que seja com o Diabo”.

- Uns tempos depois, vindo da rua depois de se ter chateado com a mulher, encontra “um homem desconhecido” que lhe propõe uma partida. Tentado com a oferta, que acaba por não conseguir recusar, convida o homem desconhecido para uma jogatina em sua casa.
- Durante o jogo, pediu inúmeras vezes à mulher para que lhe enchesse a “pichorra”, e esta, “cansada de o ouvir”, foi-lha buscar, mas, “enervada”, deixou-a cair ao chão. Quando ia para a apanhar, reparou que o indivíduo com quem o marido jogava “não tinha botas”, “mas sim pés de cabra”. Benzeu-se no imediato e, logo depois, “entrou pela casa uma ventania tão forte” que levou o diabo “pela janela fora”. Por fim, o homem apercebe-se do grande perigo do seu vício e, desde esse dia, “nunca mais pensou em jogar”.

Tabela 7 – Função dos actantes em «O Jogador com Pés de Cabra».

Objetivo: jogar até gastar o último centavo.	
Função	Actante
Sujeito	Homem ludopata
Opositor	Parceiros de jogo
Adjuvante	Diabo
Destinador	Homem ludopata
Destinatário	N/A

Observação

Joga uma partida com o diabo.
Recusam-se a jogar com o homem.
Oferece-se para jogar uma partida com o ludopata.
O seu desejo em jogar impele-o para a ação.

Fonte própria [a partir da análise da obra literária de Parafita (2009)].

Tabela 8 – Divisão quinária da narrativa «O Jogador com Pés de Cabra».

Etapas	Descrição
Fase inicial	O homem intendente jogar com os companheiros, mas estes recusam.
Perturbação	Dias depois, o ludopata aceita jogar com um homem desconhecido.
Transformação	A mulher do ludopata descobre que o homem desconhecido tem pés de cabra.
Resolução	A mulher benze-se e o diabo é levado pelo vento.
Estado final	O ludopata apercebe-se do perigo do seu vício e não volta a jogar.

Fonte própria [a partir da análise da obra literária de Parafita (2009)].

5.5. Da limitação das análises formalista e estruturalista.

A concentração dos preceitos formalistas e estruturalistas na estrutura da narrativa e nas funções desempenhadas pelos elementos compositivos que a integram não atende ao quadro pragmático global que uma análise hermenêutica obrigaria a considerar.

Isto porque, em relação aos elementos que compõem e estruturam a narrativa, o formalismo privilegia aqueles manifestamente presentes, pelo que direciona o foco de análise para as características formais e universais do discurso, valorizando a autonomia e a objetividade textuais. Por sua vez, o estruturalismo, ao procurar analisar as estruturas subjacentes a práticas culturais na construção de significado, atende não apenas aos conteúdos individuais das partes isoladas mas sobretudo ao modo como essas partes se relacionam e se organizam dentro do sistema textual, razão pela qual se enfatiza o papel dos signos na construção do significado. Assim, o significado não é extrínseco às funções desempenhadas pelas estruturas do texto, mas determinado pelas relações que estas estabelecem dentro dele: a construção do significado centra-se, entre outros, no estabelecimento de relações de oposição, ou de diferença, entre os elementos compositivos que formam o texto, daí que a metodologia de estudo se direcione para as normas que sustentam a interpretação desses mesmos signos.

A rigidez estruturalista e formalista inviabiliza significados outros. A título de exemplo, no conto d’*O Diabo e a Cabaça*, descentralizando o conteúdo do objeto <ter uma cabaça para aquecer os pés nas noites de inverno> para <aquecer os pés nas noites de inverno> e fosse considerada a astúcia da velha e a sabedoria própria advinda da idade e, ainda, levando em conta a possibilidade desta ter compreendido as intenções do diabo face ao uso que daria à cabaça, poder-se-ia intuir que esta tenha cedido ao seu pedido para o castigar, ou para lhe dar uma lição, transladando-se a sua função de adjuvante para a de opositor. Outrossim, no conto d’*O Diabo com Pés de Cabra*, a função de adjuvante desempenhada pelo diabo concatena-se diretamente com o objeto <jogar até gastar o último centavo> procurado pelo ludopata, ou seja, o diabo facilita ao sujeito a realização da ação que o move, permitindo-o alcançar aquele que seria o seu objetivo. Porém, descentralizando-se o objeto para <parar de jogar antes que o jogo me destrua”, que é, aliás, a intenção moralista e de morigeração implícita no conto, atribuir-se-ia a função de opositor ao diabo, na medida em que este incentiva o homem a praticar uma atividade compulsiva e autodestrutiva. De modo análogo, os parceiros de jogo, aos quais se atribui a função de opositores, pois que estes recusam uma partida com o compatriota ludopata, ser-lhes-ia atribuída a função de adjuvantes, na medida em que não contribuirão para o degradingamento do parceiro pelo jogo. Ainda nesta última história, destaca-se uma dualidade valorativa negativa que as análises supramencionadas dificilmente permitem abordar: o mal, que toma forma na figura do diabo, é, na verdade, o vício que, elevado ao

expoente máximo da compulsão, destrói não só pessoas do bem, mas as suas vidas, os seus lares e as suas famílias. Verifica-se, uma vez mais, a potencialidade que os contos populares têm para consciencializar e alertar quem os ouvia/ouve (ou, agora, também quem os lê) sobre as perdições que conduzem a sociedade à destruição. A forma simplória com que, dos mais velhos para os mais novos, se dão conta das tentações e males de um mundo perverso é, neste tipo de literatura, tratada de forma prática e direta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É certo que linguagem literária, enquanto linguagem própria do discurso literário, “não se reduz às potencialidades comunicativas e significativas da língua em que se expressa” (Reis, 1995, p. 133), pelo que a comunicação literária, fazendo uso dessa mesma linguagem, deriva de uma “complexa interação de vários sistemas de signos” (Reis, 1995, p. 133) e “traduz[-se] na chamada semiose literária, isto é, [n]o processo de enunciação de uma mensagem literária e de representação de sentidos nela articulados” (Reis, 1995, pp. 133-134). Mais, se as manifestações desta literatura não se reveem nas doutrinas canónicas que exalam das grandes obras, é certo que permitem nitidamente percecionar a literariedade como “transformação linguístico-formal”, que, por sua vez, possibilita compreender “um discurso verbal como discurso literário [que] envolve elementos e fatores que transcendem a valorização da mensagem” (Reis, 1995, pp. 112-113), mas também como “enquadramento receptivo do fenómeno literário, em termos socioculturais, e em função de uma sua interpretação de índole contratualista” (Reis, 1995, p. 114). É que a literatura popular de tradição oral, envolta na infelicidade das problemáticas de nomenclatura trazidas pelas conotações negativas comportadas pelos seus termos, conquistou um estatuto devidamente merecido no ventre literário, pois, ainda que em dimensão menor a uma produção romanesca ou novelística, a produção contista popular e tradicional, outrora oral, desempenha, querendo-se ou não, uma função central na transmissão de valores morais à sociedade, havendo sido, ao longo dos anos, objeto de instrumentalização de doutrinas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Courtès, J. (1972). De la description à la spécificité du conte populaire merveilleux français. *Ethnologie Française*, 2(1,2), 9-42.
- Courtès, J. (1979). *Introdução à Semiótica Narrativa e Discursiva*. Almedina.
- Faria, R. (2009). *O Conto Popular Português*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Greimas, A. (1966). *Sémantique structurale: recherche de méthode*. Librairie Larrousse.
- Jouve, V. (2006). Les métamorphoses de la lecture narrative. *Protée*, 34(2,3), 153–161.
- Júdice, N. (2005). *O fenómeno narrativo: do conto popular à ficção contemporânea*. Edições Colibri/Instituto de Estudos de Literatura Tradicional.
- Larivaille, P. (1974). L'analyse (morpho)logique du récit. *Poétique*, 19, 368-388.
- Lopes, A. C. M. (1987). *Analyse sémiotique de contes traditionnels portugais*. Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Machado, M. (2008). *Contributo para uma análise dos contos de Alexandre Parafita: Deuses e Bruxas*. Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho.
- Mesquita, A. (org.) (2012). *A magia do mundo lendária na Literatura Infantil*. Âncora Editora.
- Parafita, A. (1999). *A Comunicação e a Literatura Portuguesa*. Plátano Editora.
- Parafita, A. (2000). *O maravilhoso popular*. Plátano Editora.
- Parafita, A. (2009). *Contos ao vento com demónios dentro*. Plátano Editora.
- Pereira, A. (2015). *Iniciação e simbolismo na narrativa de transmissão oral para a infância: a obra de Alexandre Parafita*. Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho.
- Pontes, P. (2009). *Literatura Oral Tradicional e Literatura Infanto-Juvenil: Contributo da Literatura Oral Tradicional Transmontana*. Escola de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Propp, V. (2018[1978]). As transformações dos contos fantásticos. In: T. Todorov (Eds.), *Teoria da literatura* (pp. 251-281). Edições 70.
- Propp, V. (2003). *Morfologia do conto*. Editora Vega.

- Silva, V. M. A. (2009[1961]). *Teoria da Literatura* (8.^a ed.). Almedina.
- Soares, M. L. de C. (2013). *Considerações gerais sobre a literatura tradicional de transmissão oral: uma proposta de análise à versão portuguesa de “A Gata Borralheira”*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Soares, M. L. de C. (2017). O Conto da Ilha Desconhecida de José Saramago e a simbologia da viagem. *Humanitas*, 70, 109-126.
- Souza, R. A. de (2009). Literatura. In: C. Ceia (Ed.), *E-dicionário de Termos Literários (EDTL)*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/literatura>.
- Reis, C., Lopes, A. C. M. (1987). *Dicionário de Narratologia*. Almedina.
- Reis, C., Lopes, A. C. M. (1994). *Dicionário de Narratologia* (4.^a ed.). Almedina.
- Reis, C. (1995). *O Conhecimento da Literatura: Introdução aos Estudos Literários*. Almedina.

PROBLEMAS PSICOSSOCIAIS AOS ANTIGOS COMBATENTES E VETERANOS DA PÁTRIA DE ANGOLA

Psychosocial problems for former combatants and veterans of the Angolan homeland

MENDES, Cirilio¹, GOMES, Ananias², & CUTALA, Jonas³

Resumo

Na concepção existencialista, o sofrimento psicossocial é uma condição da existência humana, tal como a alegria e amor. O sofrimento é um sentimento que atravessamos em alguns momentos de nossa vida, e o que temos a fazer é perceber e lidar com ele, ao invés de tentarmos evitar. No entanto, os aspectos psicológicos do problema são a “manifestação da subjetividade humana diante da doença, tais como sentimentos, desejos, a fala, os pensamentos e comportamentos, as fantasias e lembranças, as crenças, os sonhos, os conflitos, o estilo de vida e o estilo de adoecer. Objectivo: conhecer o sofrimento psicossocial dos antigos combatentes e veteranos da pátria. Metodologia: Estudo descritivo e exploratório. Para a coleta dos dados, utilizou-se a técnica como entrevista e como instrumento aplicou-se a Escala de Reajustamento Social de Holmes e Rahe. A amostragem do estudo foi censitária para ambos modelos (Quan-qual). O estudo foi realizado no Município Sede de Malanje, Angola. Foram incluídos antigos combatentes e veteranos da pátria com problemas psicossociais de ambos os sexos, com idade compreendida entre 50 e 85 anos. Quanto aos critérios de exclusão, não fizeram parte antigos combatentes e veteranos da pátria sem problemas psicossociais. Resultados: Em relação aos níveis de problemas psicossociais, prevaleceu moderado a preocupante para ambos os sexos e estados civis. Destaque-se que todos os participantes apresentaram algum nível de problema psicossocial.

Abstract

In the existentialist conception, psychosocial suffering is a condition of human existence, just like joy and love. Suffering is a feeling that we go through in some moments of our life, and what we have to do is to perceive and deal with it, instead of trying to avoid it. However, the psychological aspects of the problem are the "manifestation of human subjectivity in the face of the disease, such as feelings, desires, speech, thoughts and behaviors, fantasies and memories, beliefs, dreams, conflicts, lifestyle and the style of getting sick. Objective: to know the psychosocial suffering of former combatants and veterans of the homeland. Methodology: This is a descriptive, exploratory study. For data collection, the technique was used as an interview and the Holmes and Rahe Social Readjustment Scale was applied as an instrument. The study sampling was census for both models (Quan-qual). The study was conducted in the Municipality of Malanje, Angola. Former combatants and veterans of the homeland with psychosocial problems of both sexes, aged between 50 and 85 years, were included. As for the exclusion criteria, former combatants and veterans of the homeland without psychosocial problems did not include. Findings: Regarding the levels of psychosocial problems, moderate to worrying prevailed for both sexes and marital status. It should be noted that all participants presented some level of psychosocial problem.

Palavras-chave: *Problemas psicossociais; antigos combatentes; pátria.*

Keywords: *Psychosocial problems; former combatants; homeland.*

Data de submissão: julho de 2023 | **Data de publicação:** dezembro de 2023.

¹ CIRILO ARMANDO ANTÓNIO MENDES - Coordenador do Centro Comunitário de Saúde Mental - Malanje. ANGOLA. E-mail: mendeciro@gmail.com

² ANANIAS GOMES – Director do Gabinete Provincial dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria de Malanje. ANGOLA. Email: dpacvp.malanje@gmail.com

³ JONAS MARQUES JOSÉ CUTALA- Chefe Departamento da Reintegração Socioeconómico. ANGOLA. Email: cutalajonas21@gmail.com

INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei nº 13/02 de 15 de Outubro, sobre os antigos combatentes e deficientes de Guerras, no seu artigo 3º para efeitos da presente lei considera-se: antigo combatente o cidadão que sob direção organizada de um movimento de libertação nacional ou integrando células ou grupos ativos na clandestinidade, tenha participado e prestado a sua contribuição na luta de libertação nacional contra o colonialismo português a conquista da Independência Nacional a 11 de Novembro de 1975. Assim sendo, deficiente de guerra e o cidadão que na condição de militar ou para-militar, tenha participado na luta de libertação nacional ou na defesa da pátria, tendo em consequência contraído uma lesão ou doença grave, ficando diminuído na sua capacidade geral de ganho.

Infelizmente prestamos mais atenção na deficiência física do que as feridas mentais. Importa realçar, que para além das deficiências físicas, muitos dos antigos combatentes são acometidos pelos traumas psicológicos vividos durante o período de guerra, e que não maioria das vezes tem sido o principal problema vivenciado pelos mesmos. As repercussões psicológicas não acontecem apenas durante o período de crises (guerra), mas se repercute com maior dimensão no período pós-guerra. É aqui aonde surge a nossa maior preocupação, porque muitos deles são aposentados antes do tempo devido as suas limitações físicas, e, se não tiverem apoio das pessoas que fazem parte dos seus círculos, assim como a assistência do ponto de vista de saúde, torna-se difícil enfrentarem as situações de frustrações, stress e traumas durante à vida.

Do ponto de vista militar, além dos impactos da exposição ao serviço militar, os militares sofrem pela perda dos benefícios intrínsecos a sua posição, como o poder hierárquico e o respeito que a farda proporciona no meio civil Fontoura, (2010) citado por (Dittrich (2021). Outros pesquisadores defendem que após vários anos de serviço, a aposentadoria pode ser vista como "uma morte lenta", principalmente para os oficiais do alto escalão que dedicaram tempo e esforço para escalar na cadeia de comando (Kypraiou, 2017).

No que tange ao sofrimento psicológico aos antigos combatentes e veteranos da pátria, a reacção aguda do stress e a perturbação de stress pós-traumático, são as mais frequentes nesta população. A reacção aguda do stress, pesquisadores como Manuel (2018), caracteriza-se pelo facto de iniciar-se logo após ao evento traumático.

Especialistas em saúde, narram que a saúde mental tem encontrado uma associação negativa em relação ao seu significado. Saúde mental não é presença ou ausência de sofrimento psíquico. A saúde mental pressupõe o adequado manejo das situações de vida, inclusive situações de sofrimento psíquico, de modo a não impedir a continuidade de um dia a dia com qualidade e a manutenção de relações afetivas e sociais positivas (Simonetti, 2004, p. 16). Para o autor, os aspectos psicológicos do problema são a “manifestação da subjetividade humana diante da doença, tais como sentimentos, desejos, a fala, os pensamentos e comportamentos, as fantasias e lembranças, as crenças, os sonhos, os conflitos, o estilo de vida e o estilo de adoecer.

Relativamente as políticas sobre a saúde dos trabalhadores, não se limitam apenas à aqueles que estão no ativo através de trabalhos formais. Em Angola por exemplo, muitos dos antigos combatentes apesar da aposentadoria, ainda dedicam-se ao campo. Neste contexto, as políticas que vamos evocar neste texto apresenta um enquadramento geral, quanto aos trabalhadores.

Dessa forma, a configuração da saúde do trabalhador se dá diretamente no âmbito do direito à saúde, previsto como competência do SUS. As políticas nacionais em conformidade com o SUS são: atenção integral à saúde dos trabalhadores; articulações intersectoriais; estruturação de rede de informações em saúde do trabalhador; apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas; desenvolvimento e capacitação de recursos humanos; participação na gestão das acções em saúde do trabalhador (Brasil, 2008). Dito de outro modo, as políticas públicas no campo da saúde e segurança no trabalho constituem acções que buscam garantir que o trabalho, como base da organização social e direito humano, seja realizado em condições que contribuam para a melhoria da QVT, a realização pessoal e social dos trabalhadores, sem prejuízo para a saúde e integridade física e mental. Compulsionando com Santos-Filho et al., (2007, p.20). Essas políticas possuem dimensões sociais e técnicas indissociáveis, visto que a dimensão técnica pressupõe a utilização de conhecimentos adquiridos e tecnologias adequadas a fim de dar respostas eficazes aos problemas e assegurar a credibilidade dos trabalhadores. Na dimensão social, as demandas por saúde são reivindicadas diretamente pelo trabalhador no serviço de saúde. Por outro lado, Lara (2011) diz que na análise da saúde do trabalhador é *mister* que o movimento sindical deve estar à frente, no contexto atual, de modo que sobreponha o modelo tradicional e busque transformar-se num dos principais espaços de luta social do trabalho.

MÉTODO

Estudo descritivo e exploratório com estratégia incorporada concomitante, realizado em setembro de 2022 a julho de 2023. A amostragem do estudo foi censitária para ambos modelos (quan-qual), considerando para isso os critérios de inclusão e exclusão, limitado ao período de coleta dos dados. O estudo foi realizado no Município Sede de Malanje, Angola. Sob à Coordenação do Gabinete Provincial dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria de Malanje, Angola.

Em Malanje, muitos dos antigos combatentes e veteranos da pátria, bem como deficientes de guerra, apresentam problemas do fórum psicossocial resultante por diversas motivações, e, por não ter uma instituição especializada de saúde mental a favor a esta população, faz com que seja um dos principais factores preditivos no desencadeamento de outras doenças mentais. Com base na situação que muitos antigos combatentes e veteranos da pátria sofrem, o nosso objectivo cinge-se em conhecer os níveis de sofrimento psicossocial aos antigos combatentes e veteranos da pátria de Angola.

Foram inclusos antigos combatentes e veteranos da pátria com sofrimento psicossocial de ambos os sexos, com idade compreendida entre 50 e 85 anos, pertencentes à instituição acima referenciada. Quanto aos critérios de exclusão, não fizeram parte antigos combatentes e veteranos da pátria sem sofrimento psicológico ($\leq$ a um ano).

Realizou-se entrevistas semiestruturadas foram realizadas por cinco pesquisadores, todos do sexo masculino com formação na área de Psicologia Clínica. Alguns participantes, logo após o aceite, foram entrevistados. Quanto ao ambiente de realização das entrevistas ocorreram predominantemente dentro do Estádio Valódia no Município Sede de Malanje.

As entrevistas tiveram duração média de 10 a 15 minutos. Inicialmente, os participantes responderam a questões sociodemográficas, de acordo com instrumento criado pelos próprios autores. Na sequência aplicou-se a Escala de Reajustamento Social de Holmes e Rahe. É um instrumento composto por 43 itens, com propósito de avaliar o estado psicossocial dos indivíduos.

Para a organização dos dados, estes foram lançados duplamente por três pesquisadores independentes, em planilhas eletrônicas do *software Microsoft Office Excel®*, versão 10, o que permitiu o confronto e conferência. Inicialmente os dados quantitativos foram submetidos a estatística descritiva. E para o direcionamento da análise qualitativa, selecionou-se 6 itens da escala com itens sobre as implicações de sofrimento psicológico e consequências individuais/coletivas, mais observados nos estudos sobre sofrimentos psicológicos. Posteriormente, optou-se em reagrupar os 34 participantes selecionado para o estudo, em dois grupos de igual tamanho ($n= 17$), sendo distribuídos de forma aleatória, em grupo 1 (G1) e grupo 2 (G2), os quais foram analisados de forma concomitante, conforme a distribuição de frequências.

Quanto ao sofrimento psicológico aos antigos combatentes e veteranos da pátria de Angola acontece por diversas motivações, muitos autores defendem que para além das exposições a combates e outros serviços militares, a piora da saúde física e factores sociais, como separação conjugal, podem impactar a saúde mental em idades mais avançadas. Apesar disso, a deterioração da saúde mental entre os ex-militares não faz parte do processo natural de envelhecimento e é uma questão de saúde pública (Ureña, 2018).

No que concerne aos aspectos éticos em pesquisa, foram todos respeitados e por se tratar de um grupo sensível, garantiu-se aos antigos combatentes e veteranos da pátria o sigilo sobre o trabalho que estava a ser realizado. Ressalta-se que não houve discriminação na seleção dos participantes nem a exposição das suas necessidades em saúde. Após esclarecimentos sobre o estudo, aqueles que deram o consentimento livre, foram consultados de imediato. Para a realização deste estudo, teve a autorização do Gabinete Provincial dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria de Malanje, Angola.

RESULTADOS

Participaram da pesquisa 34 antigos combatentes e veteranos da pátria com sofrimento psicossocial, sendo 70,6% solteiros, contra 8,9% casados e 20,5% viúvos. Quanto ao estilo de vida, 100% são antigos combatentes, embora alguns dedicam-se ao campo (camponeses). Em relação a origem, prevaleceu Malanje (100%) (Tabela 1).

Tabela 1 – Dados sociodemográficos – julho de 2023, Angola, Malanje. (n=34).

Variáveis	n	%
Sexo		
Feminino	4	11,8
Masculino	30	88,2
Estado civil		
Solteiro	24	70,6
Casado	3	8,9
Viúvo	7	20,5
Profissão	34	100
Antigos combatentes Município de residência Malanje	34	100

Em relação aos níveis de sofrimento psicossocial, prevaleceu moderado a preocupante para ambos os sexos e estados civis. Destaque-se que todos os participantes apresentaram algum nível de problemas psicossociais (Tabela 2).

Tabela 2 – Classificação do sofrimento psicossocial (ERSHR) por frequência aos antigos combatentes, julho de 2023. Angola, Malanje. (n=34)

Classificação	n	(%)
Moderada	12	(35,2)
Preocupante	11	(32,3)
Grave	10	(29,5)
Severo	1	(3)
Total	34	(100)

A apresentação das categorias selecionadas do ERSHR para o aprofundamento analítico, foram nomeadas em situações que causam sofrimento psicossocial e consequência individuais/coletivas. As categorias referentes aos sofrimentos psicossociais correspondem aos itens 1, 16, 10, 38 e 6 do ERSHR.

Sente-se mal pela deficiência física? Muitos afirmaram que sim, por conta disso foram aposentados. Outros alegaram que não podem fazer muitos movimentos devido a dor causada, por isso, nem no campo conseguem trabalhar.

Teve morte do parceiro? alguns afirmaram que sim, por conta disso estão sempre tristes e não conseguem sair disto. Além da tristeza ou infelicidade não conseguem suportar a angústia causada pela morte do parceiro (a).

Tem alguma doença? maioritariamente afirmaram que têm e é fruto da guerra. Outros alegaram que por falta de condições faz com que permaneçam no mesmo estado, seguidos de aqueles que expressaram ideias suicidas e alguns afirmaram que preferem morrer do que suportar a tal doença.

Apresenta mudança nos hábitos de dormir? A maioria alegou sim ter problemas de dormir, seguidos daqueles que quase sempre não dormem por causas das várias preocupações da vida. Deste universo, alguns verbalizam ter consciência de que a dificuldade de dormir tem interferido no seu bem-estar.

Sente-se mal pela aposentadoria? prevaleceu participantes que agora se sentem muito mal o tempo todo, seguidos de outros que informam não conseguirem fazer nada por causa da deficiência física.

Há mudança na sua condição financeira? a maioria alegou sim, outros afirmaram que a mudança é mais no sentido negativo, porque para além da pensão que recebem já não têm outras fontes.

DISCUSSÃO

Tanto os participantes do G1 como do G2 afirmaram que sofrem de alguma doença e não se sentem bem por isso. Por outro lado, a falta de condições tem sido um dos principais motivos para não adesão aos serviços de saúde. Fruto desta frustração faz com que muitos deles desenvolvam ideias suicidas. Quanto a morte do parceiro, para aqueles que perderam sentem um vazio nas suas vidas e não conseguem suportar a angústia causada pela morte do parceiro (a). Outra situação que lhes causa também muita preocupação e desconforto, é o facto de serem portadores de algumas deficiências físicas e a baixa condição financeira. As ideias acima, mostram-nos que tais situações interferem de forma direta ou indireta na saúde do ser humano, por isso, muitos dos antigos combatentes e veteranos da pátria apresentam algum tipo de sofrimento psicossocial, como: stress, traumas, depressão, suicídio, problemas existenciais, etc.

Pesquisas sobre traumas, nos mostram que a maioria dos indivíduos traumatizados, e principalmente os veteranos de guerra, encontram-se cronicamente deprimidos, com baixa auto-estima e com sentimento de rejeição por parte dos outros. As suas esposas, que sacrificam as suas necessidades em prol da família, acabam por sofrer da armadilha de compaixão, evidenciando ansiedade, sensação de desesperança e baixa autoestima (Pereira, 2003). Autores como Reis et al (2017), associaram a presença da depressão ao nível de estigma, baixo suporte social, isolamento, baixa autoestima e ainda como resultado da própria atividade viral.

Quanto a aposentadoria, de facto o seu impacto é negativo na vida dos antigos combatentes, autores como Kypraiou, (2017), muitos aposentados enfrentam um processo de luto pela perda da vida profissional, da rotina, das relações sociais, papel, status, realizações e aspirações. Estudos demonstraram que a aposentadoria pode interferir nos comportamentos de saúde, levando ao ganho de peso, aumento do consumo de álcool e deterioração da saúde mental.

Relativamente ao stress, pesquisas internacionais revelam que 70% das pessoas vivem stressadas, asfixiando a sua saúde psíquica, a sua inventividade, a sua ousadia, a sua flexibilidade, a sua capacidade de dar respostas inteligentes sob tensão. Viver stressado, entrincheirado, em estado contínuo de alerta leva-nos a reagir de forma rápida e impensada” (Cury, 2017, p. 5). No que diz respeito ao stress agudo, segundo DSM-V (2014), o transtorno de stress agudo é uma categoria nova que foi acrescentada para descrever reações agudas a um stress extremo.

Quanto a perturbação de stress pós-traumático, é definida como um problema mental que se pode desenvolver em resposta a exposição de um evento traumático, como uma doença, guerra, acidente de viação, ou outro tipo de ameaças à vida da pessoa. Os sintomas mais comuns são pensamentos, sentimentos, sonhos perturbadores relacionados com o evento traumático, recordações do trauma, esforço para evitar situações que recordem o trauma, alterações na forma de pensar e sentir e aumento da reação de lutar ou fugir (DSM-V (2014). Compulsionando com Cronert & Hadenius, (2021). Tal como as crises económicas e sanitárias podem ter efeito na saúde mental, é importante ressaltar que os problemas de vulnerabilidade e adoecimento também impactam na economia, motivando afastamentos e perda de produtividade. Cuidar da saúde mental é uma prioridade de todos para o fortalecimento da resiliência e enfrentamento de uma sociedade da informação sustentada pela produtividade e consumo.

Quanto a assistência na doença, segundo a Lei nº 13/02 de 15 de Outubro, no seu artigo 24º, faz referência de que o antigo combatente e o deficiente de guerra, seu agregado e o familiar de combatente tombado ou parecido têm direito à protecção na doença. Entretanto, a protecção na doença efectiva-se mediante a garantia da assistência médica e medicamentos gratuitos nas instituições hospitalares públicas e militares e na concessão de prestações pecuniárias em caso de se tratar de instituições privadas.

Portanto, em caso de necessidade de evacuação para o exterior do país por determinação da Junta Nacional de Saúde ou de outra entidade hospitalar, o antigo combatente e o deficiente de guerra, seu agregado e o familiar de combatente tomando ou parecido, gozam de prioridade.

Como limitações do estudo, não foi verificado quanto a presença de outros familiares com os mesmos problemas no próprio domicílio ou de forma geral. Na análise foi considerada as particularidades financeiras e ocupação, variáveis que implicam no acesso aos cuidados em saúde e na compreensão da situação individual de saúde. Por se tratar de um estudo preliminar, para fins de reconhecimento do diagnóstico local, não aplicou testes estatísticos específicos. Ainda assim, o estudo apresentou uma estratégia pouco utilizada para refletir sobre as intervenções de suporte psicossociais, a partir das categorias da ERSHR, o que pode ser viável em realidades, em que não há ou há poucos profissionais especializados, como é o caso do nosso país.

CONCLUSÃO

Com base na pesquisa feita, os problemas psicossociais estiveram presente em todos os antigos combatentes e veteranos da pátria, bem como os deficientes de guerra participantes do estudo, mesmo sem a realização de uma seleção prévia somente com aqueles com evidente alteração psicossocial. Das várias situações incluem a perda de emprego, aposentadoria precoce, dificuldades financeiras, acréscimo do número de membros na família, responsabilidades no trabalho, insónia, consumo de bebidas alcoólicas e tabagismo, etc., deste modo, estes factores podem ser indutores de crises e consequentemente predispor os indivíduos a problemas psicossociais. Embora tenha prevalecido formas moderadas e preocupantes de problemas psicossociais. Os resultados da presente pesquisa servirão de estímulos para subsidiar novas investigações nessa localidade e permitir o planeamento da assistência a partir das manifestações identificadas.

Portanto, já está na hora para que os gestores, por meio de políticas de saúde, percebam os aspectos psicossociais como importantes recursos para a qualidade de vida dos antigos combatentes e veteranos da pátria, bem como os deficientes de guerra. E, nesse sentido, ao investir na formação de equipes com olhares para essas especificidades, alguns comportamentos negativos na abordagem e condução dos casos poderão se reduzir, além de minimizar danos maiores, que inclui desde ônus para os serviços públicos como impactos às famílias, aqueles ligados diretamente aos aspectos sociais e estigmatizantes.

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.120. (1998). Aprova a Instrução normativa de Vigilância em saúde do trabalhador no SUS. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 de jul.

Cury, A. (2017). *Autocontrole*. Editora Pregaminho.

Dittrich, T. A. R. G (2021). *Problemas psicológicos e psiquiátricos nos militares aposentados*. Ministério da Defesa Exército Brasileiro. Escola de Saúde do Exército (Es Apl Sv Sau Ex / 1910).

Kypraiou, A. et al. (2017) Depression and anxiety in Greek male veterans after retirement. *Military medicine*, 182(3-4), p. e1639-e1644.

Lara, R. (2011). Saúde do trabalhador: considerações a partir da economia política. *Revista Katál.*, Florianópolis, 14(1), 78-85.

Lei nº 13/02 de 15 de Outubro.

DSM-5 (2014). *American Psychiatric Association*. Climepsi.

Santos-Filho, S. B., & Barros, M. E. B (2007) (Org.). *Trabalhador da saúde: muito prazer! Protagonismo dos trabalhadores na gestão do trabalho em saúde*. Ed. Unijuí.

Simoneti, A. (2004). *Manual de psicologia hospitalar: o mapa da doença*. Casa do Psicólogo.

Ureña, S., Taylor, M. G., & Kail, (2018). Ben Lennox. The impacts of service related exposures on trajectories of mental health among aging veterans. *The Journals of Gerontology: Series B*, 73(8), p. e131-e142.

S AÚDE

Horticultura como atividade promotora da saúde no idoso

Risla Elisabete Pereira, Maria Isabel Mourão-Carvalho, Sandra Celina Fernandes Fonseca

| 107-117

A prevalência de lesões em praticantes de treinamento resistido da Cidade de Limoeiro do Norte/CE

Hériton Maia, Thamires Freitas, Ethel Machergiany, Emanuel Moita, Sandra Fonseca, Darcio Marcílio Ribeiro, Keuvia Mirlandya

| 118-128

Os benefícios da musculação em praticantes idosos nas academias de limoeiro do NORTE/CE

Wendell Arlan, Ethel Machergiany, Emanuel Moita, Sandra Fonseca, Tiago Guerra, Darcio Marcílio Ribeiro, Marcelo Alencar

| 129-143

HORTICULTURA COMO ATIVIDADE PROMOTORA DA SAÚDE NO IDOSO

Horticulture as a health promoting activity in the elderly

PEREIRA, Rísla Elisabete¹, MOURÃO-CARVALHAL, Maria Isabel², & FONSECA, Sandra³

Resumo

O objetivo deste trabalho foi analisar a horticultura como estratégia de promoção da saúde tendo em vista um envelhecimento com a maior independência e qualidade possível. O avanço da idade por si só, a existência de doença, a prática de um padrão alimentar não saudável, assim como a diminuição da prática de atividade física regular, entre outros fatores, propiciam a diminuição da qualidade de vida do idoso. Os efeitos da horticultura consolidam esta prática como estratégia auxiliar para o tratamento e para a prevenção de doenças físicas e mentais. Há evidências que sugerem que participar de atividades de horticultura pode ter efeitos positivos na saúde física e mental, incluindo a redução do stress e melhoria do humor. Além disso, a atividade física associada à prática de atividades de horticultura pode melhorar a saúde cardiovascular e aumentar a força e flexibilidade muscular, o que pode ajudar a prevenir quedas e outros acidentes comuns entre os idosos. De facto a prática acessível e barata de cultivar uma horta ou um jardim tem sido cada vez mais utilizada para promover a saúde de indivíduos com mais de 65 anos. Concluímos que a horticultura pode e deve inserir-se num estilo de vida saudável e que pode ser utilizada como uma atividade terapêutica e como uma estratégia de promoção da saúde em idosos.

Abstract

The objective of this work was to analyze horticulture as a health promotion strategy for aging with the greatest possible independence and quality. The advancement of age alone, the existence of disease, the practice of an unhealthy eating pattern, as well as the decrease in the practice of regular physical activity, among other factors, reduce the quality of life of the elderly. The effects of horticulture consolidate this practice as an auxiliary strategy for the treatment and prevention of physical and mental illnesses. There is evidence that participating in horticultural activities can have positive effects on physical and mental health, including reducing stress and improving mood. In addition, physical activity associated with horticultural activities can improve cardiovascular health and increase muscle strength and flexibility, which can help prevent falls and other accidents common among the elderly. In fact, the accessible and inexpensive practice of cultivating a vegetable garden has been increasingly used to promote the health of individuals over 65 years of age. We conclude that horticulture can and should be part of a healthy lifestyle and that it can be used as a therapeutic activity and as a health promotion strategy for the elderly.

Palavras chaves: *Idosos; Promoção da saúde; Horticultura.*

Keywords: *Elderly; Health promotion; Horticulture.*

Data de submissão: setembro de 2022 | **Data de publicação:** junho de 2023.

¹ RISLA ELISABETE PEREIRA - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. PORTUGAL. Email: gerontopereira25@gmail.com

² MARIA ISABEL MOURÃO-CARVALHAL - Centro de Investigação em Desporto, Saúde e Desenvolvimento Humano (CIDESD) Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. PORTUGAL. Email: mimc@utad.pt

³ SANDRA FONSECA - Centro de Investigação em Desporto, Saúde e Desenvolvimento Humano (CIDESD) Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. PORTUGAL. Email: sfonseca@utad.pt

INTRODUÇÃO

Em 2050, 21,1% da população mundial será constituída por pessoas com 60 ou mais anos de idade, estimando-se que este grupo etário possa atingir os 3,1 mil milhões em 2100 (Instituto Nacional de Estatística, 2015).

De acordo com estas projeções, o envelhecimento da população apresentará desafios no âmbito das políticas de saúde e de novas abordagens de encarar o ciclo de vida do Ser Humano. Nesta perspetiva, o envelhecimento deverá ser encarado como uma fase natural do ciclo de vida para viver de forma saudável e independente, sendo necessárias mudanças, principalmente nas políticas de saúde, adotando um modelo holístico (World Health Organization, 2015).

O processo de envelhecimento ativo e saudável caracteriza-se pela otimização das oportunidades para a saúde, participação social e segurança, com vista a melhorar a qualidade de vida e manutenção da capacidade funcional, contribuindo para o bem-estar da pessoa idosa (World Health Organization, 2015).

Programas que evidenciem a utilidade terapêutica como a horticultura (Robson & Troutman-Jordan, 2015) são muitas vezes utilizados no tratamento de diversas doenças e podem ser observados em lares de idosos, clínicas de reabilitação, hospitais e tantos outros locais que acolhem a população idosa (Aur, 2019). Estes programas além de promover a atividade física, a socialização, o relaxamento e a preocupação ambiental também ajudam a promover uma alimentação saudável e a combater a solidão.

A prática de horticultura em instituições de acolhimento de idosos assume um papel de atividade de lazer, com vantagens na melhoria e na manutenção da saúde dos utentes participantes. A horticultura é uma atividade de custo reduzido e com grandes benefícios a nível nutricional uma vez que os hábitos alimentares podem ser alterados positivamente através do aumento do consumo de frutas e hortaliças. Efetivamente, com a incorporação da horticultura no dia-a-dia dos idosos incentiva-se o consumo de frutas e legumes promovendo a melhoria da saúde e do bem-estar e diminuindo a incidência e a prevalência de doenças seja pelo aumento de quantidade e variedade de vitaminas e minerais, quer pelo aumento do consumo de fibras (Skerrett & Willett, 2010; Triguero-Mas, 2020). Esse hábito visa minimizar o risco de doenças crónicas não transmissíveis e propicia a proteção contra a desnutrição (World Health Organization, 2020a).

Ambientes onde é possível plantar, cuidar, colher e praticar a jardinagem, criam oportunidades para que os idosos com o conhecimento adquirido em grande parte da sua vida, possam cultivar alimentos sem agrotóxicos e muito mais nutritivos.

Acrescenta-se que com a jardinagem há uma melhoria nos índices de atividade física, sendo ao mesmo tempo uma prática que promove o relaxamento (Robson & Troutman-Jordan, 2015).

No âmbito de um estilo de vida ativo e saudável, a World Health Organization (2020b) recomenda a prática regular de 150 a 300 minutos de atividade física de intensidade moderada ou de 75 a 150 minutos de atividade física vigorosa ao longo da semana, a fim de obter benefícios para a saúde.

Tabela 1 - Atividades de jardinagem e gastos de energia associados

Atividades (30 minutos para pessoa de 68kg)	Gasto de energia (kcal)
Cavar/Arrancar ervas daninhas/Remover pedras	200-250 Kcal
Aparar árvores e arbustos	150-170 Kcal
Cortar (usando cortadores de relva de empurrar)	200-230 Kcal
Nadar (lento a rápido)	250-340 Kcal
Caminhar (lento a rápido)	150-230 Kcal

Fonte: Adaptado de Robson & Troutman-Jordan (2015)

Tendo em conta os gastos energéticos das atividades de jardinagem preconizados por Robson e Troutman-Jordan (2015) e apresentados na tabela 1, a prática de atividade física regular, inerente à horticultura, pode ajudar a promover um peso saudável e reduzir o risco de obesidade.

As atividades de horticultura podem também ajudar a melhorar o equilíbrio e a coordenação, o que pode reduzir o risco de quedas e acidentes.

A atividade física envolvida na prática da horticultura pode ajudar a aumentar a força e a flexibilidade muscular, o que pode melhorar a aptidão física relevante na prevenção de quedas e acidentes podendo também ajudar a reduzir a perda da massa óssea e o risco de osteoporose. A prática da jardinagem é também importante porque devido ao aumento da exposição solar, promove um nível adequado de vitamina D, importante para a saúde e bem-estar geral, particularmente em idosos, nomeadamente, na prevenção de quedas e fraturas, devido à sua maior fragilidade óssea (Galvão et al., 2013; Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, 2013).

Segundo Rui *et al.* (2014) apesar da ocorrência de diminuição da síntese de vitamina D cutânea com o avanço da idade, a exposição à luz solar auxilia os idosos a atingirem níveis adequados desta vitamina, contribuindo para a diminuição da prevalência de algumas doenças como cancro, diabetes, doenças autoimunes como esclerose múltipla, artrite reumatoide, hipertensão, doença inflamatória intestinal e lúpus eritematoso sistémico (Giovannucci, 2008; Galvão *et al.*, 2013) e do declínio cognitivo na população idosa (Llewellyn, 2010). Entre os beneficiados pela prática da jardinagem ou hortoterapia estão os pacientes com doença cardíaca (Ogura *et al.*, 2022), depressão (Wendelboe-Nelson *et al.*, 2019), artrite, stress, humor, hipertensão, diabetes (Beavers *et al.*, 2022), ansiedade e Alzheimer (Silva, 2018). Ademais, a exposição à luz solar e consequentemente a vitamina D, podem ajudar a melhorar a função respiratória e aliviar os sintomas de doenças como asma e doença pulmonar obstrutiva crónica (DPOC) (Wang *et al.*, 2022) mediante a prática da atividade física envolvida na horticultura.

Contudo, a prática da jardinagem não é apenas indicada para aqueles que se encontram debilitados. Esta também é indicada para pessoas de todas as idades e saudáveis, sendo de grande valia como ferramenta de promoção da saúde. A horticultura proporciona benefícios nas funções cognitivas, psicológicas e sociais, melhorando a qualidade de vida e ajudando os idosos a superar as mudanças associadas ao envelhecimento. O ato de jardinagem e o contacto com a natureza pode ser calmante e meditativo, o que pode ajudar a reduzir o stress e melhorar o bemestar geral, o humor e reduzir os sintomas de depressão e ansiedade.

Participar de atividades de horticultura pode ajudar a melhorar a função cognitiva e retardar o declínio cognitivo, pois requer planeamento, resolução de problemas, atenção, memória assim como a melhoria das habilidades motoras finas .

A horticultura pode proporcionar aos idosos um objetivo e uma responsabilidade, o que pode ser particularmente benéfico para aqueles que se sentem isolados ou em solidão. Oferece também oportunidades de interação e envolvimento com outras pessoas.

Cuidar das plantas e vê-las crescer pode ser uma experiência gratificante, que pode melhorar a autoestima.

Costa *et al.* (2015) citam alguns benefícios desta atividade, tais como: Melhoria do funcionamento cognitivo; Melhoria do foco e concentração; Estimula a memória; Melhoria do cumprimento de metas; Melhoria do bem-estar e da qualidade de vida; Aumento da autoestima; Melhoria do humor reduzindo o stress; Diminui a ansiedade =>

Alivia a depressão; Aumenta o autocontrole; Melhoria da autoestima; Aumenta a sensação de calma e relaxamento; Aumenta a sensação de estabilidade; Melhoria da satisfação pessoal; Proporciona integração social; Aumenta a interação social; Melhoria da imunidade; Diminui o stress; Reduz a frequência cardíaca; Melhoria das habilidades motoras finas e grossas; Melhoria da coordenação.

Uma horta pode ser implantada em diversos locais, tais como um quintal, vasos na varanda ou até dentro de casa como os micro vegetais “*microgreens*” (Fig.1 e Fig,2) que não necessitam de demasiado espaço.

A confecção de uma grande variedade de plantas produzidas na horta ou jardim pode ser uma mais valia quer pelo seu efeito terapêutico enquanto atividade culinária, em si, mas também pelos pratos confeccionados com os produtos biológicos apresentando ganhos importantes de um padrão alimentar mais saudável.

Figura 1 – Jardinagem em casa



Fonte: Própria

Figura 2 – Jardinagem em casa



Fonte: Própria

A horticultura pode ser dividida em ativa e passiva dependendo daquele que a prática (Aur, 2019). A hortoterapia passiva é destinada para aqueles que possuem autonomia reduzida com problemas em se locomover como por exemplo os que fazem uso da cadeira de rodas ou possuem doenças degenerativas e precisam de auxílio para se locomoverem. Estes, beneficiam através da fruição, contemplação da natureza, quando estão próximos de um jardim ou horta. A hortoterapia ativa, está presente em projetos, realizados em lares de idosos, e/ou nas suas casas e envolve a participação dos idosos desde a escolha do que irá ser plantado, preparação da terra, plantação, cuidado, ou seja, todo o envolvimento específico no processo de criação, na sua organização e consequentemente na manutenção do espaço verde para futuras colheitas.

A hortoterapia pode ser praticada em variados lugares contribuindo para a facilitação dos resultados almejados. Todavia, existem múltiplas formas de aplicação dependendo do público alvo e do seu objetivo. Sob o mesmo ponto de vista, de acordo com a Associação Americana de Terapia Horticultural (AHTA), esta é realizada quando a atividade tem a participação de um profissional reconhecido pela instituição, com a definição de objetivos específicos voltados para um tratamento. Logo, a horticultura é considerada um processo ativo que advém de um plano de tratamento já constituído sendo o processo em si, uma atividade terapêutica. Esta também pode ser exercida por intermédio de um profissional capacitado para indivíduos que carecem de tratamentos específicos, sendo a abordagem um processo ativo e uma atividade promotora da saúde, além de terapêutica, possibilita uma melhoria no bem-estar dos praticantes dessa atividade, quer seja ativa ou passiva.

Segundo Rigotti (2020) a horticultura estimula o aprimoramento dos sentidos e o alívio do stress diário, seja pelo trabalho que exige seja pelo ócio que pode proporcionar.

As atividades ligadas à utilização do solo como escolher o que se irá plantar, preparar o ambiente, o plantar, cultivar e colher são uma excelente e prazerosa fonte de aprendizagem. Apesar de estas atividades implicarem a criatividade, realização de exercício físico saudável e o contato com a natureza, são atividades cada vez mais esquecidas e negligenciadas (Silva *et al.*, 2018). Tendo em conta a individualidade biológica de cada um, e o seu estado de saúde, são muitos os benefícios de todos que têm a oportunidade de praticar esta atividade, seja em hortas domésticas/ privadas, hortas comunitárias em espaços públicos ou em lares para idosos, (Jr, 2020). Os relatos sobre as hortas comunitárias no município de Embu das Artes, em São Paulo, Brasil, apontam

como resultados muito positivos a responsabilização pelas tarefas, o aumento da autoestima, a promoção do exercício físico e da alimentação saudável, conforme transcrito de seguida (Costa et al., 2015).

“... quando você faz a horta comunitária então você trabalha o coletivo, dá para você fazer essa discussão, de todo mundo trabalhar junto, cada um ter uma tarefa, depois na hora de colher, é bem importante isso, esse momento da colheita e da distribuição e de como vai ser feito e quem vai ficar com o que, então é um processo importante, eu acho que a horta é um projeto que pode trazer várias coisas...” (Gerente de UBS)

“... chego em casa, conto tudo para a minha filha, o que se fez lá, então eu me sinto muito importante porque eu estou trabalhando...”. (Usuária de UBS)

“Acho que a horta possibilita trabalhar várias coisas, o próprio esforço físico que você tem no momento que você está cuidando da horta, já tira você do sedentarismo, toda semana estar ali mexendo e organizando; o seu envolvimento, o cuidado com aquilo já é uma atividade de saúde mental porque você se envolve com as plantas, e, por fim, a questão da alimentação que é superimportante, porque você começa a resgatar comer sem agrotóxico, comer um alimento natural, saudável. A gente pode trabalhar a questão da desmedicalização, de tentar evitar o uso abusivo de medicamentos, usar mais as ervas naturais, então acho que é um projeto que é estratégico, de autocuidado, dá para você trabalhar um monte de coisas”. (Gerente de UBS)

Etapas do planeamento da horta

Para se obter uma horta não é necessário muito espaço, seja com pouco ou em um terreno médio/grande, ou até mesmo em uma varanda é possível construir uma bela e fértil horta.

Primeira etapa: escolher o que plantar

Dependendo do tamanho do espaço que se tem e que foi escolhido para a horta será possível determinar o que irá plantar. A escolha do que plantar na horta dependerá do espaço disponível para a plantação.

Segunda etapa: onde plantar

Para garantir uma boa produtividade a custos reduzidos é preciso considerar as condições climáticas. A exposição ao sol é imprescindível para que a horta prospere. Por isso, lugares que recebem pouca luz devem ser evitados.

Temperaturas extremas, sejam elas altas ou baixas, não favorecem a cultura.

É importante pesquisar, antes de comprar as sementes ou mudas, que tipo de vaso e terra são ideais para a plantação, pois há particularidades a ter em conta.

Terceira etapa: hora de plantar

Informar-se quanto às condições ideais de solo para cada cultura que pretende plantar na sua horta. O solo, comprado ou preparado, deverá ser rico em nutrientes.

Quarta etapa: cuidar da horta

Regar regularmente e com o cuidado de não deixar a terra encharcada. Humidade a mais favorece a propagação de fungos ou outras pragas.

Para que as plantas tenham condições de crescer saudavelmente é imprescindível que a sua nutrição seja feita regularmente e com produtos adequados.

Se não houver drenagem suficiente (com pedras no fundo do vaso, por exemplo), a raiz da planta pode apodrecer.

Drenar o canteiro sempre que necessário.

CONCLUSÃO

Em conclusão, a horticultura pode ser terapêutica e promotora da saúde em idosos. Essa atividade pode ter efeitos positivos na saúde, incluindo redução do stress, melhoria do humor e da função cognitiva, proporcionando um objetivo de vida e promovendo o envolvimento social. Fisicamente, pode melhorar a saúde cardiovascular, aumentar a força e a flexibilidade muscular, melhorar a saúde óssea, melhorar o equilíbrio, promover um peso saudável e melhorar a função respiratória. Essas atividades podem ser uma adição valiosa à rotina diária do idoso e devem ser incentivadas para o seu bem-estar geral, inclusive pela ausência sistemática de outras opções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

American Horticultural Therapy Association. (s.d.). *AHTA. Definitions and Positions*. Ahta.org. Disponível em: <https://www.ahata.org/ahata-definitions-and-positions>

Aur, D. (2019). Hortoterapia: Cultivando a cura através do plantio! *Educação Ambiental em Ação*, XVIII (69). Disponível em: <https://revistaea.org/artigo.php?idartigo=3777>

Beavers, A. W., Atkinson, A., Varvatos, L. M., Connolly, M., & Alaimo, K. (2022). How Gardening in Detroit Influences Physical and Mental Health. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(13), 7899.

<https://doi.org/10.3390/ijerph19137899>

Costa, C. G. A., Garcia, M. T., Ribeiro, S. M., Salandini, M. F. de S., & Bógus, C. M. (2015).

Hortas comunitárias como atividade promotora de saúde: Uma experiência em Unidades Básicas de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20, 3099–3110.

<https://doi.org/10.1590/1413812320152010.00352015>

Galvão, L. O., Galvão, M. F., Reis, C. M. S., Batista, C. M. de Á., & Casulari, L. A. (2013). Considerações atuais sobre a vitamina D. *Revista Brasília Médica*, 50(4), 324–332. Disponível em: <https://rbm.org.br/details/113/pt-BR>

Giovannucci, E., Liu, Y., Hollis, B. W., & Rimm, E. B. (2008). 25-Hydroxyvitamin D and Risk of Myocardial Infarction in Men: A Prospective Study. *Archives of Internal Medicine*, 168(11), 1174–1180. <https://doi.org/10.1001/archinte.168.11.1174>

INE. (2015). Envelhecimento da população residente em Portugal e na União Europeia. Disponível em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=224679354&DESTAQUESmodo=2

Jr, C. J. F. de O. (2020). Jardinagem e religação com a natureza: Um processo de autocura. *Cadernos de Agroecologia*, 15(2). Disponível em: <http://cadernos.abaagroecologia.org.br/cadernos/article/view/3293>

Llewellyn, D. J., Lang, I. A., Langa, K. M., Muniz-Terrera, G., Phillips, C. L., Cherubini, A., Ferrucci, L., & Melzer, D. (2010). Vitamin D and Risk of Cognitive Decline in Elderly Persons.

Archives of Internal Medicine, 170(13), 1135–1141.

<https://doi.org/10.1001/archinternmed.2010.173>

Ogura, A., Izawa, K. P., Tawa, H., Kureha, F., Wada, M., Harada, N., Ikeda, Y., Kimura, K., Kondo, N., Kanai, M., Kubo, I., Yoshikawa, R., & Matsuda, Y. (2022). Older phase 2 cardiac rehabilitation patients engaged in gardening maintained physical function during the COVID-19 pandemic. *Heart and Vessels*, 37(1), 77–82. <https://doi.org/10.1007/s00380-021-01892-1>

Rigotti, G. F., Silva, F. N. da, & Silva, D. F. da. (2020). A jardinagem como prática artística e como instrumento de intervenção para a reocupação do espaço público. *Revista Educação e Linguagens*, 8(15), 138–152. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeducplings/article/view/6537/4558>

Robson, Jr., James P., & Troutman-Jordan, M. L. (2015). Back to Basics: Health and Wellness Benefits of Gardening in Older Adults. *Activities, Adaptation & Aging*, 39(4), 291–306. <https://doi.org/10.1080/01924788.2015.1089709>

Rui, M. D., Toffanello, E. D., Veronese, N., Zambon, S., Bolzetta, F., Sartori, L., Musacchio, E., Corti, M. C., Baggio, G., Crepaldi, G., Perissinotto, E., Manzato, E., & Sergi, G. (2014). Vitamin D Deficiency and Leisure Time Activities in the Elderly: Are All Pastimes the Same? *PLOS ONE*, 9(4), e94805. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0094805>

Silva, A. F. dos S., Santana, J., & Sousa, S. A. D. (2018). Utilização de hortas verticais como Hortoterapia na Apae de Araguaantis-TO. *Jornada de Iniciação Científica e Extensão*. 2022. Disponível em: <https://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/jice/9jice/paper/viewFile/9326/4055>

Silva, J. L. M. M. da. (2018). A criação de um programa de atividades para reabilitar doentes com alzheimer. [Dissertação de mestrado]. In *comum.rcaap.pt*. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/22223>

Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (2013, February 20). Pela Vitamina D. *SBEM*. Disponível em: <https://www.endocrino.org.br/pela-vitamina-d/>

Skerrett, P. J., & Willett, W. C. (2010). Essentials of Healthy Eating: A Guide. *Journal of midwifery & women's health*, 55(6), 492–501. <https://doi.org/10.1016/j.jmwh.2010.06.019>

Triguero-Mas, M. (2020). Quality of Life Benefits of Urban Rooftop Gardening for People With Intellectual Disabilities or Mental Health Disorders. *Preventing Chronic Disease*, 17. <https://doi.org/10.5888/pcd17.200087>

Wang, Y., Wang, J., Chen, L., Zhang, H., Yu, L., Chi, Y., Chen, M., & Cai, Y. (2022). Efficacy of vitamin D supplementation on COPD and asthma control: A systematic review and metaanalysis. *JOGH.*, 12, 04100. <https://jogh.org/2022/jogh-12-04100/>

Wendelboe-Nelson, C., Kelly, S., Kennedy, M., & Cherrie, J. W. (2019). A Scoping Review Mapping Research on Green Space and Associated Mental Health Benefits. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 16(12), Art. 12. <https://doi.org/10.3390/ijerph16122081>

World Health Organization. (2015). *Resumo: Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde*. Disponível em:

http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/186468/WHO_FWC_ALC_15.01_por.pdf;jsessionid=F9A447BFAEDBCAB7A1AAEE8BBA69636F?sequence=6

World Health Organization. (2020a). *Healthy diet*. Disponível em:

<https://www.who.int/newsroom/fact-sheets/detail/healthy-diet>

World Health Organization. (2020b). *Diretrizes da OMS para atividade física e comportamento sedentário num piscar de olhos*. Disponível em:

<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/337001/9789240014886-por.pdf>

A PREVALÊNCIA DE LESÕES EM PRATICANTES DE TREINAMENTO RESISTIDO DA CIDADE DE LIMOEIRO DO NORTE/CE, BRASIL

The prevalence of injuries in resistance training performers in the city of Limoeiro do Norte/CE, Brazil

MAIA, Hérítion¹, FREITAS, Thamires², MACHERGIANY, Ethel³, MOITA, Emanuel⁴, FONSECA, Sandra⁵; MARCILIO, Darcio⁶ & MIRLANDYA, Keuvia⁷.

Resumo

Atualmente, a busca por exercícios físicos cresceu significativamente, com mais pessoas reconhecendo os benefícios para a qualidade de vida e para a saúde. A musculação ganhou popularidade, mas, como qualquer atividade, apresenta riscos. É crucial destacar a importância do acompanhamento de um profissional de Educação Física para evitar lesões. Este estudo buscou verificar a prevalência de lesões em praticantes de treinamento resistido em Limoeiro do Norte/CE. Dos 100 participantes, 25% relataram lesões corporais. A maioria (61%) tinha orientação profissional. Entre os lesionados 52% não tinham orientação. Além disso, 44% acreditavam que as lesões eram resultado do treinamento. Este estudo enfatiza a necessidade de programas bem elaborados e supervisionados por profissionais de Educação Física para eficácia e segurança. Mais pesquisas são necessárias para analisar outros fatores contribuintes para lesões no treinamento resistido.

Abstract

Currently the search for physical exercise has grown significantly with more people recognizing the benefits for quality of life and health. Bodybuilding has gained popularity, but like any activity, it presents risks. It is crucial to highlight the importance of monitoring a physical education professional to avoid injuries. This study aimed to verify the prevalence of injuries in resistance training practitioners in Limoeiro do Norte/CE. Of the 100 participants, 25% reported bodily injury. The majority (61%) had professional guidance. Among the injured, 52% had no orientation. In addition, 44% believed the injuries were the result of training. This study emphasizes the need for well-designed programs supervised by physical education professionals for efficacy and safety. More research is needed to look at other contributing factors to resistance training injuries.

Palavras-chave: *Treinamento resistido; Periodização; Lesão; Saúde.*

Key-words: *Resistance training; Periodization; Injury; Health.*

Data de submissão: junho de 2023 | **Data de publicação:** dezembro de 2023

¹ FRANCISCO HÉRITON GONÇALVES MAIA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará/IFCE. BRASIL. Email: heriton.maia@hotmail.com

² THAMIRES SILVA FREITAS - Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. BRASIL. Email: thamiresilvaf12@gmail.com

³ ETHEL MACHERGIANY SILVA SOARES – UTAD. PORTUGAL. Email: ethel17@gmail.com

⁴ EMANUEL MOITA DO NASCIMENTO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. BRASIL. Email: emanuelnascimento549@gmail.com

⁵ SANDRA CELINA FERNANDES FONSECA - Centro de Investigação em Desporto, Saúde e Desenvolvimento Humano (CIDESD). UTAD. PORTUGAL. Email: sfonseca@utad.pt

⁶ DARCIO MARCILIO RIBEIRO – UTAD. PORTUGAL. Email: flybydance@hotmail.com

⁷ KEUVIA MIRLANDYA ALVES DA SILVA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. BRASIL. Email: keuviamirlandya862@gmail.com

INTRODUÇÃO

Atualmente a busca regular por exercícios físicos tem aumentado de forma significativa. Pessoas de diversas faixas etárias têm tomado cada vez mais consciência de que a prática regular de exercícios físicos pode ajudar na melhoria da qualidade de vida, manutenção e promoção da saúde, assim como na melhoria dos fatores estéticos relacionados a diminuição no percentual de gordura e no ganho de massa muscular.

É de suma importância o desenvolvimento de novos hábitos, como a prática de atividades físicas, para a melhoria da saúde e, conseqüentemente, da qualidade de vida. Dessa forma, fazer exercícios como a caminhada, corrida, ciclismo, natação, hidroginástica, musculação e entre outros, vem ganhando cada vez mais a adesão da população que busca o desenvolvimento do bem-estar e da saúde física e mental (Silva Soares & Mirlandya, 2018)

São inúmeros os benefícios que a prática da musculação oferece para as pessoas. No entanto é importante ressaltar que qualquer exercício físico, tal como a musculação, deverá sempre ser realizado com o acompanhamento de um profissional de Educação Física para orientar, avaliar, montar e periodizar os treinamentos. A prática incorreta ou sem acompanhamento especializado no treinamento resistido ou em outras modalidades pode acarretar problemas na saúde e danos permanentes no praticante. A execução incorreta dos movimentos e o excesso de esforço podem ocasionar lesões nas articulações, músculos e tendões (Murer, 2007; Silva et al., 2017).

Murer (2007) destaca as lesões que acontecem com maior frequência nos exercícios com pesos são: tendinite, bursite, rupturas musculares, luxações, rupturas discais (coluna lombar), fraturas diversas e lesões meniscais.

O presente estudo teve como objetivo geral conhecer a prevalência de lesões e os fatores associados à ocorrência de lesões em indivíduos praticantes de treinamento resistido da cidade de Limoeiro do Norte-CE. Foram objetivos específicos: 1) Identificar os seguimentos corporais mais acometidos 2) Verificar se o aluno segue um programa de treinamento orientado por profissional de educação física; 3) Verificar se existe uma relação da lesão com o treinamento resistido.

Espera-se que os resultados obtidos no estudo possam elucidar os fatores que contribuem para o surgimento de lesões e que possa auxiliar os profissionais de Educação Física a estabelecerem medidas preventivas que minimizem o surgimento ou o agravamento de lesões.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva do tipo transversal de caráter quantitativo. A amostra do estudo foi composta por 100 indivíduos praticantes de treinamento resistido de ambos os sexos, sendo 60 mulheres e 40 homens do município de Limoeiro do Norte do estado do Ceará. Foram selecionadas 5 academias, de forma aleatória, entre as 14 existentes no município de Limoeiro do Norte e que estão registradas no Conselho Regional de Educação Física. Os critérios de participação na amostra eram ser praticantes de treinamento resistido há no mínimo 6 meses e maiores de 18 anos. As coletas foram realizadas com datas previamente acordadas com os responsáveis pelas academias.

Para coletar os dados foi utilizado como instrumento de pesquisa um questionário contendo questões abertas e fechadas pertinentes ao assunto. A coleta dos dados aconteceu ao longo de 5 dias, sendo o questionário aplicado aos alunos antes ou após a realização do treino.

A análise dos dados obtidos foi feita no software *Microsoft® Office Excel* 2016. Os dados dos questionários foram posteriormente digitados em um banco de dados, numa planilha do programa, visando melhorar a visualização dos mesmos. Foi feita a estatística descritiva por meio de médias e desvio padrão, e para melhor explicitação dos resultados alcançados, foram elaborados gráficos e tabelas.

Todas as questões éticas relacionadas com a pesquisa com seres humanos foram seguidas, a fim de manter os direitos de privacidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa. A autorização para a participação da pesquisa foi realizada por meio de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual foram informados quanto à natureza e aos procedimentos do estudo. Antes de responderem o questionário, todos os participantes assinaram um Termo de Consentimento Pós-Esclarecido, conforme determina a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As tabelas 1, 2 e 3 apresentam os dados referentes ao treinamento resistido (tempo de prática, frequência semanal, duração do treino, acompanhamento por profissional e seguimento de um programa de treinamento específico).

No que remete ao tempo que os indivíduos praticam musculação, pode-se observar que 53 (53%) indivíduos disseram praticar musculação entre 6 meses a 1 ano, 26 (26%) indivíduos afirmaram praticar musculação há mais 1 e até 3 anos e os restantes 21 (21%) referiram essa prática desportiva há mais de 3 anos.

Tabela 1 – *Tempo de prática e frequência semanal.*

Tempo que prática musculação	n	%
6 meses a 1 ano	53	53%
> 1 a 2 anos	11	11%
> 2 a 3 anos	15	15%
> 3 anos	21	21%
Frequência semanal de treino	n	%
2 a 3 vezes	4	4%
4 vezes	11	11%
5 vezes	80	80%
> 5 vezes	5	5%

Ao que se refere à frequência semanal de treino, nota-se que apenas 4 (4%) dos indivíduos afirmaram frequentar o ginásio de 2 a 3 vezes na semana, 11 (11%) disseram que treinavam 4 vezes, já 80 (80%) relataram que o faziam 5 vezes por semana e apenas 5 (5%) indivíduos afirmaram frequentar a academia mais de 5 vezes na semana. Nota-se que há um percentual bem elevado (91%) que praticam de 4 a 5 vezes.

Tabela 2 – *Duração da sessão de treino.*

Duração da sessão de treino	n	%
30 min	1	1
60 min	71	71
90 min	18	18
120 min	8	8
> 120 min	2	2

No que diz respeito ao tempo de duração do treino apenas um (1%) indivíduo afirmou praticar musculação por 30 minutos, 71 (71%) afirmaram que a sessão de treino durava cerca de 60 minutos. Os restantes 28 (28%) respondentes referiram fazer sessões com duração de 90 minutos ou mais.

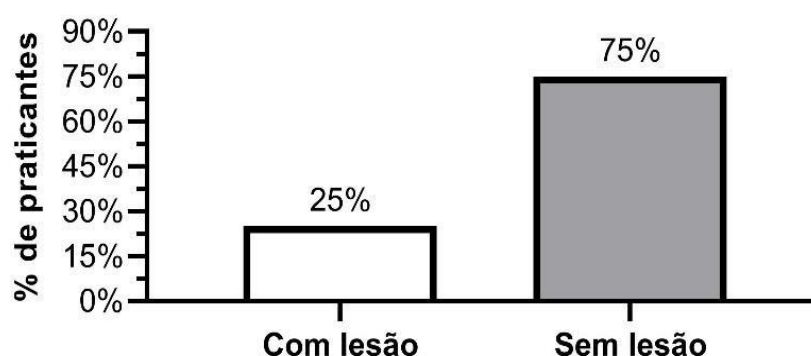
Tabela 3 – Acompanhamento por profissional de EF e seguimento de um programa de treinamento específico.

É acompanhamento por um profissional de EF	n	%
SIM	61	61%
NÃO	39	39%
Programa de treinamento específico	n	%
SIM	85	85
NÃO	15	15

Em relação a possuir acompanhamento por um profissional de Educação Física, constatou-se que 61 (61%) indivíduos afirmaram que tinham esse acompanhamento. Resultados similares foram encontrados no estudo de Gomes (2013), no qual 75% dos alunos afirmaram que sempre seguem a orientação de profissionais.

Questionados sobre o seguimento de algum programa de treinamento elaborado por um profissional de Educação Física - como número de series, repetições por grupo muscular, etc. – a maioria da amostra 85 (85%) respondeu afirmativamente. Também no estudo de Silva Soares e Mirlandya (2018) a maioria (73,75%) dos indivíduos afirmaram seguir algum programa de treinamento específico prescrito por profissionais de Educação Física.

O gráfico 1 discorre a prevalência de lesões dos indivíduos praticantes de treinamento resistido, da amostra, da cidade de Limoeiro do Norte/CE.

Gráfico 1 - Prevalência de lesões.

Em relação a possuir algum tipo de lesão corporal, 75 (75%) indivíduos afirmaram não ter qualquer tipo de lesão. Os resultados desse estudo se assemelham aos de Gomes (2013), em que 12 (25%) indivíduos afirmaram possuir lesão e no estudo de Silva Soares e Mirlandya (2018) 20 (25%) indivíduos afirmaram possuir lesão. Observouse resultados diferentes ao deste estudo no estudo de Silva (2010) no qual 70% indivíduos registaram algum tipo de lesão. Já no estudo de Oliva et al. (1998) 55% indivíduos relataram ter algum tipo de lesão.

As tabelas 4, 5 e 6 referem-se às características dos 25 indivíduos praticantes de treinamento resistido que afirmaram possuir alguma lesão corporal.

Tabela 4 - Caracterização dos indivíduos com lesões em relação ao tempo de prática, frequência semanal e duração do treino.

Tempo de prática de musculação	n	%
6 meses a 1 ano	10	40%
> 1 a 2 anos	4	16%
> 2 a 3 anos	5	20%
> 3 anos	6	24%
Frequência semanal de treino	n	%
2 a 3 vezes	2	8
4 vezes	7	28
5 vezes	13	52
> 5 vezes	3	12
Tempo de duração do treino	n	%
60 min	16	64%
90 min	6	24%
120 min	2	8%
>120 min	1	4%

Dos 25 (25%) indivíduos que afirmaram possuir lesões, 10 (40%) relataram já praticar treinamento resistido entre 6 meses e 1 ano. Outros 9 (36%) praticavam entre 1 e até 3 anos e apenas 6 (24%) afirmaram praticar musculação há mais de 3 anos. A maioria (52%) referiu uma frequência semanal de treino de 5 vezes.

No estudo realizado por Chagas et al. (2019) concluiu-se que 23% da amostra total já sofreu algum tipo de lesão na academia. Para Ghirotto et al. (1994) existe um período de treinamento e existe um período de descanso e se o período de descanso não for cumprido pode levar o músculo a um estresse excessivo, ocasionando possíveis lesões. No entanto no estudo realizado por Silva Soares e Mirlandya (2018) observou-se que não havia associação das lesões quanto ao tempo de prática e frequência semanal.

Em relação ao tempo de duração do treino, dos 25 (25%) indivíduos que relataram ter algum tipo de lesão, 16 (64%) afirmaram praticar musculação em sessões de 60 minutos.

Observou-se que 15 (60%) indivíduos procuraram um atendimento especializado para tratar a lesão logo que está foi detectada, 8 (32%) deixaram de fazer exercícios na região lesionada, mas não procuraram qualquer tipo de apoio especializado, 1 (4%) continuou fazendo exercícios acreditando que a lesão iria passar e 1 (4%) outro não fez nada.

Tabela 5 - Caracterização da forma detecção da lesão, crença sobre motivo da lesão, presença de diagnóstico médico e acompanhamento profissional de EF.

O que fez ao detectar a lesão	n	%
Continuou fazendo os exercícios	1	4
Procurou atendimento especializado	15	60
Deixou de realizar exercícios na região da lesão	8	32
Não fez nada	1	4

No que remete à causa da lesão 11 (44%) acreditavam que a lesão teve relação com o treinamento resistido e 14 (56%) disseram que não haver relação com o treinamento. Resultados similares foram encontrados no estudo de Silva Soares e Mirlandya (2018) onde 9 (45%) dos indivíduos que acreditam ter relação com o treinamento e 11 (55%) relataram não ter. Já em um estudo realizado por Souza et al. (2015) os resultados foram diferentes, onde 12 (60%) dos indivíduos que participaram da pesquisa acreditam que a lesão foi decorrente da prática de treinamento resistido.

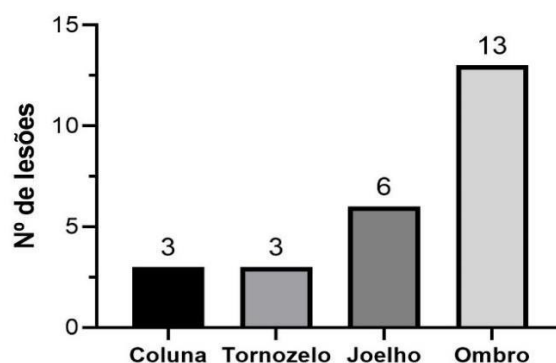
Tabela 6 - Caracterização dos indivíduos com lesões em relação a forma detecção de lesão, crenças sobre motivo da lesão, presença de diagnóstico médico e acompanhamento profissional de EF.

Acredita que a lesão foi provocada pelo treino de musculação	n	%
SIM	11	44
NÃO	14	56
A lesão foi diagnosticada por um médico	n	%
SIM	15	60
NÃO	10	40
Tem acompanhamento por um profissional de Educação Física.	n	%
SIM	12	48
NÃO	13	52

Dos indivíduos que afirmaram possuir alguma lesão, 15 (60%) disseram que a lesão foi diagnosticada por um médico e 10 (40%) afirmaram que não tiveram nenhum diagnóstico. Observou-se que dos indivíduos que registraram algum tipo de lesão corporal, 13 (52%) afirmaram não ter acompanhamento e 12 (48%) relataram ter acompanhamento por um profissional de Educação Física na prática desportiva. A pesquisa realizada por Moreira *et al.* (2010) mostrou que a falta de orientação e supervisão na realização de exercícios apresentou-se como uma das principais causas no surgimento de lesões na prática da musculação. Torna-se imprescindível a presença de um profissional de Educação Física para orientar, prescrever e acompanhar de maneira correta o treinamento (Silva et al., 2017). Pressupõe-se que a falta de orientação por um profissional de Educação Física pode ser um dos fatores que levaram ao surgimento de lesões. Haja vista que durante o acompanhamento por um profissional o aluno terá orientações quanto a sobrecarga adequada, forma correta de execução dos exercícios, duração do treino e período satisfatório de descanso, variáveis essas que não sendo respeitadas corretamente podem ocasionar no surgimento de lesões.

O gráfico 2 apresenta os seguimentos corporais mais lesionados, tendo com maior número de lesão o ombro seguido do joelho, tornozelo e coluna.

Gráfico 2 – Os seguimentos corporais lesionados.



Em relação ao seguimento do corpo com maior índice de lesão resultados similares foram encontrados em estudos realizados por Wagner (2013), Gomes (2013) e (Oliva et al., 1998) onde o ombro foi o seguimento corporal mais acometido. De facto, observou-se que tal como na maioria dos estudos citados, o ombro teve o maior índice de acometimento em relação a outros seguimentos corporais. De acordo Silva (2010) o ombro é um complexo articular do corpo que abrange todos os movimentos cinesiológicos, portanto, existe uma sobrecarga nesta articulação e a musculatura não estando fortalecida, ao realizar qualquer movimento brusco pode vir a ocasionar uma lesão.

CONCLUSÃO

De acordo com os dados obtidos na pesquisa, conclui-se que a prevalência de lesões foi de 25% em indivíduos praticantes de treinamento resistido que participaram da pesquisa. Observou-se também que a maioria dos praticantes são acompanhados por um profissional de Educação Física e que a maioria dos indivíduos que afirmaram ter lesão, não possui qualquer acompanhamento profissional, sugerindo-se que a falta de acompanhamento profissional seja um dos principais fatores para o surgimento das lesões. No que remete aos seguimentos corporais mais acometidos, observou-se que o ombro teve maior acometimento e em seguida o joelho. Grande parte dos praticantes que registaram algum tipo de lesão acreditam que o aparecimento dessa lesão teve relação com o treinamento resistido. É relevante ressaltar que para uma boa prática de exercícios com segurança e para que os resultados sejam almejados, é de suma importância o acompanhamento por profissional de Educação Física para orientar e prescrever de maneira que possa prevenir o surgimento de lesões. No entanto são necessários mais estudos para analisar todos esses fatores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Chagas, T. da S., Dellalibera, L., Torre, A. D., Raimundo, A. C., Martelli, A., Costa, T. B., & Delbim, L. (2019). Ocorrência de lesões em praticantes de musculação em academias de duas cidades brasileiras. *Archives of Health Investigation*, 8(11). <https://doi.org/10.21270/archi.v8i11.3911>
- Ghirotto, F. M. S., Padovani, C. R., & Golçalves, A. (1994). Lesões desportivas: Estudo junto aos atletas do XII campeonato mundial masculino do voleibol. *Arq. bras. med*, 307–312.
- Gomes, V. da S. (2013). *Análise dos principais tipos de lesões em praticantes de musculação na cidade de Cachoeira Alta—GO*. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/4622>
- Moreira, R. M., Boery, E. N., & Boery, R. N. (2010). Lesões corporais mais frequentes em alunos de academia de ginástica e musculação de Itauçu, Bahia. *EFDeportes.com, Revista Digital*, 15(151).
- Murer, E. (2007). Epidemiologia da Musculação. Em *Saúde Coletiva & Atividade Física: Conceitos e Aplicações Dirigidos à Graduação em Educação Física*. Campinas: [s.n.]
- Oliva, O. J., Bankoff, A. D. P., & Zama, C. A. (1998). Possíveis lesões musculares e ou articulares causadas por sobrecarga na prática da musculação. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, 3(3). <https://doi.org/10.12820/rbafs.v.3n3p15-23>
- Silva, A. V. A. (2010). Incidência de lesões em praticantes de musculação em ambiente de academia (Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Educação Física). Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande. <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/4273>
- Silva, K. M. A. da, Almeida, T. G. de, & Regis, J. de F. (2017). Avaliação funcional do movimento em atletas de duas seleções de voleibol da região do vale do Jaguaribe/CE. *BIUS -Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia*, 8(1).
- Silva Soares, E., & Mirlandya, K. (2018). *Prevalência de lesões em praticantes de musculação em academias do município de Morada Nova/CE*. 9, 67–78.

Souza, G. L., Moreira, N. B., & Campos, W. (2015). Ocorrência e Características de Lesões entre Praticantes de Musculação. *Saúde e Pesquisa*, 8(3).

<https://doi.org/10.17765/1983-1870.2015v8n3p469-477>

Wagner, E. (2013). *Estudo de lesões musculares e articulares em praticantes de musculação de uma academia do município de Florianópolis*. (Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Educação Física). Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103730>

OS BENEFÍCIOS DA MUSCULAÇÃO EM PRATICANTES IDOSOS NAS ACADEMIAS DE LIMOEIRO DO NORTE/CE, BRASIL

The benefits of bodybuilding in elderly people in Limoeiro do Norte/Ce Academies

CHAGAS, Wendell Arlan Lima das³², MACHERGIANY, Ethel³³, NASCIMENTO, Emanuel Moita do³⁴, FONSECA, Sandra³⁵, GUERRA, Tiago Vicente Alves³⁶, MARCILIO, Darcio³⁷, LEITE, Marcelo Alencar³⁸

Resumo

Nos últimos anos a população idosa no Brasil cresceu significativamente. O exercício físico é um fator importante para a promoção da saúde e da qualidade de vida na terceira idade. Assim, essa pesquisa tem como objetivo verificar os possíveis benefícios que a prática da musculação pode proporcionar aos idosos nos aspectos físico, psicológico, cognitivo e social. A amostra foi constituída por 15 idosos praticantes de musculação do município de Limoeiro do Norte-CE, Brasil. Para recolha de dados utilizouse um formulário com perguntas abertas e fechadas. Os resultados mostram que a prática de musculação pelos idosos resultou em melhorias significativas na saúde física, incluindo controle de condições médicas como hipertensão arterial e diabetes, além de impactos positivos no humor, sono e integração social. Em conclusão, a prática regular de musculação beneficiou a saúde física dos idosos, assim como promoveu o bem-estar emocional e social dos indivíduos da amostra.

Abstract

In recent years the elderly population in Brazil has grown significantly. Physical exercise is an important factor for promoting health and quality of life in old age. Thus, this research aims to investigate the potential benefits that weightlifting practice can provide to the elderly in physical, psychological, cognitive, and social aspects. The sample consisted of 15 elderly individuals engaged in weightlifting in the municipality of Limoeiro do Norte, CE, Brazil. A form with open and closed-ended questions was used for data collection. The results indicate that weightlifting practice among the elderly led to significant improvements in physical health, including the management of medical conditions such as high blood pressure and diabetes, as well as positive impacts on mood, sleep, and social integration. In conclusion, regular weightlifting practice benefited the physical health of the elderly and promoted emotional and social wellbeing among the sample individuals.

Palavras-chave: Idosos; Qualidade de vida; Musculação; Saúde.

Key-words: Elderly; Quality of Life; Bodybuilding; Health.

Data de submissão: setembro de 2023 | **Data de publicação:** dezembro de 2023

³² WENDEL ARLAN LIMA DAS CHAGAS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará/IFCE. BRASIL. Email: wendell49chagas@gmail.com

³³ ETHEL MACHERGIANY SILVA SOARES - UTAD. PORTUGAL. Email: ethel17@gmail.com

³⁴ EMANUEL MOITA DO NASCIMENTO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará/IFCE. BRASIL. Email: emanuelnascimento549@gmail.com

³⁵ SANDRA CELINA F. FONSECA - CIDESD. UTAD. PORTUGAL. Email: sfonseca@utad.pt

³⁶ TIAGO VICENTE ALVES GUERRA - UTAD. PORTUGAL. Email: tiago.guerrak@gmail.com

³⁷ DARCIO MARCILIO RIBEIRO - UTAD. PORTUGAL. Email: flybydance@hotmail.com

³⁸ MARCELO ALENCAR LEITE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará/IFCE. BRASIL. Email: marcelo.alencar@ifce.edu.br

INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo contínuo, irreversível, natural e inerente ao ser humano e está presente em todas as sociedades (Santos, 2016). À medida que as pessoas envelhecem, ocorrem diversas alterações fisiológicas, como a diminuição da produção hormonal, o aumento do estresse oxidativo, a dificuldade em fornecer a procura adequada de oxigénio às células e as deficiências na função física (Nascimento et al., 2019).

No Brasil, estima-se que existam aproximadamente 17,6 milhões de idosos, e essa população crescerá 16 vezes até 2025, ocupando o sexto lugar no mundo em população idosa (Pereira-Llano *et al.*, 2016). Um dos fatores responsáveis por esse crescimento da população da terceira idade é o avanço da tecnologia na área da medicina que vem auxiliando na manutenção da qualidade de vida e longevidade dos idosos. Além disso, verifica-se um aumento da procura de prática de atividade física nesta faixa etária, seja por indicação médica ou por vontade própria, tendo em vista a busca de uma vida mais saudável por meio da prática de exercícios físicos (Ferreira & Pires, 2016).

Nesse sentido, o exercício físico é um fator muito importante para a promoção e manutenção da saúde e da qualidade de vida na terceira idade. Entre diversas modalidades de exercício físico, a musculação vem se destacando em relação aos benefícios que pode proporcionar aos praticantes idosos, como, melhorias na qualidade de vida, aumento na força muscular, forçar muscular respiratória, flexibilidade, capacidade funcional e melhores valores de composição corporal e marcadores sanguíneos. Adicionalmente, Fernandes et al. (2009) afirma que a musculação fomenta os benefícios ao nível físico, psíquico e social, permitindo aos idosos redescobrir novas e melhores formas de viver de forma mais autónoma e independente. Assim, é importante reconhecer o impacto positivo das atividades físicas na vida dos idosos, especialmente a musculação. Considerando que apesar do envelhecimento ser considerado como um processo inevitável que resulta em declínio físico e mental, é possível encará-lo sob uma nova perspetiva. Adotando-se uma abordagem saudável por meio do exercício regular e especificamente com a prática da musculação, esse é entendido como uma poderosa estratégia no combate aos obstáculos decorrentes do aumento prolongado na expectativa média dos idosos.

Partindo dessa linha de raciocínio, foi objetivo deste trabalho identificar os benefícios da prática da musculação em idosos que frequentam academias da cidade de Limoeiro do Norte, Ceará, Brasil. Espera-se que os resultados desta pesquisa sirvam de referência e possam auxiliar os profissionais que atuam na área da musculação de forma a intervir de forma positiva na estrutura de vida da população idosa.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo quantitativo e descritivo. O trabalho teve como público-alvo idosos praticantes de musculação em academias do município de Limoeiro do Norte-CE. A amostra constituiu-se de 15 idosos de ambos os sexos, distribuídos entre cinco academias escolhidas aleatoriamente por meio de sorteio. Tendo como critério de inclusão: ter idade igual ou superior a 60 anos, estar devidamente ativo na prática da musculação por um período de no mínimo 3 meses e aceitar participar do estudo. O instrumento usado para a coleta de dados foi um formulário semiestruturado, englobando perguntas abertas e fechadas referente ao assunto. O procedimento de coleta de dados aconteceu durante o mês de setembro de 2019. Os idosos foram abordados de maneira individual antes do início da sessão de treino.

Para a análise dos dados obtidos foi utilizado o *software Microsoft® Office Excel* 2016. Os dados alcançados através dos questionários foram digitados e tabulados em um banco de dados para uma melhor visualização dos mesmos. Foi realizada a estatística do tipo descritiva por medida de frequência relativa e absoluta dos valores encontrados, sendo elaborados gráficos e tabelas produzidos em planilha eletrônica.

A pesquisa foi realizada de acordo com a resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, considerando o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas que envolve seres humanos.

Os proprietários das academias foram esclarecidos sobre a natureza da pesquisa e conforme a aceitação foi-lhes apresentado o Termo de Autorização de Fiel Depositário, no qual estava incluída a autorização para a execução da pesquisa na academia.

Os participantes foram abordados de maneira individual, sendo informados sobre o teor da pesquisa, em seguida foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foi lido junto com o participante sanando qualquer dúvida. Mediante a aceitação foi apresentado o Termo de Consentimento Pós-Esclarecido, no qual, assegurava a segurança legal e moral do pesquisador e a declaração clara de concordância com a participação na pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os 15 idosos que participaram da pesquisa, 66,7% (10) eram do sexo feminino e 5 (33,3%) do sexo masculino.

Tabela 1- *Características gerais dos idosos praticantes de musculação.*

Idade	60 a 64 anos	65 a 69 anos	≥ 70 anos
%	33,3%	33,3%	33,3%
Tempo de prática de musculação	3 a 6 meses	7 meses a 1 ano	≥ 2 anos
%	33,3%	13,4%	53,3%
Frequência semanal de treinos	2 a 3	3 a 4	4 a 5
%	40%	13,3%	46,7%

Em relação às características gerais da amostra, observamos que cinco (33,3%) dos participantes tinham idade entre 60 a 64 anos e esse número voltou a se repetir em relação aos participantes que tinham de 65 a 69 anos e aos que tinham 70 anos e acima.

No que diz respeito ao tempo em que o idoso está inserido no programa de musculação, nota-se que a maioria do grupo já pratica musculação há mais de 2 anos, correspondendo a 8 (53,3%) dos indivíduos entrevistados, enquanto 5 (33,3%) responderam estar frequentando a academia entre 3 a 6 meses e apenas 2 (13,4%) relataram praticar a musculação entre 7 meses a 1 ano. Durante a aplicação do formulário os idosos relatavam que tinham prazer e estavam satisfeitos de estarem praticando musculação e não tinham a intenção de parar com os treinos.

Nos resultados para a frequência semanal de treinos, percebeu-se que 6 (40%) dos entrevistados responderam ir à academia de 2 a 3 vezes, 7 (46,7%) treinam de 4 a 5 vezes e por fim 2 (13,3%) idosos afirmaram treinar 3 a 4 vezes por semanas. Todos afirmaram que faltavam ao treino apenas em casos excepcionais. Uma das entrevistadas relatou que mesmo quando acordava com dores não faltava à academia. Num estudo realizado com um grupo de idosos do estado de Minas Gerais, Ferreira e Pires (2016) constataram que os idosos que praticam exercícios físicos regularmente têm uma grande redução das patologias mais frequentes decorrentes da idade, tornando assim o idoso com um estilo de vida mais ativo.

Entre todos os idosos que fizeram parte do grupo estudado apenas 1 (6,7%) respondeu não ter nenhum problema de saúde, e 14 (93,3%) afirmaram ter pelo menos uma patologia (Tabela 2).

Tabela 2 – Patologias.

PATOLOGIA	n	%
Hipertensão	11	73,3%
Hipercolesterolemia	7	46,7%
Diabetes	5	33,3%
Hipertrigliceridemia	5	33,3%
Osteoporose	3	20%
Depressão	2	13,3%
Artrite	2	13,3%
Infarto	1	6,7%
Obesidade	1	6,7%
Hérnia de Disco	1	6,7%

De acordo com a tabela acima, pode-se observar que a hipertensão arterial (HTA) foi a patologia mais citada pelos idosos, sendo que 11 (73,3%) dos pesquisados relatam conviver com essa patologia. Dados semelhantes foram encontrado em estudos da Sociedade Brasileira de Cardiologia (2016) onde se mostra que entre o ano 2000 e 2010, em um estudo realizado com 13.879 indivíduos idosos, existia 68% de prevalência de HTA. Segundo Kearney et al. (2005), a HTA afetou 26,4% dos adultos em todo o mundo em 2000, e até 2025, espera-se que esse número aumente para 29,2 %. Segundo Esperandio et al. (2013) estima-se que no Brasil mais de 60% dos idosos sejam hipertensos. Nesse contexto, a HTA, além de ser um dos principais fatores de risco para a mortalidade nessa faixa etária, também causa prejuízo à qualidade de vida (Esperandio et al., 2013).

Corroborando esses números o estudo de Zaitune et al. (2006) concluiu que dos 426 idosos, que fizeram parte do grupo pesquisado da cidade Campinas, 51,8% sofriam de HTA.

Nota-se que o colesterol elevado foi a segunda patologia que mais afeta a população pesquisada sendo que 7 (46,7%) afirmaram ter hipercolesterolemia diagnosticada, e 5 (33,3%) dos idosos confirmaram ter diabetes e valores de triglicerídeos elevados. Um participante (6,7%) afirmou já ter sofrido um infarto. A pesquisa feita por

Machado-Becker et al. (2023) revelaram que, em 2014, 72% das mortes no Brasil eram causadas por doenças crônicas não transmissíveis. A HTA, a diabetes, a doença crônica de coluna, as alterações nas concentrações de colesterol (principal fator de risco para as doenças cardiovasculares) e a depressão são as que apresentam maior prevalência no país.

Outros dados alarmantes expostos no ano de 2012 pela SESA (2012) foi que cerca de 40% dos brasileiros possuíam os níveis de colesterol elevado, e apenas 200 mil estão em tratamento. No mesmo ano foi estimado pela Federação Internacional do Diabetes que pelo menos 250 milhões de pessoas sofrem com essa doença em todo o mundo, e 4% (10 milhões) estão no Brasil. Estima-se que há uma década o total de diabéticos no Brasil, com idade entre 20 e 79 anos, era de 11,9 milhões, equivalente a 6% da população brasileira (IDF *et al.*, 2013). Já na população idosa brasileira, essa prevalência de DM ronda agora os 16,1% (IBGE, 2022).

Complementando o que foi exposto acima, foi abordado no formulário qual o motivo para iniciação de musculação e quem indicou essa prática de treino de força. Destacam-se os relatos:

Vim por indicação do meu vizinho, eu sentia muitas dores nas pernas por conta das varizes, já passei de ficar noites sem dormir devido eu sentir muitas dores nas pernas. Mas, desde que iniciei já senti melhorar muito.

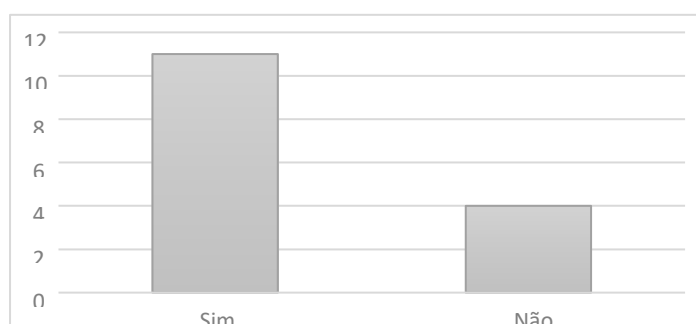
Venho por vontade própria, busco fortalecimento muscular e melhoras funcionais, tenho 64 anos, e ainda atendo meus pacientes quando termino aqui na academia.

Minha filha que fez eu vir, eu não gostava muito de fazer exercício físico, agora não falto nem um dia. Me sinto bem, melhora o bem-estar emocional e ainda melhorei minha saúde.

Mediante os relatos, verificara-se que os idosos conseguem identificar os benefícios da prática da musculação para a manutenção da saúde e da qualidade de vida. Responderam que buscaram a musculação por conta própria 8 (53,3%) indivíduos, mostrando a consciência desse público sobre a importância de cuidados com a saúde e de estar praticando exercício físico regularmente, 3 (20%) relataram fazer musculação devido a dores que sentiam diariamente, 2 (13,3%) disseram praticar por indicação médica e 2 (13,3%) afirmaram ter buscado a musculação por incentivo de amigos. 5 (33,3%) dos idosos referiram ter diariamente dores no corpo, 5 (33,3%) relataram que às vezes sentiam dores e/ou desconforto e os outros 5 (33,3%) do grupo de pesquisa declararam não terem dores corporais. De referir que 3 dos 5 idosos que responderam não sentir dores, afirmaram ser por conta da musculação, pois os mesmos citaram sentir dores antes de iniciar a prática de musculação.

A partir desses dados foi questionado se desde o início dos treinos de musculação houve alguma melhoria dessas dores, e apenas 1 confessou não sentir nenhuma melhoria das dores com a prática da musculação. Os demais entrevistados responderam que, com a prática da musculação perceberam mudanças positivas, tendo uma diminuição das dores corporais, levando também a uma diminuição do consumo regular de medicação. Rocha (2013) em um estudo de revisão de literatura afirmou que a prática regular da musculação ocasiona a diminuição de dores corporais e redução do uso de medicamentos, dados esses que foram comprovados nesta pesquisa. Outro ponto abordado na ferramenta de coletas de dados foi a evolução dos níveis de colesterol, triglicerídeos, glicemia e pressão arterial. Estes exames fazem parte da de rotina trimestral e são realizados gratuitamente no Centro de Saúde da cidade (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Melhoria dos níveis de Glicemia, Colesterol, Triglicerídeos e Pressão Arterial.



Nota-se que houve uma com considerável melhoria no controle dos níveis dessas variáveis, onde 11 (73,3%) afirmaram terem obtido esse benefício através dos treinos de musculação, e apenas 4 (26,7%) alegaram não haver nenhuma melhoria nos seus exames de rotina. Rabelo (2020) e Matsudo, Matsudo e Barros Neto (2001) declaram em seus respectivos trabalhos, ambos de revisão de literatura, que os idosos que praticam musculação tem melhorias nos controles de doenças crônicas e diminuição do risco de desenvolver doenças cardiovasculares.

Os idosos relataram os benefícios que sentiram desde o início dos treinos de musculação:

Melhorou o movimento de agachar, eu tinha uma dificuldade enorme em abaixar para pegar coisas no chão, isso dificultava muito meu trabalho de casa, por que eu tinha que ficar chamando meus netos, por que eu não conseguia. Melhorou minha mobilidade e flexibilidade. "Antes eu andava igual uma pata".

Melhorou principalmente o movimento de abaixar, antes eu não conseguia amarrar o cadarço do tênis, e sinto-me mais segura em realizar as atividades do dia a dia como varrer e passar o pano na casa, lavar a roupa e botar comida para meus bichos.

Eu me sinto mais jovem, eu consigo ir fazer compras sozinha, hoje eu sou totalmente independente. Minha maior dificuldade era subir e descer, agora eu subo 2 lanches de escadas e nem me canso, e também não preciso mais a ajuda de ninguém.

Melhorei 100%. Eu era muito limitada e não conseguia me agachar muito, e era um sofrimento quando tinha que pegar alguma coisa que estivesse alto.

Como se pode observar no autorrelato dos idosos, uma das maiores dificuldades enfrentadas por eles era a realização de movimento básicos diários, como agachar, subir escadas e até mesmo caminhar. Todos 15 (100%) afirmaram que através dos treinos de musculação conseguiram maximizar e executar de forma independente esses movimentos que são de grande importância para que o idoso viva com uma melhor qualidade de vida e tenha uma maior independência.

A pesquisa realizada por Alves (2021) e Matsudo et al. (2001), com 60 idosos, obteve resultados que se assemelham com os nossos achados, onde foi constatado que indivíduos praticantes de musculação conseguiram ter uma melhor performance sobre praticantes de ginástica na praia e não praticantes de atividades físicas, sobre as variáveis de quedas acidentas, mobilidade e marcha. Sendo assim ficaram comprovados os benefícios de exercícios com pesos sobre incremento da força e da qualidade da marcha e da mobilidade. Ainda de acordo com a declaração da *American Heart Association* (Forman et al., 2017) um estudo foi realizado um programa de musculação durante várias semanas com idosos institucionalizados, foi constatado que a força muscular destes idosos teve um aumento superior a 100%, e

assistiu-se a um decréscimo na dependência da cadeira de rodas e de andarilhos em alguns dos participantes na pesquisa (Fiatarone et al., 1990).

No que tange os aspetos psicossociais dos idosos, foi questionado sobre o estado emocional dos praticantes em forma de autoavaliação, onde os idosos primeiro relataram, se com o início dos treinos tinham percebido alguma melhoria no humor cotidiano. Notou-se que apenas 1 (6,7%) respondeu não ter observado nenhum tipo de melhoria ou de mudança no seu humor, já os outros 14 (93,3%) idosos afirmaram sentir uma franca melhoria. Este dado permite comprovar que os treinos resistidos podem trazer benefícios também para a saúde mental dos idosos. Para reforçar esses números, porém, de forma mais subjetiva segue abaixo a transcrição dos relatos de alguns participantes:

Estou ótima. Eu não tinha animo para sair de casa, para ir se quer visitar um familiar. Agora minha autoestima é lá em cima, consegui diminuir meu peso, me sinto mais bonita.

Me sinto muito bem. Estou mais feliz, sinto que adquiri uma paz interior, por que estou menos estressado e isso é muito bom. Me sinto no céu.

Parece que fiquei mais jovens uns 20 anos. Tem dias que acordo indisposta, cabisbaixa, mas mesmo assim venho para a academia, quando a gente volta é como se renovasse a alma, volto com o ânimo maior.

Não consigo nem dizer o quanto a musculação está me fazendo bem, gosto de tudo, das brincadeiras que acontece aqui, me sinto feliz e sem estresse. Consegui diminuir a quantidade de remédios que tomo para a depressão. E trato quem vem nesse horário como minha família.

Como vimos nos relatos podemos referir que a musculação é uma excelente ferramenta para promover um melhor estado emocional para seus adeptos. A prática regular proporciona aos idosos uma maior autoestima, melhor disposição, ânimo, e coragem e leva a uma diminuição da ansiedade e do estresse, auxiliando também na diminuição da ingestão medicamentosa antidepressiva.

Ferreira e Pires (2016) em estudo com um grupo de idosos que praticavam exercícios físicos regularmente, encontraram relatos semelhantes aos idosos desta

nossa pesquisa. Com isso, podemos pressupor que os exercícios físicos, independentemente de serem musculação ou não, proporcionam melhorias significativas para a saúde mental dos praticantes.

Um sono de qualidade é outro fator benéfico para a manutenção de uma vida mais ativa e saudável. No nosso estudo 11 (73,3%) dos participantes afirmaram ter melhorias não só na quantidade das horas de sono, mas também na qualidade do sono. Apenas 4 (26,7%) relataram não ter obtido qualquer alteração em relação ao sono. A mesma alteração benéfica foi verificada no trabalho de Ferreira e Pires (2016).

Questionámos os idosos a respeito do ambiente da academia: Se o mesmo era um local propício a fazer novas amizades, se o idoso sentia desconforto ou vergonha em treinar na frente dos outros alunos, e se estava satisfeito com a prática de musculação. Os resultados podem ser observados na Tabela 3:

Tabela 3 – O ambiente na “academia”.

	n	%
A academia é um ambiente que promove fazer novas amizades	15	100%
Sente vergonha/desconforto em treinar na frente de outros alunos	15	100%
Está satisfeito(a) em treinar musculação	15	100%

Conforme exposto na tabela 3, notou-se de forma bem expressiva que a sala de musculação é um ambiente que proporciona a interação social, estimula a socialização do idoso com outros públicos, seja com o público idoso ou com pessoas mais jovens. Observou-se que todos declararam que a academia é uma local onde possibilita o idoso fazer novas amizades. E como forma de complemento dos dados achados, os participantes relataram como era a relação entre eles e os professores. Seguem alguns dos depoimentos:

Muito boa, considero o professor como se fosse meu filho. Eu moro só e quando venho, acaba a solidão, nós conversamos, brincamos e é muito divertido. Chamo até de família.

Gosto de todos que vem nesse horário cedinho. Quando meu marido faleceu, eles foram me apoiar e se aproximaram ainda mais. Graças a Deus eles estão me ajudando a superar essa falta que ele faz.

Eu adoro todos eles. Não existe diferença de tratamento entre nós, somos todos iguais independentemente da idade, isso me agrada muito, fico muito feliz por isso.

Rocha (2013) cita que para a atividade ser relaxante e prazerosa é necessário que o idoso pratique por vontade própria, não cause estresse mental e desconforto. Como pode-se analisar na tabela 3, todos os idosos afirmaram não sentir nenhum tipo de vergonha ou desconforto em treinar na frente dos demais alunos, todos julgaram a musculação como uma forma de treino prazerosa e se sentem satisfeito em estar praticando essa modalidade.

CONCLUSÃO

Através do presente estudo, conclui-se que musculação proporciona benefícios aos praticantes e auxilia no processo de envelhecimento, tornando os idosos mais ativos e diminuindo as debilidades decorrentes da idade. Os benefícios da prática da musculação foram percebidos pelos próprios idosos, que reconhecem a importância desse treinamento na manutenção do bom estado de saúde, para uma melhor qualidade de vida e como promoção e prevenção de patologias.

Esta pesquisa cumpriu os objetivos propostos, onde os resultados mostram, através da afirmação dos próprios idosos, que a prática da musculação aumenta consideravelmente o ganho de força muscular, o equilíbrio e melhora a mobilidade articular, possibilitando que o praticante da terceira idade possa realizar movimentos básicos diários, como agachar, andar, subir escadas e até "pegar o neto no braço".

Comprovou-se que a maioria dos idosos teve um decréscimo nos níveis de glicemia, colesterol, triglicerídeos e pressão arterial, reduzindo o risco de desenvolverem doenças crônicas e cardiovasculares. Os relatos dos idosos revelaram que sentem que o ambiente da academia é um excelente local para a formação de novas amizades, proporciona a interação social entre os alunos e com os professores, gerando um clima agradável e prazeroso e proporcionando melhorias no humor, nos níveis de estresse, no aumento da autoestima e na boa disposição.

Portanto, avaliamos que a prática de atividade física, especialmente a musculação, representa um meio crucial para promover a saúde e a qualidade de vida. Essa prática proporciona benefícios não apenas no aspecto físico, mas também nos

âmbitos psicológico e social, permitindo que os idosos descubram novas e aprimoradas formas de viver de maneira mais autônoma e independente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, M. A. B., & Pavan, B. (2010). Os benefícios da musculação para a vida social e para o aumento da auto-estima na terceira idade. *Revista Brasileira de Qualidade de Vida*, 2(2). <https://doi.org/10.3895/S2175-08582010000200002>

Alves, D. (2021). Efeito da prática regular de atividade física sobre o estado cognitivo e a prevenção de quedas em idosos - *Educação Física*.

<https://www.passeidireto.com/arquivo/95419570/efeitos-da-pratica-regular-de-atividade-fisica-sobre-o-estado-cognitivo-e-a-prev>

Esperandio, E. M., Espinosa, M. M., Martins, M. S. A., Guimarães, L. V., Lopes, M. A. de L., & Scala, L. C. N. (2013). Prevalência e fatores associados à hipertensão arterial em idosos de municípios da Amazônia Legal, MT. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 16, 481–493. <https://doi.org/10.1590/S1809-98232013000300007>

Fernandes, H., Vasconcelos-Raposo, J., Pereira, E., Ramalho, J., & Oliveira, S. (2009). A influência da actividade física na saúde mental positiva de idosos. *Motricidade*, 5, 33–50. [https://doi.org/10.6063/motricidade.5\(1\).186](https://doi.org/10.6063/motricidade.5(1).186)

Ferreira, T., & Pires, V. (2016). Atividade física na velhice: Avaliação de um grupo de idosos sobre seus benefícios. <https://silo.tips/download/atividade-fisica-na-velhiceavaliaao-de-um-grupo-de-idosas-sobre-seus-beneficios>.

Fiatarone, M. A., Marks, E. C., Ryan, N. D., Meredith, C. N., Lipsitz, L. A., & Evans, W. J. (1990). High-intensity strength training in nonagenarians. Effects on skeletal muscle. *JAMA*, 263(22), 3029–3034.

Forman, D. E., Arena, R., Boxer, R., Dolansky, M. A., Eng, J. J., Fleg, J. L., Haykowsky, M., Jahangir, A., Kaminsky, L. A., Kitzman, D. W., Lewis, E. F., Myers, J., Reeves, G. R., Shen, W.-K., & American Heart Association Council on Clinical Cardiology; Council on Cardiovascular and Stroke Nursing; Council on Quality of Care and Outcomes Research; and Stroke Council. (2017). Prioritizing Functional Capacity as a Principal End Point for Therapies Oriented to Older Adults

With Cardiovascular Disease: A Scientific Statement for Healthcare Professionals From the American Heart Association. *Circulation*, 135(16), e894–e918. <https://doi.org/10.1161/CIR.0000000000000483>

IBGE. (2022). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2010). Síntese de Indicadores 2009*. Ibge.

IDF, Resources, diabetes, L. with, Acknowledgement, FAQs, Contact, & Policy, P. (2013). 6th edition | IDF Diabetes Atlas. Acessado de <https://diabetesatlas.org/atlas/sixthedition/>

Kearney, P. M., Whelton, M., Reynolds, K., Muntner, P., Whelton, P. K., & He, J. (2005).

Global burden of hypertension: Analysis of worldwide data. *Lancet (London, England)*, 365(9455), 217–223. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(05\)17741-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(05)17741-1)

Machado-Becker, R., Schülter Buss Heidemann, I. T., & Kuntz-Durand, M. (2023). Promoção da saúde e atenção primária no cuidado às pessoas com doença crônica não transmissível. *Revista de Salud Pública*, 22, 41–47. <https://doi.org/10.15446/rsap.v22n1.79305>

Marques, T. B., Zamai, C. A., Vieira, M. S., Silva, S. M., & Rodrigues, A. A. (2016). Treinamento de força em indivíduos de meia e terceira idade. *Revista Saúde e Meio Ambiente*, 2(1), Artigo 1.

Matsudo, S. M., Matsudo, V. K. R., & Barros Neto, T. L. (2001). Atividade física e envelhecimento: Aspectos epidemiológicos. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, 7, 2–13. <https://doi.org/10.1590/S1517-86922001000100002>

Nascimento, C. M., Ingles, M., Salvador-Pascual, A., Cominetti, M. R., Gomez-Cabrera, M. C., & Viña, J. (2019). Sarcopenia, frailty and their prevention by exercise. *Free Radical Biology and Medicine*, 132, 42–49. <https://doi.org/10.1016/j.freeradbiomed.2018.08.035>

Pereira-Llano, P. M., Santos, F. dos, Rodrigues, M. C. T., Lemões, M. A. M., Lange, C., & Santos, S. S. C. (2016). A família no cuidado ao idoso após o acidente por quedas The family in the care process of an elderly after a fall accident. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*, 8(3), Artigo 3. <https://doi.org/10.9789/21755361.2016.v8i3.4717-4724>

Prestes, J. et al. (2016). Prescrição e periodização do treinamento de força em academias. Manole Rabelo, O., Souza, L., Caetano, T., Silva, S., & Santos, G. (2020). O efeito da musculação na terceira idade. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. 144-152.

<https://doi.org/110.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao-fisica/efeito-damusculacao>.

Rocha, R. (2013). Musculação para a terceira idade. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) - Centro Universitário de Formiga. Disponível em:

<http://repositorioinstitucional.uniformg.edu.br:21074/jspui/xmlui/handle/123456789/239>

Santos, I. R. F. (2016). *Efeitos do treino de musculação e de alongamento na flexibilidade de idosos*. (Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em Educação Física). Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.

Sesa. (2012, agosto 6). *Secretaria de Saúde do Ceará (Brasil)*. Secretaria da Saúde do Ceará. Disponível em: <https://www.saude.ce.gov.br/2012/08/06/sesa-faz-alerta-emrestaurante-sobre-riscos-do-colesterol-elevado/>

Sociedade Brasileira de Cardiologia (2016). Vol. 107, Nº 3, Supl. 3, Setembro 2016. Disponível em:

http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2016/05_HIPERTENSAO_ARTERIAL.pdf.

Thomas, J. R., Nelson, J. K., & Silverman, S. J. (2012). *Métodos de pesquisa em atividade física*. Artmed.

Whelton, P. K., Carey, R. M., Aronow, W. S., Casey, D. E., Collins, K. J., Dennison Himmelfarb, C., DePalma, S. M., Gidding, S., Jamerson, K. A., Jones, D. W., MacLaughlin, E. J., Muntner, P., Ovbiagele, B., Smith, S. C., Spencer, C. C., Stafford, R.

S., Taler, S. J., Thomas, R. J., Williams, K. A., ... Wright, J. T. (2018). Guideline for the Prevention, Detection, Evaluation, and Management of High Blood Pressure in Adults: Executive Summary: A Report of the American College of

Cardiology/American Heart Association Task Force on Clinical Practice Guidelines. *Hypertension*, 71(6), 1269–1324. <https://doi.org/10.1161/HYP.0000000000000066>

Zaitune, M. P. do A., Barros, M. B. de A., César, C. L. G., Carandina, L., & Goldbaum, M. (2006). Hipertensão arterial em idosos: Prevalência, fatores associados e práticas de controle no Município de Campinas, São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 22, 285–294. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006000200006>

A MBIENTE

Contribuição para o conhecimento da diversidade e ecologia dos caranguejos (infraordem brachyura) presentes nos Mangais do Distrito Urbano do Morro dos Veados, Luanda – Angola
Sérgio Tavares, Lueji Barros Pestana

| 145-163

**CONTRIBUIÇÃO PARA O CONHECIMENTO DA DIVERSIDADE E
ECOLOGIA DOS CARANGUEJOS (INFRAORDEM BRACHYURA)
PRESENTES NOS MANGAIS DO DISTRITO URBANO DO MORRO DOS
VEADOS, LUANDA – ANGOLA**

*Contribution to the Knowledge of the Diversity and Ecology of Crabs (Infraorder
Brachyura) Present in the Mangroves of the Urban District of Morro dos Veados,
Luanda – Angola*

CRUZ, Sérgio Tavares³⁹, & PESTANA, Lueji Barros⁴⁰

Resumo

Em Angola, os invertebrados marinhos compreendem o grupo de animais com poucos estudos realizados, sendo a sua biodiversidade consideravelmente desconhecida. Motivo pelo qual, o presente estudo tem como objetivo descrever a diversidade e ecologia dos caranguejos da infraordem Brachyura presentes nos mangais do distrito urbano do Morro dos Veados, Luanda – Angola no período de Novembro/2022 a Janeiro/2023. Para este feito, a área selecionada foi fragmentada em 3 pontos de coleta de caranguejos, efetuaram-se coletas aleatórias em baixa-maré a cada ponto, os exemplares coletados foram lavados, fotografados, fixados e identificados com o auxílio de bibliografia especializada, posteriormente efetuou-se as análises quantitativas dos dados obtidos, cálculos de índices ecológicos e análises multivariadas para cada ponto de coleta. Os braquiúros da área de estudo revelaram-se constituídos por 7 espécies, pertencentes a 5 famílias e 6 géneros. Em termos de abundância verificou-se que a espécie *Uca tangeri* foi a mais abundante na área com cerca 67%, e de igual modo a mais frequente. A área de estudo em geral apresentou uma baixa diversidade, estando possivelmente associada a dominância da espécie *Uca tangeri* na área, entretanto o PCC1 e o PCC2 apresentaram valores de riqueza semelhantes, estando o PCC1 destacado com a maior riqueza e o PCC3 com a menor riqueza na área de estudo.

Abstract

In Angola, marine invertebrates comprise a group of animals with few studies carried out, and their biodiversity is considerably unknown. For this reason, this study aims to describe the diversity and ecology of crabs of the infraorder Brachyura present in the mangroves of the urban district of Morro dos Veados, Luanda - Angola from November/2022 to January/2023. For this purpose, the selected area was fragmented into 3 crab collection points, random collections were made at low tide at each point, the specimens collected were washed, photographed, fixed and identified with the aid of specialized bibliography, then quantitative analyses of the data obtained, calculations of ecological indices and multivariate analyses were carried out for each collection point. The brachiopods in the study area were found to comprise 7 species, belonging to 5 families and 6 genera. In terms of abundance, the species *Uca tangeri* was the most abundant in the area with around 67%, and also the most frequent. The study area in general showed low diversity, possibly associated with the dominance of the *Uca tangeri* species in the area. However, PCC1 and PCC2 showed similar richness values, with PCC1 having the highest richness and PCC3 the lowest richness in the study area.

Palavras-chave: Biodiversidade; Caranguejos; Brachyura; Mangais; Morro dos Veados; Angola.

Key-words: Biodiversity; Crabs; Brachyura; Mangroves; Morro dos Veados; Angola.

Data de submissão: junho de 2023 | **Data de publicação:** dezembro de 2023

³⁹ SÉRGIO TAVARES DA CRUZ - Universidade Agostinho Neto, Luanda, ANGOLA. E-mail (Corresponding Author): kont.cruz21@gmail.com

⁴⁰ LUEJI BARROS PESTANA - Universidade Agostinho Neto, Luanda, ANGOLA.

INTRODUÇÃO

Angola encontra-se localizada na região sudoeste do continente africano e possui cerca de 1,650 km de orla costeira na zona sul do oceano atlântico. O país possui uma riqueza marinha extraordinária que está associada a uma relevante diversidade biológica, tornando-o um dos mais importantes centros de biodiversidade marinha do continente africano. Na costa angolana ocorrem algumas baías, lagunas e estuários de diferentes dimensões (Brognon, 1970). Consegue-se ainda identificar zonas sensíveis onde a biodiversidade é bastante característica são áreas de conservação da biodiversidade, como é o caso das áreas de mangais. Estas áreas situam-se nas zonas de influência de estuários, ocorrendo do Norte na região de Cabinda (Santos, 2014) e até ao seu limite Sul na cidade de Lobito (Cardoso et al., 2021).

Vários trabalhos científicos demonstram o valor deste sistema ecológico dos mangais, pela sua função como berçário para espécies marinhas e estuarinas, a sua influência no clima local e global, o seu papel no armazenamento e reciclagem da matéria orgânica, no controle da erosão, da manutenção da biodiversidade e de recursos genéticos (Hamilton et al., 1989). Nestes ecossistemas os animais mais abundantes são os moluscos e crustáceos maioritariamente da ordem Decapoda (Jones, 1984), especialmente os braquiúros (caranguejos). Os caranguejos compõem a fauna bentónica dos mangais, desempenhando um papel ecológico importante, devido à sua posição na cadeia alimentar, à participação nos ciclos biogeoquímicos de diferentes elementos e à realização de oxidação e drenagem de diferentes sedimentos através da escavação (Jefferson, 2006). Os caranguejos estão presentes em todos habitats desde áreas rasas até às grandes profundidades marinhas (Coelho et al., 2008). Hoje os mangais em Angola são ecossistemas que a sociedade tomou nota da sua importância ambiental e económica. Porém, de uma forma geral, não se conhece grande parte da biodiversidade existente em águas territoriais angolanas e em zonas costeiras, carecendo de muitos grupos taxonómicos de uma descrição completa da sua diversidade específica (Guilcher et al., 1974; Ministério Do Urbanismo E Ambiente, 2006).

A composição e diversidade das espécies são informações fundamentais para se entender os processos que envolvem a dinâmica funcional das comunidades e/ou ecossistemas (Pillon et al., 2019). É conhecida a importância que os caranguejos representam nos mangais, porém pouco se sabe da sua diversidade, abundância e a frequência nos mangais presentes em Angola, em particular os mangais da zona costeira

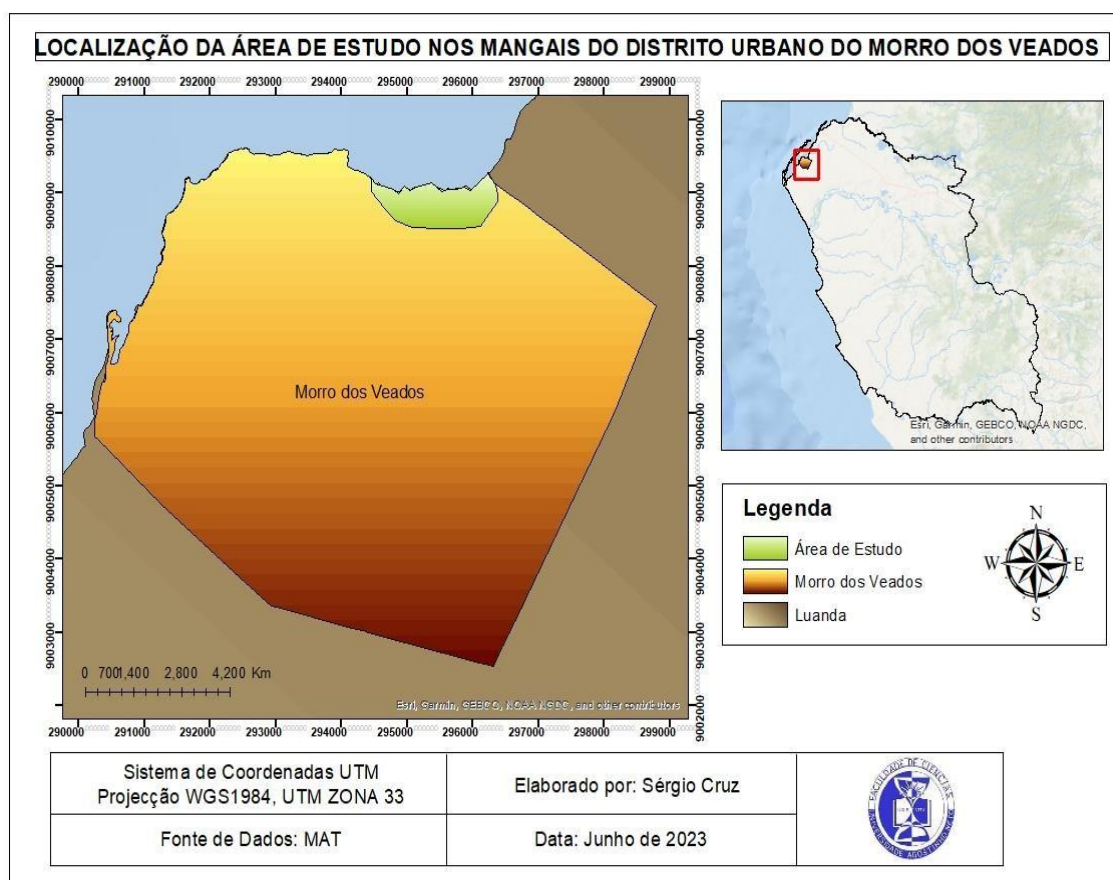
do Morro dos Veados, na província de Luanda. Diante do exposto, o objetivo deste estudo é descrever a composição e diversidade de braquiúros dos mangais da zona costeira do Morro dos Veados, província de Luanda.

1. METODOLOGIA

1.1. Localização Geográfica

A área de estudo está localizada na região costeira do distrito urbano do Morro dos Veados, província de Luanda, que faz parte da orla sedimentar costeira da República de Angola entre as coordenadas $13^{\circ}8'10''\text{E}$ e $8^{\circ}57'38.3''\text{S}$. A mesma está delimitada a Norte pelo Oceano atlântico, a Sul pela região continental do distrito urbano do Morro dos Veados, a Este pelo distrito urbano do Benfica e a Oeste pelo distrito urbano do Ramiros (Figura 1), com uma área total de 98.868,36 m² e um perímetro de 2.959,84 m, tendo como principal via de acesso a estrada nacional 100 Luanda – Lobito.

Fig. 1. Mapa de localização geográfica da área de estudo.



Fonte: Autores (2023)

1.2. Descrição da área

A região costeira do distrito urbano do Morro dos Veados possui uma rica e vasta área coberta por mangais, sendo um ecossistema intermédio entre o ambiente marinho e o terrestre. O mesmo abarca uma vegetação densa e específica tendo como espécie mais encontradas na área de estudo *Rhizophora mangle*, também conhecida como mangal vermelho com tronco liso e claro, que ao ser raspada apresenta coloração avermelhada, a *Avicennia germinans* (mangal preto) que é uma árvore com tronco liso de cor castanhoclaro, que ao ser raspada apresenta cor amarelada e na parte externa das suas folhas libera sal cristalino (Sugiyama, 1995).

A partir de observações *in situ*, verificou-se que a fauna dos mangais da área de estudo é composta por uma grande variedade de animais. Tendo origens do ambiente terrestre e marinho, permanecendo no mangal como residentes os caranguejos, cracas, bivalves, caramujos e aranhas; e semipresidentes como aves (garças, gaivotas, coelheiros), reptéis (lagartos), mamíferos (ratazanas), uma grande diversidade de espécies de insetos e peixes.

Na formidez da cadeia alimentar o ecossistema de mangal efetua funções interessantes, como é o caso das folhas dos mangais que servem de alimento para alguns animais como os caranguejos, os pequenos animais que servem de alimento para animais maiores, e algumas espécies mais conhecidas como é o caso dos canivetes, caranguejos, dentre outras são extraídas, consumidas e/ou comercializadas pela população adjacente que têm como fonte de subsistência os recursos deste ecossistema (Ramos, 2002).

Ainda no desempenho de suas funções e importância, estes mangais ajudam a consolidar o solo, também funcionam como enfraquecedores costeiros naturais contra tempestades e calemas, bem como diminuem as probabilidades de inundações (Tavares, 2019). A mesma autora diz que, eles impactuam na manutenção da qualidade da água, e dão suporte a muitos animais, abrigando nas suas raízes espessas, dificultando o acesso a muitos predadores.

1.3. Plano Amostral

O estudo obedeceu a três etapas principais: etapa de revisão bibliográfica, etapa de levantamento de campo, etapa de trabalho de laboratório.

1.3.1. Revisão Bibliográfica

Nesta fase recorreu-se a compilação e seleção de trabalhos pré-existentes, tal como artigos científicos, livros, normas e teses focadas no estudo da diversidade de caranguejos, e a biodiversidade nos mangais, com destaque para os Crustáceos. Ainda nesta fase, foram revistos mapas e cartas para auxílio do estudo prévio da área, nomeadamente, os mapas feitos a partir de fotografias aéreas pelo Google Earth e o ArcGIS.

1.3.2. Procedimentos de campo

A área de estudo selecionada, foi fragmentada em 3 pontos de coleta pelo facto dos mesmos apresentarem características de substratos e tipo de vegetação oscilante, onde os pontos foram designados pelas siglas PCC1, PCC2 e PCC3 (Figura 2) (Tabela 1).

PCC1: Ambiente sendo composto predominantemente por *Rhizophora mangle* na área de frente ao mar, seguido de alguns exemplares de *Avicennia germinans* mais próximo ao ambiente Terrestre. Substrato arenoso-lodoso.

PCC2: Ambiente localizado aproximadamente a 115 m do mar, com uma vegetação, sendo composta predominantemente por *Rhizophora mangle* e vários exemplares de *Avicennia germinans*.

PCC3: Ambiente composto por substrato lamoso próximo ao mar e com muita vegetação, composta por *Rhizophora mangle*.

Figura 2. Localização dos mangais do distrito urbano do Morro dos Veados, com indicação dos três pontos de coleta de caranguejos, Google Earth.



Fonte: Autores (2023)

Tabela 1. Coordenadas geográficas dos pontos de coleta e as suas áreas e perímetros.

	Latitude	Longitude	Área (m ²)	Perímetro (m)
PCC1	8°57'36.01"S	13°8'34.74"E	22,428.81	901,89
PCC2	8°57'38.62"S	13°8'26.46"E	51,361.31	1036,05
PCC3	8°57'35.19"S	13°8'16.49"E	25,078.24	1021,90

Fonte: Autores (2023)

Os caranguejos foram amostrados mensalmente em baixa-maré, durante um período que vai de Novembro/2022 à Janeiro/2023. O esforço amostral semanal consistiu em 180 minutos de trabalho por ponto de coleta. Em cada área amostral, explorou-se aleatoriamente todos os micro e macro habitats, como tocas de caranguejos escavadas no sedimento, raízes e troncos das árvores de mangal, bancos de algas, lama e na água.

Foram utilizadas pás de plástico para escavar o solo em todos os pontos de coleta, pinças longas e redes de pesca foram utilizadas para coletar os caranguejos da Superfamília Portunoidea. Os animais amostrados foram colocados em caixas térmicas com uma camada fina de álcool à 96% e transportados ao laboratório.

1.3.3. *Procedimentos laboratoriais*

As amostras foram lavadas com água, fotografadas, colocadas em recipientes de vidro e fixadas em álcool a 70% (Luiz, 1972). Posteriormente, os caranguejos foram identificados com auxílio de bibliografia especializada (Manning, et al., 1981; NG et al., 2008) e a Base de dados de caranguejos (Crab DataBase).

1.3.4. *Tratamento Numérico dos Dados*

Após identificados, os caranguejos foram quantificados por espécie para cada ponto de coleta, e posteriormente, obteve-se a partir do Microsoft Excel 2016 e o software de análises bioestatísticas PRIMER7:

A abundância total (**AT**), compreende o número total de indivíduos por cada espécie.

A abundância relativa (**AR**), expressa a percentagem de cada espécie em relação ao total de exemplares amostrados, sendo representada por $AR = (n.100)/N$, onde:

n = número de indivíduos por espécie; N = total de indivíduos na amostra.

Posteriormente, a abundância relativa foi classificada de acordo com Lira, (2013) em:

Dominante ($\geq 70\%$), Abundante (40-70%), Pouco abundante (10-40%), Rara ($\leq 10\%$).

A frequência de ocorrência (**FR**) a percentagem de cada espécie por cada ponto de coleta, através da fórmula $FR = (a.100)/A$, onde:

a = número de amostras contendo a espécie; A = total de amostras.

A classificação da frequência de ocorrência seguiu Lira, (2013):

Muito frequente ($\geq 70\%$); Frequente (40-70%); - frequente; Pouco frequente (10-40%); Esporádica ($\leq 10\%$).

Índice de diversidade de Shannon-Wiener (**H'**):

Analisa a forma como uma determinada espécie ou taxa se distribuí pelo ecossistema, tendo como suporte a proporção das abundâncias das espécies (Shannon, 1948).

$$H' = - \sum_i p_i \log(p_i)$$

Onde: p_i = proporção de indivíduos da espécie i ou $p_i = n_i/N$ n_i - número de indivíduos da espécie.

N - número total de indivíduos.

E os dados obtidos foram enquadrados na seguinte classificação (Díaz, 2007):

≥ 4 - muito alta, 3 – alta, 2 - média; 1 - baixa; ≤ 1 - muito baixa.

Equitabilidade de Pielou (J')

Baseia-se no padrão pela qual estão distribuídos o número de indivíduos entre as espécies, ou seja, indica o grau de distribuição dos indivíduos no seu habitat. E resultados acima de 0,8 indicam uma distribuição uniforme entre as espécies (Pielou, 1969).

Foi calculada a partir da seguinte fórmula: $J' = H'/\log(S)$

Onde: H' = índice de Shannon; S = número total de espécies.

Dominância de Simpson (λ^{-1})

Reflete a probabilidade de dois indivíduos escolhidos ao acaso na comunidade pertencerem à mesma espécie (Simpson, 1949).

Foi calculada a partir da seguinte fórmula: $\lambda = \sum p_i^2$

Varia de 0 a 1 e quanto mais alto for, maior a probabilidade de os indivíduos serem da mesma espécie, ou seja, maior a dominância e menor a diversidade (Simpson, 1949).

Escalonamento multidimensional não métrico (**nMDS**)

O nMDS foi utilizado para revelar a composição de caranguejos em cada local e a proporção de similaridade entre os mesmos. Foram utilizados os dados de abundância e índice de similaridade usado foi o Bray-Curtis. Este índice pode ser expresso como uma proporção de similaridade ou dissimilaridade (distância) na abundância das espécies. Em qualquer um dos casos seus valores vão de um máximo de um ao mínimo de zero. Essa padronização no intervalo entre um e zero facilita a interpretação e comparação (Ecovirtual, 2016).

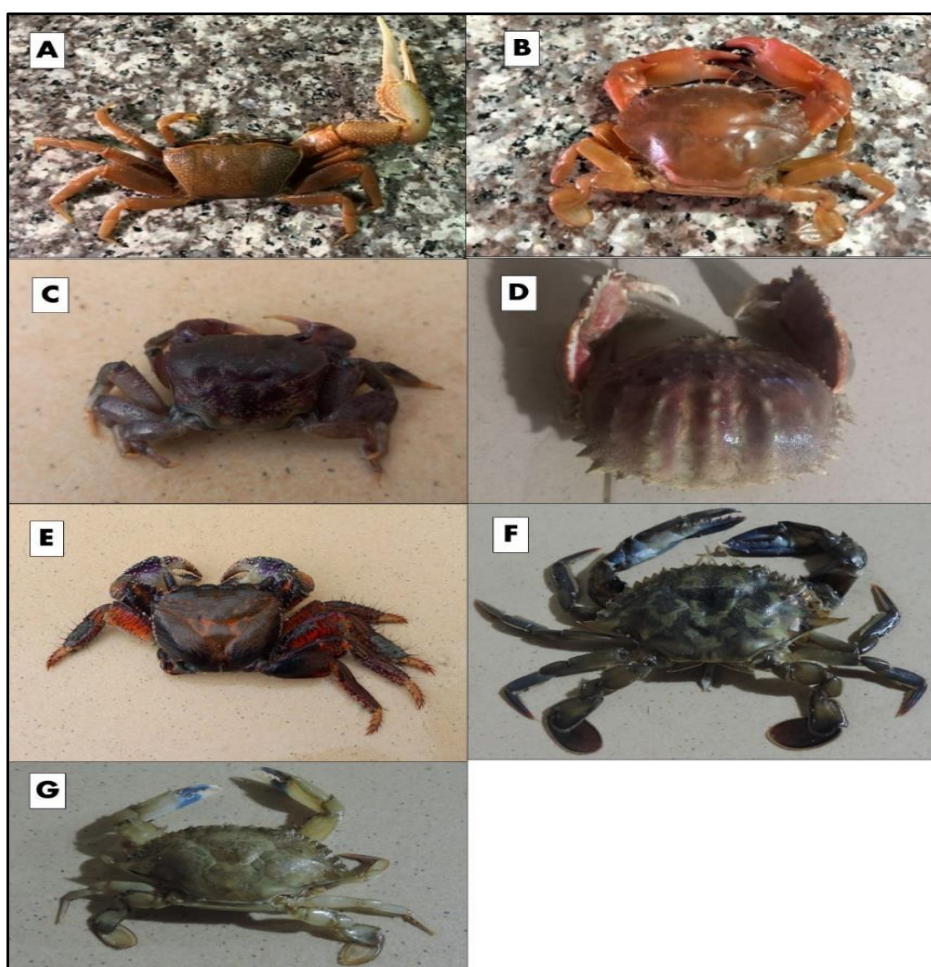
Similaridade de percentagens (**SIMPER**)

A análise multivariada SIMPER (similaridade de percentagens) teve como objetivo identificar os taxa que apresentam a maior contribuição na diferenciação entre grupos de amostras (Ecovirtual, 2016). O índice de Bray-Curtis é implícito ao cálculo desta análise.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao todo, 315 exemplares foram coletados, tendo sido identificadas 7 espécies de braquiúros, distribuídas em 5 famílias e 6 géneros (Figura 3). Resultados diferentes foram observados por outros autores para outras zonas de mangais como Araújo, (2013) que obteve 25 espécies pertencente às famílias Ocypodidae, Pinnotheridae, Grapsidae, Portunidae e Xanthidae nos mangais do Rio Ariquindá e Pillon et al, (2019) com 23 espécies pertencentes as famílias Ocypodidae, Sesarmidae, Grapsidae, Panopeidae, Portunidae e Xanthidae. Das 11 famílias de caranguejos da infraordem brachyura que podem viver em mangais (Ng et al., 2008), quatro delas (36%) foram registadas neste estudo.

Fig. 3. Espécies colectadas nos mangais do Morro dos Veados, Luanda, Angola. A) *Uca tangeri*; B) *Thalamita poissoni*; C) *Metagrapsus curvatus*; D) *Calappa pelli*; E) *Goniopsis pelli*; F) *Callinectes marginatus*; G) *Callinectes amnicola*.



Fonte: Autores (2023)

2.1. Análises Quantitativas

Dentre os 315 exemplares capturados, 134 (42,5%) foram coletados no PCC1, sendo que neste ponto foi coletado o maior número de exemplares. Do total, 131 (41,5%) foram coletados no PCC2, e no PCC3 foram capturados 50 (15,8%), representando esse ponto, o menor número de exemplares capturados dentre os três pontos amostrais. Observando-se uma diferença estatística entre os pontos amostrais, em relação ao número de indivíduos (Tabela 2).

Tabela 2. Lista de espécies registradas por cada ponto de coleta de caranguejo ao longo dos três meses nos mangais do distrito urbano do Morro dos Veados, Angola. Abundância total (AT); Ponto de coleta de caranguejo (PCC).

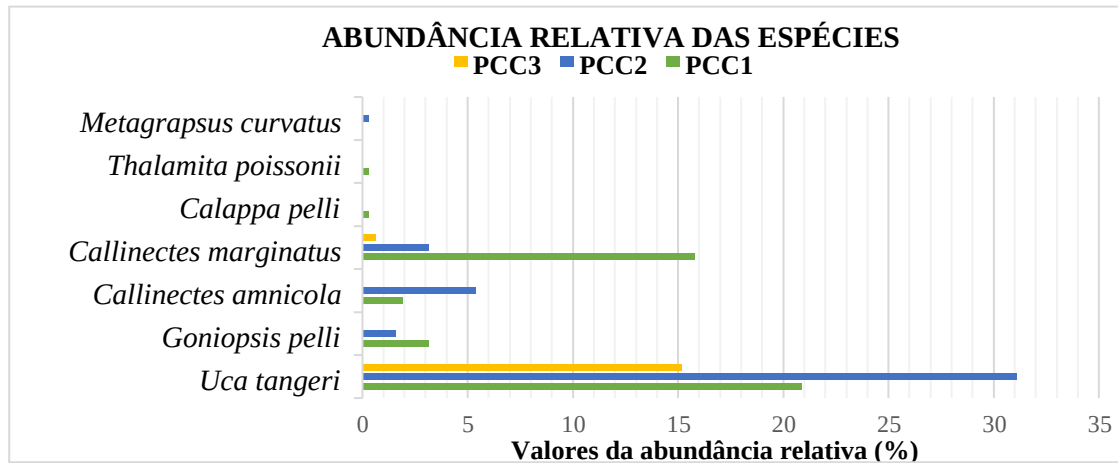
Espécies	PCC1	PCC2	PCC3	AT
<i>Uca tangeri</i>	66	98	48	212
<i>Goniopsis pelli</i>	10	5	0	15
<i>Callinectes marginatus</i>	50	17	2	69
<i>Callinectes amnicola</i>	6	10	0	16
<i>Thalamita poissonii</i>	1	0	0	1
<i>Metagrapsus curvatus</i>	0	1	0	1
<i>Calappa pelli</i>	1	0	0	1
Total:	134	131	50	315

Fonte: Autores (2023)

Relativamente à abundância total (AT), a espécie *Uca tangeri* destacou-se, com 212 espécimes coletadas. Segundo Kristensen (2008), a fauna bentônica dos ecossistemas de mangal é predominada por caranguejos que realizam atividades ligadas a bioenturbação (Tabela 2). Por serem herbívoros que retêm, enterram, ingerem a matéria organiza. Também previnem a perda de nutrientes e promovem os processos de decomposição.

Em relação à abundância relativa (AR), verificou-se que no PCC1 a espécie *Callinectes marginatus* teve um bom destaque tendo sido considerada somente no PCC1 pouco abundante (15,8%) e rara nos outros dois PCC (5,39-0,63%), enquanto que a espécie *Uca tangeri* embora tendo apresentado uma grande abundância total na amostra, aqui para cada PCC foi considerada pouco abundante (15,2-31,1%). Foram consideradas raras as espécies *Goniopsis pelli*, *Metagrapsus curvatus*, *Thalamita poissonii*, *Calappa pelli* e *Callinectes amnicola* ($\leq 10\%$) (Figura 4).

Fig. 4. Variação da abundância relativa das espécies de acordo com os pontos de coleta de caranguejo nos mangais do distrito do Morro dos Veados, Luanda.



Fonte: Autores (2023)

No que toca à frequência relativa (**FR**), a espécie *Uca tangeri* para todos os PCC foi considerada pouco frequente, mas os seus valores comparados aos das outras espécies amostradas neste estudo são mais elevados. Isto acontece pelo facto de que em ambientes estuarinos e em ecossistemas de mangal destacam-se em maior abundância as espécies escavadoras de substrato (Jones, 1984), no caso as espécies do género *Uca* Leach 1814, que devido às actividades realizadas no solo, como construção de tocas, locomoção e hábito alimentar depositívoro, promovem a bioturbação (Asthon et al., 2003).

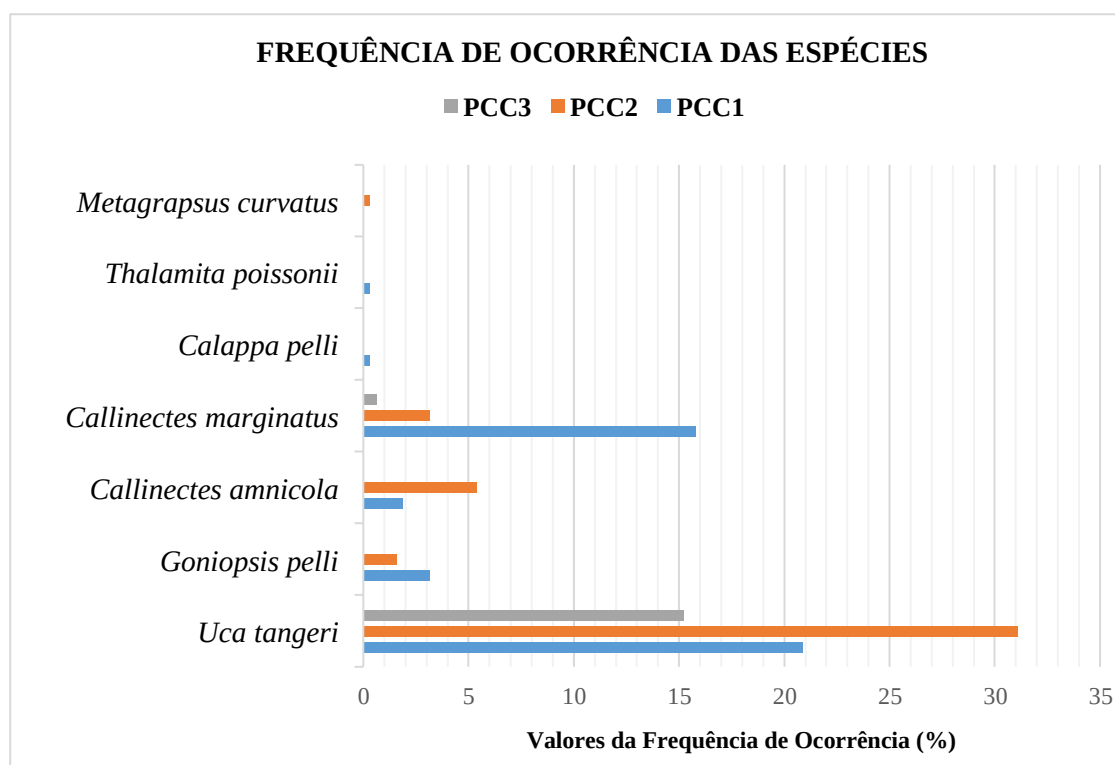
Callinectes amnicola ocorreu no PCC1 e no PCC2 e foi considerada rara nos dois pontos. Williams (1974) apontou esta espécie como sendo principalmente estuarina, embora não seja restrita a estuários. Na verdade, a espécie suporta água salobra, e Monod (1956) classificou-a como uma espécie que ocorre em ambientes marinhos, salobros e de água doce, por isso a sua presença em ecossistema de mangal é de certa forma característica.

C. marginatus foi considerada pouco frequente para o PCC1 e rara para o PCC2, porém ela não ocorreu no PCC3. Esta variação da frequência de ocorrência desta espécie poderá ter acontecido por ela ser caracterizada em zonas de água rasa, tendo como preferência fundo areno-lodoso ou simplesmente arenoso (Manning, et al, 1891), sendo que este tipo de substrato se verifique no PCC1 e PCC2. Os dados são poucos, no entanto, vários cientistas relataram a presença dela na costa de Angola, como em Luanda (Forest & Guinot, 1966), Baía do Lobito (Guinot & Ribeiro, 1962).

A espécie *Goniopsis pelli* para o PCC1 foi pouco frequente e no PCC2 foi rara, embora não sendo descrita para o PCC3, ela ocorreu neste ponto. Porém a amostragem da mesma ficou impossibilitada pois, por ser uma espécie arborícola em florestas de mangais (Melo, 1996), elas encontravam-se dentro da floresta que de certa forma era bem mais densa em relação a dos outros pontos.

A espécie *Thalamita poissonii* ocorreu somente no PCC1 e foi aqui considerada rara, bem como, a espécie *Metagrapsus curvatus* que ocorreu somente no PCC2. De acordo com Ng et al., (2008) estas espécies são características de zonas tropicais e ocorrem em áreas de mangal. A *Calappa pelli* ocorreu somente no PCC1 e foi considerada rara, embora tendo sido coletada nesta área de mangal, Ng et al., (2008) indicam-na como uma espécie de caranguejo típica do fundo do mar de areia e/ou conchas, muitas vezes em habitats de recifes e prados de ervas marinhas, não estando assim correlacionada com o ecossistema de mangal (Figura 5).

Fig. 5. Variação da Frequência das espécies de acordo com os pontos de coleta de caranguejo nos mangais do distrito do Morro dos Veados, Luanda.

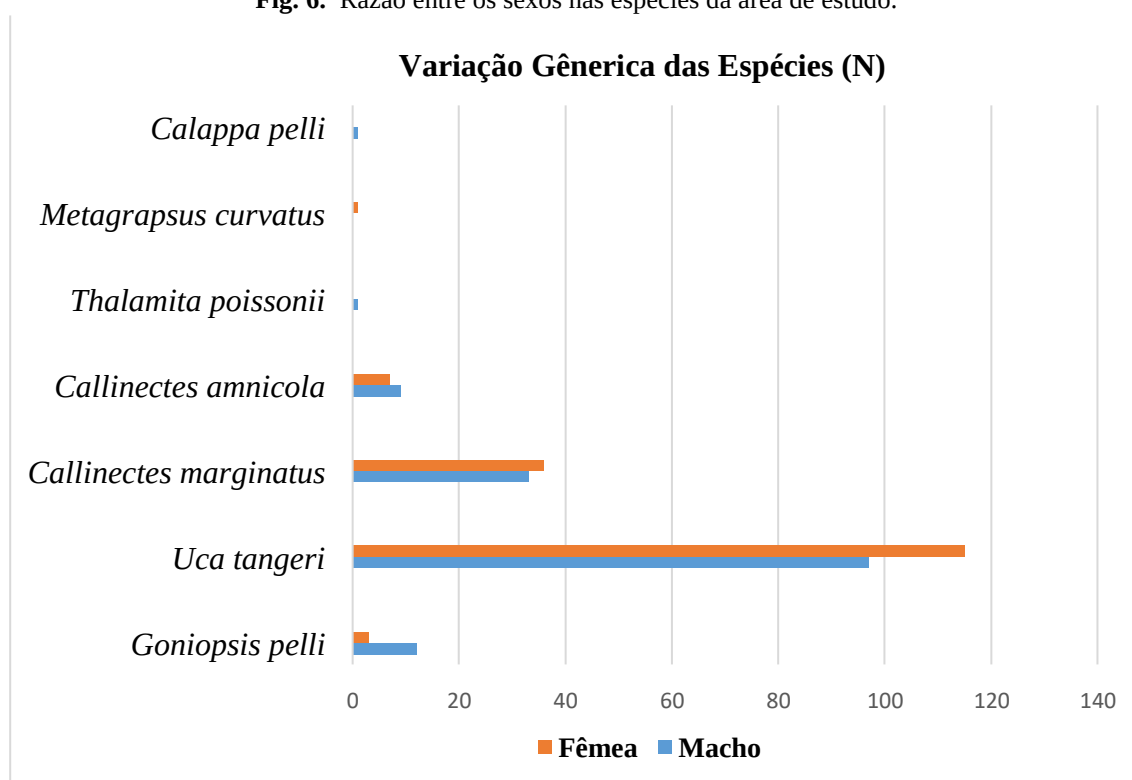


Fonte: Autores (2023)

Em um total de 36 fêmeas de *C. marginatus* apenas em quatro foi registada a presença de ovos. No caso de *Uca tangeri* com 115 fêmeas, *C. amnicola* com 7 fêmeas, *Metagrapsus curvatus* com 1 fêmea e *G. pelli* com 3 fêmeas recolhidas, nenhuma delas se encontravam ovadas. De maneira geral, a baixa frequência de fêmeas ovígeras registada neste trabalho, parece ser incomum para os caranguejos nesta altura, pois, o período amostral coaduna com o período reprodutivo das espécies de caranguejos semiterrestres (Almeida, 2014).

Quanto aos sexos, na espécie *U. tangeri* verificou-se a tendência para dominância de fêmeas, já a espécie *C. marginatus* o inverso. A espécie *C. amnicola* possui uma razão equitativa para ambos os gêneros. Já as espécies *Thalamita poissonii* e *Calappa pelli* apenas verificou-se indivíduos do gênero masculino, e *Metagrapsus curvatus* apenas um indivíduo do gênero feminino (Figura 6).

Fig. 6. Razão entre os sexos nas espécies da área de estudo.



Fonte: Autores (2023)

2.2. Índices Ecologicos

O PCC1 e o PCC2 revelaram valores próximos quanto à riqueza, embora o PCC1 apresente a maior riqueza na área de estudo, já o PCC3 possui a menor riqueza. Os valores da dominância de Simpson são moderadamente altos para o PCC3 em relação aos outros pontos. A diversidade de Shannon foi considerada baixa para o PCC1 e PCC2, sendo no PCC3 muito baixa. A equitabilidade de Piellou apresentou para o PCC1 e o PCC2 valores que espelham uma destruição das espécies próximo a uniformidade alta, enquanto que no PCC3 se verifica uma distribuição uniformemente baixa (Tabela 3). A diversidade neste estudo não pode ser considerada alta ou média por causa da influência de espécies raras, bem como pela grande dominância da espécie *U. tangeri* nos pontos de coleta.

Ta. 3. Valores da diversidade de Shannon (H'), equitabilidade de Pielou (J') dominância de Simpson ($1 - \lambda$) e riqueza de Margalef (D), adquiridos por ponto de coleta nos mangais do distrito urbano do Morro dos Veados, Luanda.

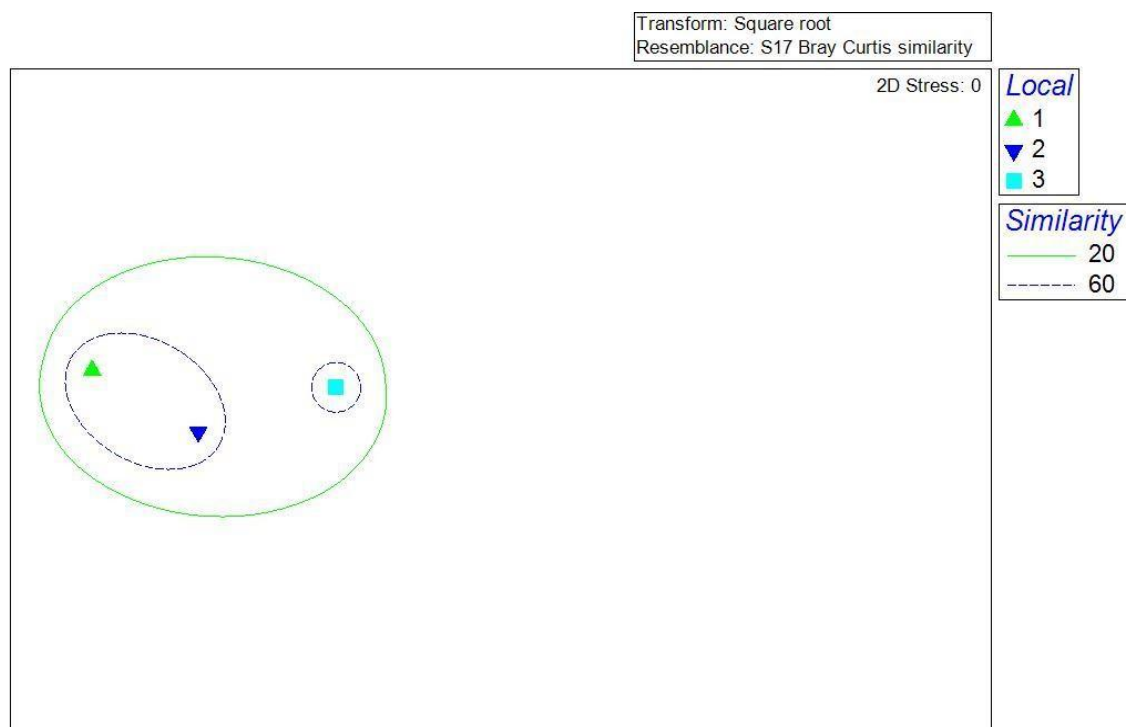
PCC1				PCC2				PCC3			
H'	J'	$1 - \lambda$	D	H'	J'	$1 - \lambda$	D	H'	J'	$1 - \lambda$	D
1.21	0.67	0.60	0.82	1.08	0.52	0.41	0.81	0.24	0.24	0.07	0.25
24	51	46	04	66	21	61	79	22	22	68	55

Fonte: Autores (2023)

2.3. Padrões Espaciais de Distribuição

A análise de nMDS baseada na abundância dos exemplares coletados, a partir do índice de similaridade de Bray-Curtis obtido a partir do número total de indivíduos nos pontos de coleta, demonstrou que o PCC1 e o PCC2 apresentam uma similaridade de 60% correspondendo a cerca de 84% da abundância total. O PCC1 e o PCC3 são os pontos de coleta mais distintos (Figura 7). Esta análise mostrou que não existe nenhuma variação espacial significativa agindo sobre a comunidade de caranguejos presentes nos mangais do distrito urbano do Morro dos Veados, isto é caracterizado pelo compartilhamento de espécies entre o PCC1 e o PCC2 (Gráfico 4).

Fig. 7. Análise pelo método nMDS (Índice de Bray-Curtis) baseada na abundância das espécies de acordo com os pontos de coleta de caranguejo nos mangais do distrito do Morro dos Veados, Luanda.



Fonte: Autores (2023)

A análise SIMPER revelou uma dissimilaridade média de 21,6% entre o PCC1 e o PCC2, da qual a espécie *Callinectes marginatus* contribuiu para a diferença destes pontos com a maior percentagem de 31,6%, seguida da *Uca tangeri* (18.9%), *Thalamita poissonii* (10.6%), *Metagrapsus curvatus* (10.6%), *Calappa pelli* (10,6%) e *Goniopsis pelli* (9.89%), tendo esses pontos a menor dissimilaridade. O PCC1 e o PCC3 apresentaram uma dissimilaridade média de 46.4%, nestes pontos se observou a maior diferença, sendo que, as espécies que maioritariamente contribuíram para esta diferença são *Callinectes marginatus* (39,1%), *Goniopsis pelli* (21.8%) e *Callinectes amnicola* (16.9%). Já o PCC2 e o PCC3 revelaram uma dissimilaridade média de 41.9%, as espécies que contribuíram mais na diferença entre estes pontos foram *Callinectes amnicola* (26.1%), *Uca tangeri* (24.6%), *Callinectes marginatus* (22.4%) e *Goniopsis pelli* (18.5%) (Tabela 4).

Tabela 4. Análise SIMPER mostrando a contribuição das espécies para a dissimilaridade média entre os pontos de coleta de caranguejo nos mangais do distrito do Morro dos Veados, Luanda.

Dissimilaridade média (21.66%) entre o PCC1 e o PCC2			Dissimilaridade média (46.44%) entre o PCC1 e o PCC3			Dissimilaridade média (41.99%) entre o PCC2 e o PCC3		
Espécies	Contribuição %	Cumulativo %	Espécies	Contribuição %	Cumulativo %	Espécies	Contribuição %	Cumulativo %
<i>C. marginatus</i>	31.49	31.49	<i>C. marginatus</i>	39.11	39.11	<i>C. amnicola</i>	26.18	26.18
<i>U. tangeri</i>	18.96	50.45	<i>G. pelli</i>	21.86	60.97	<i>U. tangeri</i>	24.60	50.78
<i>T. poissonii</i>	10.68	61.13	<i>C. amnicola</i>	16.93	77.91	<i>C. marginatus</i>	22.43	73.21
<i>M. curvatus</i>	10.68	71.81	<i>U. tangeri</i>	8.27	86.17	<i>G. pelli</i>	18.51	91.72
<i>C. pelli</i>	10.68	82.49	<i>T. poissoni</i>	8.27	93.09			
<i>G. pelli</i>	9.89	92.39						

Fonte: Autores (2023)

CONCLUSÕES

A realização deste estudo assentou-se na descrição da diversidade de braquiúros dos mangais da zona costeira do Morro dos Veados e com base os resultados apresentados, concluiu-se que:

Na área de estudo, o grupo de caranguejos é composto por pelo menos 7 espécies;

As espécies mais abundantes, correspondem a *Uca tangeri* seguida da espécie *Callinectes marginatus*, sendo as demais espécies na área de estudo raras, bem como, a espécie *Uca tangeri* é a mais frequente na área de estudo.

A diversidade de caranguejos é considerada baixa, devido a grande dominância da espécie *Uca tangeri* na amostra e percentual considerável de espécies raras na área de estudo;

PCC1 e PCC2 possuem um padrão de riqueza semelhante, sendo que o PCC1 se destaca com a maior riqueza, enquanto que PCC3 possui a menor riqueza na área de estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, E. V. (2014). *Manual para Estudo das Larvas do Caranguejo - Projeto Caranguejo Uçá (Petrobrás Ambiental) - ONG Guardiões do Mar*. São Gonçalo – Rio de Janeiro.

Ashton, C. A., Hogarth, P. J., & Macintosh, D. J. (2003). A Comparison Of Brachyuran Crab Community Structure At Four Mangrove Locations Under Different Management Systems Along The Melaka Straits-Andaman Sea Coast Of Malaysia And Thailand. *Estuaries*, 1461-1471.

Araújo, M.S.L.C. (2013). *Diversidade e Ecologia dos Crustacea Brachyura dos Manguezais dos Rios Ariquindá e Mamucabas. Litoral sul de Pernambuco - Brasil*, Recife.

Botto, F., & Iribarne, O. (2000). *Contrasting Effect Of Two Burrowing Crabs (Chasmagnathus Granulata And Uca Uruguayensis) On Sediment Composition And Transport In Estuarine Environments*. Estuarine, Coastal and Shelf Science.

Brognon, G. (1970). The Geology Of The Angola Coast And Continetal Margin. In: Delany, F. M., *The Geology Of The East Atlantic Continental Margin*. Institute of Geological Sciences Reports. Cambridge.

Cardoso, J., Costa, J., Neto, C., Duarte, M., & Henriques T. (2021). *Plant Communities Of Namibe Saltmarshes (Southwest Of Angola)*. Centro de Estudos Geográficos. Crabdatabase, Disponível em: <https://www.crabdatabase.info/en>

Coelho, P.A, Almeida, A. O, & Bezerra, L.E.A. (2008). *Check list of the marine and estuarine Brachyura (Crustacea: Decapoda) of northern and northeastern Brazil*. Zootaxa. Disponível em: <http://www.mapress.com/zootaxa/2008/f/z01956p058f.pdf>.

Díaz, X. F. G. (2007). *Zooplâncton do Arquipélago de São Pedro e São Paulo*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. CTG. Oceanografia. Recife.

Ecovirtual. (2016). Bray Curtis. Disponível em: http://ecovirtual.ib.usp.br/doku.php?id=ecovirt:roteiro:comuni:comuni_classr

Holthuis L. B., & Gottlieb E. (1958). *An Annotated List of the Decapod Crustacea of the Mediterranean Coast of Israel, with an Appendix Listing the Decapoda of the Eastern Mediterranean*. Bulletin of the Research Council of Israel.

- Ferreira, A. C., & Sankarankutty, C. (2002). *Estuarine Carcinofauna (Decapoda) Of Rio Grande Do Norte*. Brazil. Nauplius.
- Fenanda. (2019). *Cálculo dos Índices de Diversidade: formulas e interpretações*. Disponível em: <http://matanativa.com.br/calculo-dos-indices-de-diversidade/>
- Forest, J., & Guinot D. (1966). *Crustaces Decapodes: Brachyours*. In *Campagne de la Calypso dans le golfe de Guinee et aux iles Principe, Sao Tome et Annobon (1956)*, 16. Annales de l'Institut Oceanographique. Monaco.
- Guilcher, A., Medeiros, C. A., Mato, J. E., & Oliveira, J. M. (2003). Les Restingas (Flèches littorales) d'Angola, spécialement celles du Sud et du centre. *Separata Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*, 18, 200-211.
- Jones, D. A. (1984). *Crabs Of The Mangal Ecosystem*. The Netherlands.
- Jefferson L. (2008). *Biologia, Ecologia e Pesca do Caranguejo Uçá*. Embrapa Meionorte, Brasília.
- Kristensen, E. (2008). Mangrove Crabs As Ecosystem Engineers; With Emphasis On Sediment Process. *Journal of Sea Research*, 1-9.
- Lira, S. M. A. (2013). *Distribuição e composição do Zoonêuston em ambientes insulares do Oceano Atlântico Tropical*. Recife.
- Luiz S. (1972). Preparação e Conservação de Animais Marinhos. *Arquivo do Museu Bocage, Série ECE*, I, nº 9, 1-16.
- Manning R. B., & Holthuis L. B. (1981). *West African Brachyuran Crabs (Crustacea: Decapoda)*. SMITHSONIAN INSTITUTION PRESS.
- Margalef, D. R. (1958). Information Theory in Ecology. *General Systematics*, 36-71.
- Melo, G.A.S. (1996). *Manual de identificação dos Brachyuras (Caranguejos e Síris) do litoral Brasileiro*. Editora Plêade.
- Ministério Do Urbanismo E Ambiente, (2006). *Primeiro Relatório Nacional para a Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica*. Luanda.
- Ng, P. K. L, Guinot, D., & Davie. (2008). *Systema brachyurorum*. Part. I. An Anotated checklist of extant brachyurans crabs of the world. The Raffles Bulletin of zoology.
- Pielou, E. C. (1969). *An introduction to mathematical ecology*. Wiley.

Pillon C., Alberto G., Sandro S., & Daniela C. (2019). Composição e diversidade de caranguejos (*Decapoda, Brachyura*) de manguezal do nordeste brasileiro. *Revista de Gestão Costeira Integrada*, Brasil.

Ramos, S. (2002). Manguezais da Bahia – breves considerações. Ilhéus: Editus, Brasil.

Shannon, C. E. (1948). A Mathematical Theory of Communication. *The Bell System Technical Journal*, 27, 379–423.

Santos C. (2014). Angola no contexto integrado entre habitats e ecossistemas marinhos e costeiros: uso e serviços da biodiversidade. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*. Luanda.

Simpson, E. H. (1949). Measurement Of Diversity. *Nature*, 163-688.

Sugiyama, M. (1995). A Flora do Manguezal. In Y. S. Schaeffer-Novelli (Coord), *Manguezal: Ecossistema entre a terra e o mar*. Carribbean Ecological Research; São Paulo.

Tavares E. (2019). A Importância Dos Mangais Para O Mundo. Disponível em: <http://ecoangola.com/a-importancia-dos-mangais-para-o-mundo/amp/>

Williams, A.B. (1984). *Shrimps, Lobsters And Crabs Of The Atlantic Coast Of The Eastern United States, Maine To Florida*. Smithsonian Institution Press. Washington.

mundis
ASSOCIAÇÃO CÍVICA DE FORMAÇÃO E CULTURA

ISBN 978-989-36764-2-4



9 789893 676424